

Plano Regional
de Desenvolvimento
Sustentável

Região Alto Pantanal



**Plano Regional
de Desenvolvimento
Sustentável**

Região Alto Pantanal

José Orcírio Miranda dos Santos
Governador

Egon Krakhecke
Vice-Governador
Secretário de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia

Rubens Alves da Silva
Superintendente de Planejamento

Paulo Guilherme Francisco Cabral
Superintendente de Orçamento e Programas Especiais

Nelson Shiguenori Tsushima
Assessor Especial

Paulo Ângelo de Souza
Coordenador de Desenvolvimento Regional e Local

Equipe Técnica

Ângelo Mateus Prochmann
Ana Cláudia Mandu
Ana Cristina Amador Bergler
Beatriz Paulina Curvo
Eliandres Pereira Saldanha
Fabiano Santos Duarte
Francisco Eduardo da Silva
Gleyce Mara Ferreira Souza
Graciliano Rocha
Maiza Aparecida de Olivera
Maria Izabel Scapulatempo da Silva
Natália Maria C. Pinto
Nei Braga Ferreira da Cruz
Paulo Melchior
Rinaldo Santos Duarte
Rogério Medeiros
Rubens Mendonça de Bonfim Daige
Walter Yoshiro Kadoi
Wilson Eurípedes Pinto

SUMÁRIO

Pág.

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	11
1.1 Aspectos da realidade da Região	12
1.2 Dimensão ambiental	13
1.3 Dimensão econômica	15
1.3.1 Produto Interno Bruto	15
1.3.2 Comércio, Serviço e Indústria	16
1.3.3 Agropecuária	19
1.3.4 Número de pessoal ocupado em todos os setores	22
1.3.5 Turismo	23
1.4 Dimensão político-institucional	24
1.5 Dimensão sócio-cultural	25
1.5.1 População	27
1.5.2 Saúde	28
1.5.3 Educação	29
1.5.4 Saneamento	31
1.5.5 Habitação	31
1.5.6 População Indígena	32
2. PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA REGIÃO DO ALTO PANTANAL	33
2.1 Principais Problemas	33
2.2 Principais Potencialidades	34
3. MACROTENDÊNCIAS MUNDIAL, NACIONAL E ESTADUAL	35
3.1 Macrotendências mundial	35
3.2 Macrotendências nacional	35
3.3 Macrotendência estadual	36
4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS EXÓGENAS	39
4.1 Oportunidades Exógenas	39
4.2 Ameaças Exógenas	42
5. VISÃO DE FUTURO	45
5.1 A visão de futuro regional	45
5.2 Objetivos	46
5.3 Metas	46
6. OPÇÕES ESTRATÉGICAS	49
7. PROGRAMAS E PROJETOS	51
7.1 Carteira de Projetos	59
8. SISTEMA DE GESTÃO	79
8.1 Postulados e Princípios	79
8.2 Diretrizes Gerais	79
8.3 Arquitetura Institucional	79
8.4 Características Gerais	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

APRESENTAÇÃO

Modernizar e diversificar a economia, gerar empregos, promover a distribuição das riquezas, respeitar o meio ambiente e democratizar os espaços de decisão pública são horizontes a serem permanentemente perseguidos, e este Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável ajuda a delinear um processo de interação constante entre o poder público e a sociedade civil, para superar os desafios que se apresentam.

Este Plano é a materialização de um intenso debate que reuniu as lideranças dos mais variados segmentos da região do Alto Pantanal. Debate este, que foi marcado por um espírito democrático, construtivo, ao longo de vários meses. Participaram desses esforços: técnicos do Governo Popular, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e centenas de lideranças de cada um dos municípios envolvidos, representando partidos políticos, associações de bairros, sindicatos, entidades de classe, clubes de serviço e diversas outras organizações da sociedade civil.

É importante destacar que estas estratégias formuladas não estão à deriva. Fonte constante de referência para o planejamento das ações e das políticas públicas a serem implementadas pelo Governo do Estado, este Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal articula-se com outras peças do planejamento público - o Plano Plurianual de Investimentos 2004/2007 (PPA) e o macro plano Estudos e Cenários de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul - MS 2020.

Cabe neste momento, também destacar a atuação dos professores Francisco Fausto Matto Grosso Pereira e Saulo Monteiro de Souza, que contribuíram decisivamente para a construção do processo de diálogo, que ganha concretude com este plano.

Por fim, expresso o meu orgulho de poder entregar este Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal, como mais um importante passo no rumo do estabelecimento de uma nova cultura política em Mato Grosso do Sul. Uma cultura que tem como fundamentos inexoráveis a partilha de responsabilidades, o diálogo forte entre governo e sociedade e o enfrentamento efetivo aos desafios que temos pela frente.

Egon Krakhecke

Vice-Governador

Secretário de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional sustentável, processo endógeno de melhoria da qualidade de vida e da equidade social e de aumento da eficiência econômica e da conservação ambiental, deve ser o resultado da capacidade de organização dos atores sociais em torno de um projeto coletivo. Para isso, um processo amplo e abrangente de mudança social e de elevação das escolhas e das oportunidades da sociedade deve ser buscado, de modo a compatibilizar, no tempo, o crescimento econômico, a equidade social, a conservação do meio ambiente e a integridade cultural de sua população.

Do lado operacional, esse processo tem abordagem multidisciplinar e integradora das diversas dimensões da realidade, como a econômica, a sócio-cultural, a ambiental, a científico-tecnológica e a político-institucional.

Este plano foi desenvolvido utilizando-se de metodologia repassada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, à Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia - SEPLANCT, em treinamento realizado durante a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Grande Dourados, ocasião em que técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul participaram e credenciaram-se para essa nova etapa.

O Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal propõe a criação de competência técnica em planejamento do desenvolvimento regional em cada município da Região, incorporando os novos conceitos de desenvolvimento e técnicas de planejamento participativo.

Da mesma forma, busca capacitar profissionais e técnicos das prefeituras locais na metodologia e técnicas de planejamento regional sustentável, assessorar a montagem do sistema institucional de organização e representação da sociedade regional e contribuir para a implementação de um amplo processo de descentralização das ações e políticas públicas estaduais, com o fortalecimento das ações de âmbito regional.

Este plano é resultado de um amplo debate, envolvendo o Governo do Estado, as prefeituras dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Ladário e Miranda e a sociedade civil organizada, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Região do Alto Pantanal de Mato Grosso do Sul, de modo organizado, integrado e democrático, tendo sido elaborado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia.

Nas diferentes etapas de trabalho, oficinas municipais, oficina regional e diagnóstico pelo método Delfos, somou-se a participação de 550 pessoas, com as quais foram detectados 219 problemas, 124 potencialidades, sistematizados em 27 problemas e 17 potencialidades regionais, e a “visão de futuro” desejada para a Região do Alto Pantanal.

Neste documento, descreve-se o processo metodológico que foi utilizado para o desenvolvimento dos trabalhos. Em seguida, caracteriza-se a Região em seu conjunto e apresentam-se os Cenários Nacional e Estadual.

Apresenta-se, também, a “visão de futuro”, os problemas e as potencialidades da Região, declarados pelos atores locais. Registra-se, ainda, o planejamento de opções estratégicas e a carteira de programas e projetos, por eles indicados para a Região.

Conclui-se este documento apresentando os aspectos institucionais da criação do COREDES do Alto Pantanal, com seu estatuto e organograma de funcionamento para o gerenciamento e administração dos trabalhos nos próximos anos.

A Região do Alto Pantanal conta agora com um documento vivo, consistente, democrático e de construção coletiva, apontando dias melhores para todos.

Metodologia utilizada

O processo de construção do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal pautou-se pela integração entre a equipe técnica da UFMS e da SEPLANCT, com os representantes da sociedade civil organizada, em seus diferentes segmentos, combinando a visão analítica da equipe técnica com o conhecimento da realidade local dos representantes da sociedade. As informações foram consolidadas nas oficinas realizadas nos seis municípios participantes, no diagnóstico pela técnica Delfos¹ e nas oficinas regionais, objetivando elaborar a “visão de futuro” da Região e identificar os principais problemas, potencialidades e as opções estratégicas, seguidas da fase de estruturação institucional do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDES. Nesse sentido, foram observados os seguintes passos metodológicos:

1) Capacitação da equipe técnica e representantes da sociedade local

A capacitação e/ou nivelamento metodológico da equipe técnica é uma parte fundamental do processo, tanto no início dos trabalhos, para ajustar a base conceitual e metodológica para a execução, quanto na orientação e assessoria técnica ao longo do trabalho.

Dessa forma, foi providenciado um seminário para que esses procedimentos pudessem ser de domínio da equipe como um todo, consultores e técnicos de apoio local.

A capacitação dos participantes (equipe técnica e representantes da sociedade local), com base nas técnicas de sensibilização e dinâmicas de grupo, objetivou formar competência técnica na equipe para atuar no planejamento.

2) Pesquisa qualitativa

Atores sociais, conhecedores da realidade do seu município, tiveram a oportunidade de discorrerem sobre os fatores capazes de estimular ou inibir o desenvolvimento local e regional, nas Oficinas Municipais e Oficinas Regionais (preliminar e geral).

3) Levantamento de dados e informações gerais

Um conjunto de dados e informações sobre a realidade municipal e regional nas diversas dimensões, assim como documentos, projetos e mecanismos de promoção do desenvolvimento, destacando-se a identificação de diversos planos, programas e projetos federais, estaduais e municipais, foram levantados e sistematizados pela equipe técnica para subsidiar o plano.

4) Sensibilização

Intenso trabalho de sensibilização foi desenvolvido nas associações, sindicatos, comunidades rurais, com as lideranças e órgãos governamentais, visando a motivação e a participação de representantes da sociedade civil nas oficinas municipais.

5) Consulta a atores, lideranças e especialistas (metodologia Delfos)

Com base na pesquisa Delfos, foram aplicados 208 questionários, respondidos por representantes (atores) relevantes e especialistas da realidade regional, para captar a percepção dos mesmos sobre a “visão de futuro” e os principais fatores capazes de estimular ou inibir o desenvolvimento regional (problemas e potencialidades).

¹ Buarque, Sérgio C. Metodologia de planejamento de desenvolvimento local e municipal sustentável. 2.ed. IICA, Brasília, DF, 1999.

6) Análise dos cenários estadual e nacional e suas implicações na Região

Ampla análise sobre as diversas dimensões da realidade do Estado de Mato Grosso do Sul foi efetivada, com o objetivo de identificar o grau de implicação de elementos dessas dimensões na Região do Alto Pantanal, ou seja, quais as oportunidades e ameaças existentes nas demais regiões de MS.

7) Consulta à sociedade local em oficinas

Foram realizadas seis oficinas municipais, uma pré-regional e uma regional, com o objetivo de debater e selecionar os principais problemas, potencialidades e propostas de ações para o desenvolvimento regional, bem como, definir a “visão de futuro” e escolha dos representantes para a oficina regional.

8) Formulação da Visão de Futuro

A sociedade regional, por intermédio dos atores locais, nas oficinas municipais e pesquisa Delfos, declarou a “visão de futuro” desejada para seu território como um contraponto da realidade atual, indicando onde esta sociedade quer chegar num horizonte de vinte anos. Esse processo de prospecção de futuro é, ao mesmo tempo, especulativo e conspirativo, em que os atores que o constroem passam a adotar ações que promovam sua antevisão declarada. Esse processo serviu de base para a formulação dos programas e projetos.

9) Sistematização, organização e hierarquização das informações e conhecimento

O material gerado nas oficinas locais e na pesquisa Delfos resultou em informações e dados concretos, consistentes e convergentes, sobre os problemas e potencialidades regionais, as ameaças do contexto externo e a “visão de futuro”, que formam a base das estratégias de ações.

10) Definição das opções estratégicas

A formulação das opções estratégicas foi sistematizada na oficina regional, com a participação dos representantes das oficinas municipais e com base no material gerado nas oficinas locais, tendo como orientação a “visão de futuro” emanada da sociedade representada.

11) Elaboração da versão preliminar completa do Plano

Foi apresentada, para apreciação e aprovação dos representantes na oficina regional, uma versão preliminar do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal de Mato Grosso do Sul.

12) Organização do espaço institucional

Foi instituído provisoriamente o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável - COREDES Alto Pantanal/MS, com a missão de elaborar os estatutos do conselho, definir composição e aprovar a carteira de projetos.

13) Definição da Carteira de Projetos Estratégicos

Em reunião com a equipe técnica e membros do Conselho (COREDES), foram sistematizadas as grandes prioridades (carteira de projetos) de investimentos, indicando os objetivos, as linhas de ação, metas e indicadores, instrumentos, prazos e parcerias para gerenciamento dos projetos de desenvolvimento da Região.

14) Aprovação final do plano

Em reunião dos representantes municipais eleitos para a oficina regional foram discutidos e aprovados a versão final do plano e o estatuto do COREDES.

Estrutura do documento

O presente documento possui a seguinte estrutura :

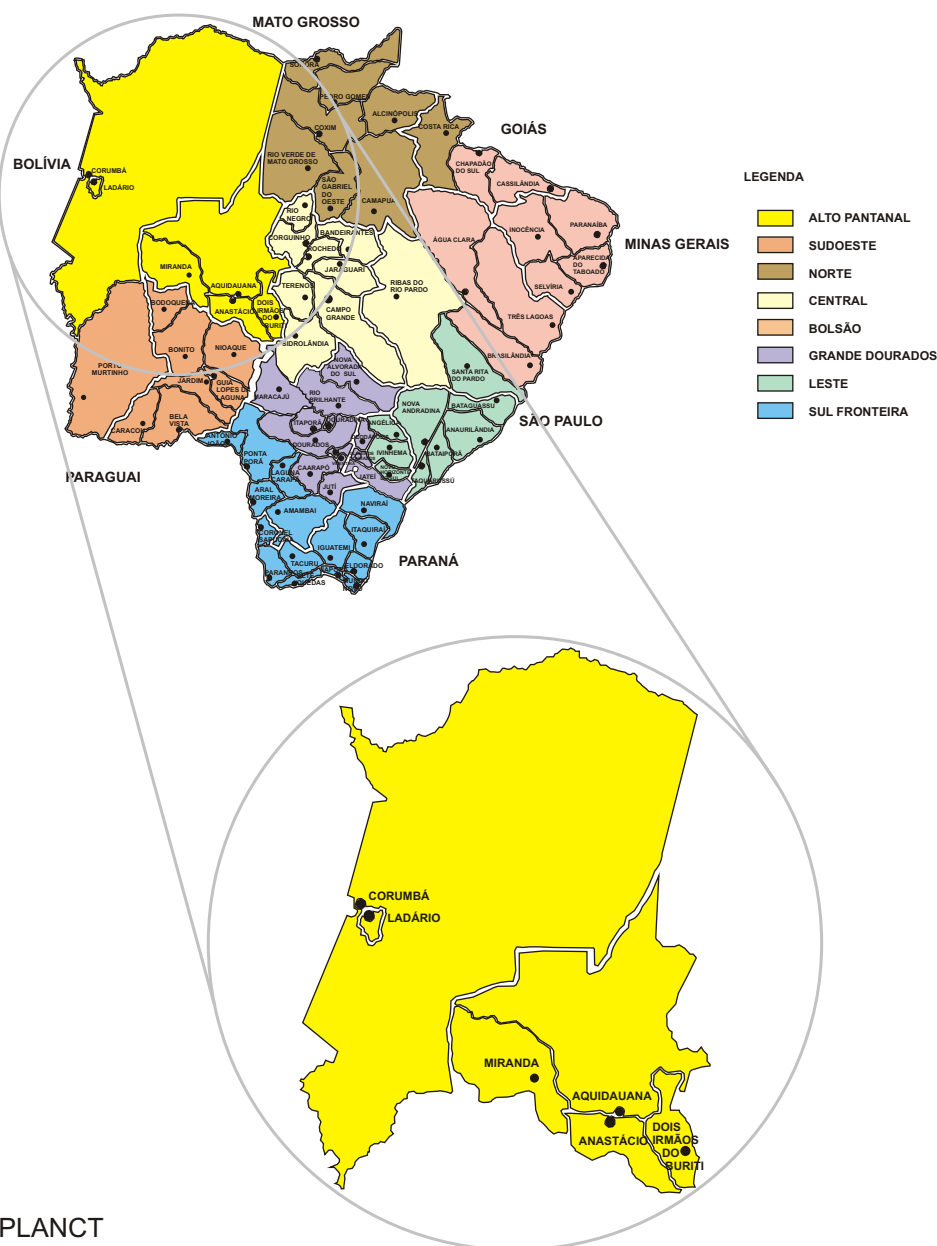
- 1) Caracterização da Região - Discussão da dimensão histórica, social, econômica, ambiental, política e institucional;
- 2) Problemas e Potencialidades - Definição dos principais problemas e potencialidades da Região;
- 3) Macrotendências Mundial, Nacional e Estadual - Descrição sistemática das tendências do contexto externo e análise das oportunidades e ameaças exógenas;
- 4) Visão de Futuro - Apresentação da “visão de futuro” desejada pela sociedade para a Região, e dos objetivos gerais e específicos, juntamente com suas metas;
- 5) Opções Estratégicas - As opções estratégicas em seus eixos e prioridades, com o detalhamento dos programas e projetos, por meio da carteira de projetos prioritários e dos instrumentos (meios de financiamento e fonte);
- 6) Organização Institucional - O sistema de gestão do Plano, com a organização do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal, órgão responsável pela operacionalização do Plano.

1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A partir de critérios de ordem geográfica, econômica, histórica e social, a SEPLANCT delimitou, para efeito de trabalho com o desenvolvimento regional sustentável, uma nova divisão do Estado de Mato Grosso do Sul, em oito regiões²: Alto Pantanal, Bolsão, Central, Norte, Grande Dourados, Leste, Sudoeste e Sul-Fronteira.

Buscou-se, dessa forma, identificar o grau de homogeneidade dos setores produtivos, meios de comunicação e acesso, infra-estrutura, meio ambiente, bacias hidrográficas, entre outros, para a caracterização das regiões.

Figura 1 - Região do Alto Pantanal de Mato Grosso do Sul



Fonte: SEPLANCT

² Ressaltamos ainda que, além dessa divisão geopolítica organizada pela SEPLANCT, existem outras divisões, como por exemplo a do IBGE, dividindo o estado em 11 microrregiões, e a do PDTUR com 7 regiões geopolíticas, partindo de um pressuposto dos corredores de turismo do Estado.

1.1 Aspectos da realidade da Região

Estabelecida no século XVIII, a pecuária extensiva foi a principal responsável pela ocupação da Região. Recentemente, outras atividades econômicas têm se desenvolvido, como o turismo (ecológico, da pesca e rural), a mineração e o comércio de fronteira (Corumbá/Porto Suarez). As relações comerciais com a Bolívia, pelos acessos rodoviário, ferroviário e hidroviário, entre Corumbá e Porto Suarez (pertencente ao Departamento de Santa Cruz), têm se intensificado nos últimos anos, verificado mediante os fluxos de mercadorias e pessoas entre as duas localidades.

Os índices de desenvolvimento social da Região do Alto Pantanal indicam claramente o processo recente de desenvolvimento que os municípios vivem. Nos últimos 20 anos, a Região tem sido cada vez mais incluída nos projetos ambientais para a preservação do ecossistema pantaneiro, recebendo recursos financeiros, os quais têm sido revertidos em obras de infra-estrutura, projetos sociais, pesquisas ambientais, colocando a Região em destaque nacional e internacional. Algumas obras programadas para o Pantanal têm colocado em confronto a relação homem x natureza, chamando a atenção das autoridades políticas e ambientalistas, entre as quais são citadas o Gasoduto Brasil - Bolívia, a termelétrica de Corumbá, a hidrovía Paraguai - Paraná e o turismo da pesca predatória.

Considerando a extensão territorial da Região pantaneira (com mais de 100 mil km² no território sul-mato-grossense) e que boa parte dessa área está sujeita à inundação periódica, situada numa das áreas mais centrais do Continente Sul-Americano, com baixa densidade demográfica ligada às condições ambientais e econômicas, proporcionando o surgimento de poucas cidades, a Região do Alto Pantanal possui graves problemas de integração regional entre os municípios e entre as áreas urbanas e rurais da própria Região, agravados pela pouca oportunidade de emprego e elevação do custo de vida gerado pela crescente urbanização.

O processo de ocupação da Região do Alto Pantanal teve início com os espanhóis e bandeirantes em busca do ouro, utilizando os rios como vias de penetração. Depois vieram as entradas de gaúchos, paulistas e nordestinos, utilizando os caminhos abertos pelos primeiros e a ferrovia construída no início do século XX.

No século XIX, a Região sofre com a Guerra do Paraguai, deixando várias marcas de destruição e abandono no território. No início do século XX, a ferrovia é construída, cortando a parte sul da Região. Os índios são protegidos em reservas, cujo contingente é um dos maiores do país.

A ferrovia é um marco no processo de ocupação da Região, substituindo o Rio Paraguai como via de transporte, integrando-a ao mercado paulista e ao Porto de Santos. Como a finalidade da ferrovia era geopolítica de segurança nas fronteiras e não de povoamento, nenhuma nova cidade surgiu no percurso entre Campo Grande e Corumbá. Entretanto, as cidades já existentes passaram por um grande surto de progresso, como foram os casos de Corumbá, Miranda e Aquidauana.

A partir dos anos 80, a rodovia BR-262 torna-se a ser a principal via de integração das cidades da Região com a capital do Estado e com os mercados do sudeste. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1997, facilitou sobremaneira o processo de tomada de decisão sobre os problemas regionais. Ainda nesta década, vários programas federais de desenvolvimento, criados pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO, foram implantados na Região, como o PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), dinamizando as atividades agropecuárias, implantando infra-estruturas urbanas e rurais e vários equipamentos sociais, comunitários e científicos, em vários municípios da Região.

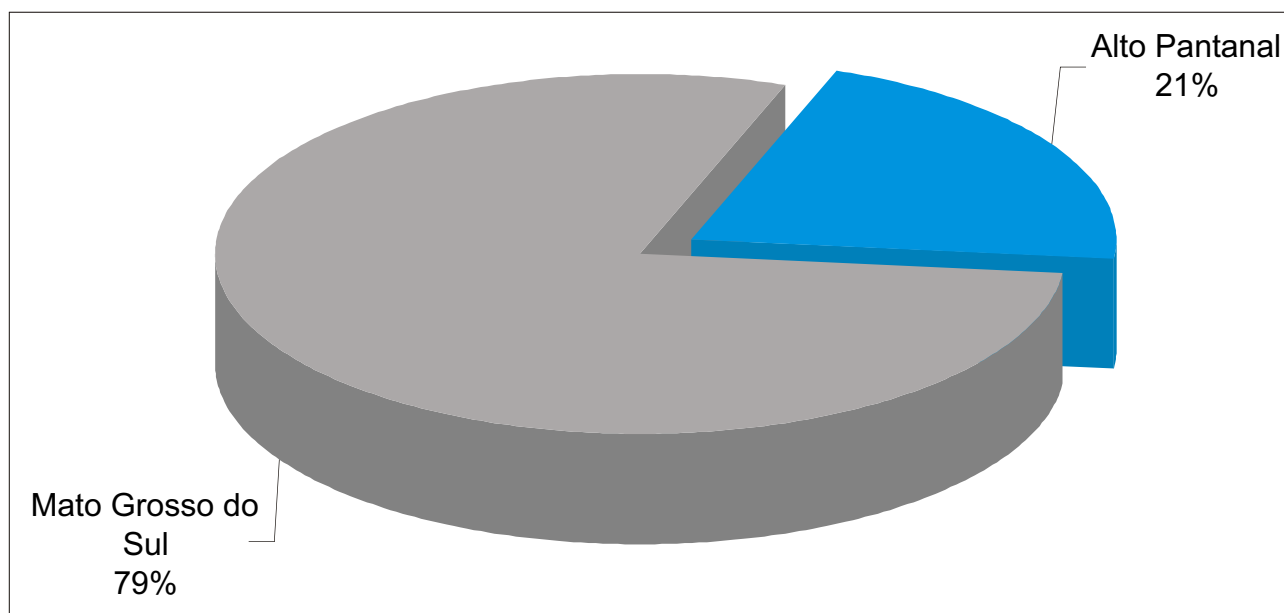
Nos anos 90, os recursos internacionais e nacionais para a conservação do Pantanal, como o Programa Pantanal e os recursos provenientes das atividades turísticas, vêm trazendo novas perspectivas de desenvolvimento para a os municípios da Região do Alto Pantanal.

1.2 Dimensão ambiental

A Região do Alto Pantanal localiza-se na porção centro-oeste e noroeste do Estado do Mato Grosso do Sul, abrangendo seis municípios: Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Ladário e Miranda, totalizando 93.117,73 km², representando 21% da área total do Estado (Gráfico 1).

Limita-se ao Norte com o Estado de Mato Grosso; ao Sul, com os municípios sul-mato-grossenses de Porto Murtinho, Bodoquena, Bonito, Nioaque e Maracajú; a Oeste, possui limites internacionais com a República da Bolívia; e a Leste, com os municípios sul-mato-grossenses de Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Corguinho, Rochedo, Terenos e Sidrolândia.

Gráfico 1 - Participação da Região do Alto Pantanal na composição territorial do Estado



Fonte: SEPLANCT/MS

Corumbá é o maior município da Região e do Estado, com 64.964,93 km², representando 71,3 % da área da Região e 18,1 % do Estado. A Região situa-se entre as coordenadas de 17° 49' 28" latitude Sul (Corumbá) e 21° 03' 17" de latitude Sul (Anastácio) e 55° 09' 02" de longitude Oeste (Dois Irmãos do Buriti) e 58° 18' 59" de longitude Oeste (Corumbá).

Em 1980, a Região possuía cerca de 12,45% da população do Estado. Ao longo dos vinte anos seguintes, seus números populacionais acompanharam a tendência de crescimento da população do Estado, mas em taxas menores, o que acabou indicando, para o ano de 2000, uma participação relativa de 10,07% na população total do Estado.

Geologicamente, a Região caracteriza-se por terrenos da Formação Pantanal a oeste, com manchas de Aluviões Recentes ao centro, cortados por faixas em sentido norte-sul dos Grupos Corumbá, Formação Cerradinho, Jacadigo e Urucum, e Cuiabá e a leste, três faixas no mesmo sentido recobrem a Região de leste para oeste, respectivamente, duas do Grupo São Bento, Formações Serra Geral e Aquidauana, e outra do Grupo Itararé, também com terrenos na Formação Aquidauana.

Esse rico embasamento geológico propicia a existência e a exploração de importantes jazidas minerais, em especial no município de Corumbá, tais como ferro e manganês do Maciço do Urucum (Formação Urucum) e calcário (cimento e cal), das Pedreiras Lajinha e Saladeiro (Grupo Corumbá), e nos demais municípios da Região sobressai as explorações de areia e cascalho (Aluviões Recentes).

Segundo a classificação proposta por Köppen, o tipo climático da Região é **Aw**, que corresponde ao clima tropical subúmido/seco megatermal, com verões chuvosos e invernos secos, índices hídricos de 0,0 a -33,3, com pequeno ou nenhum excedente de água no verão e grande deficiência no inverno, que, de forma geral, tem uma redução de precipitação de leste para oeste, oscilando de 1.400 mm em Dois Irmãos do Buriti para 1.000 mm em Corumbá. A temperatura média anual é de 25,1°C, com pequena variação de temperaturas médias mensais, que oscilam de 28°C em janeiro, o mês mais quente, a 22°C em julho, o mês mais frio, resultando em evapotranspiração anual superior a 1.140 mm.

Geomorfologicamente, a área caracteriza-se pelas terras não-inundáveis do Planalto da Borda Ocidental da Bacia do Paraná, em Dois Irmãos do Buriti, pela depressão dos rios Aquidauana, Miranda e Paraguai, que abrange a totalidade do município de Anastácio e parte dos demais, e pelas terras inundáveis da Planície e do Pantanal Sul-mato-grossense, que se despontam em Corumbá, Miranda e Aquidauana, perfazendo cerca de 80.000 Km², ou seja, 87,8 % da área total dos municípios que compreendem a Região do Alto Pantanal.

Os solos da Região - com exceção dos Latossolos Roxos de Dois Irmãos do Buriti, férteis e bem drenados - são pobres em fertilidade, de textura arenosa e hidromórficos, destacando-se os Planossolo, Planossolo Solódico, Podzol Hidromórficos, Glei Pouco Húmico, Vertissolo e as Areias Quartzosas Hidromórficas. As coberturas vegetais nativas da área são o Cerrado ou Savana Brasiliense, arbórea aberta, arbórea densa e gramíneo-lenhosa, e as Formações Pioneiras, sendo suas fisionomias associadas à disponibilidade de água e à profundidade e fertilidade dos solos onde se encontram alojadas.

A característica principal dos terrenos do Alto Pantanal é o seu regime fluvial sazonal, que provoca grandes inundações. Suas declividades, muito fracas, de 0,3 a 0,5 m/Km, provocam o lento escoamento das águas do Rio Paraguai e de seus afluentes em seus baixos cursos, acarretando uma defasagem de cerca de 2 a 3 meses, entre a entrada da cheia no pantanal sul-mato-grossense, e sua chegada em Corumbá. As inundações atingem suas máximas de maio a julho, não coincidindo com a estação chuvosa, que vai de outubro a março.

A dinâmica das inundações na Região é comum, representando um sistema cíclico, em que o fluxo de entrada e de saída das águas anualmente desempenham um papel importante na ciclagem de nutrientes, sedimentos e água, contribuindo para a manutenção do equilíbrio dinâmico dos biótipos, que variam de terrestres a aquáticos.

O Pantanal abriga pelo menos 3.500 espécies de plantas, 264 de peixes, 652 de aves, 102 de mamíferos, 177 de répteis e 40 de anfíbios, sendo os níveis de endemismo encontrados não tão pronunciados como os do cerrado. A fauna do Alto Pantanal está relacionada, em grande parte, à existência do cerrado, com influências amazônicas. Há indicações de que muitas espécies típicas de água doce do Alto Pantanal permanecem desconhecidas.

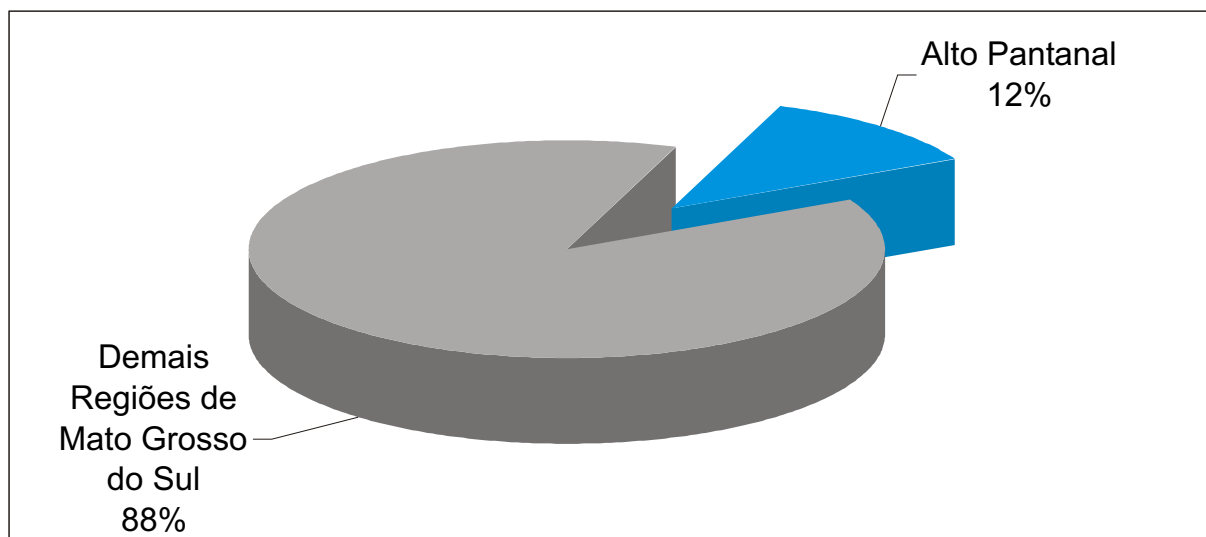
1.3 Dimensão econômica

1.3.1 Produto Interno Bruto

Para a análise inicial do desempenho da economia da Região usou-se de dados comparativos do comportamento do Produto Interno Bruto, que avalia, em termos monetários, a produção de bens e serviços em um determinado período.

Tendo como base o ano de 1980, observa-se que a economia da Região contribuía com 12% do PIB estadual (Gráfico 2).

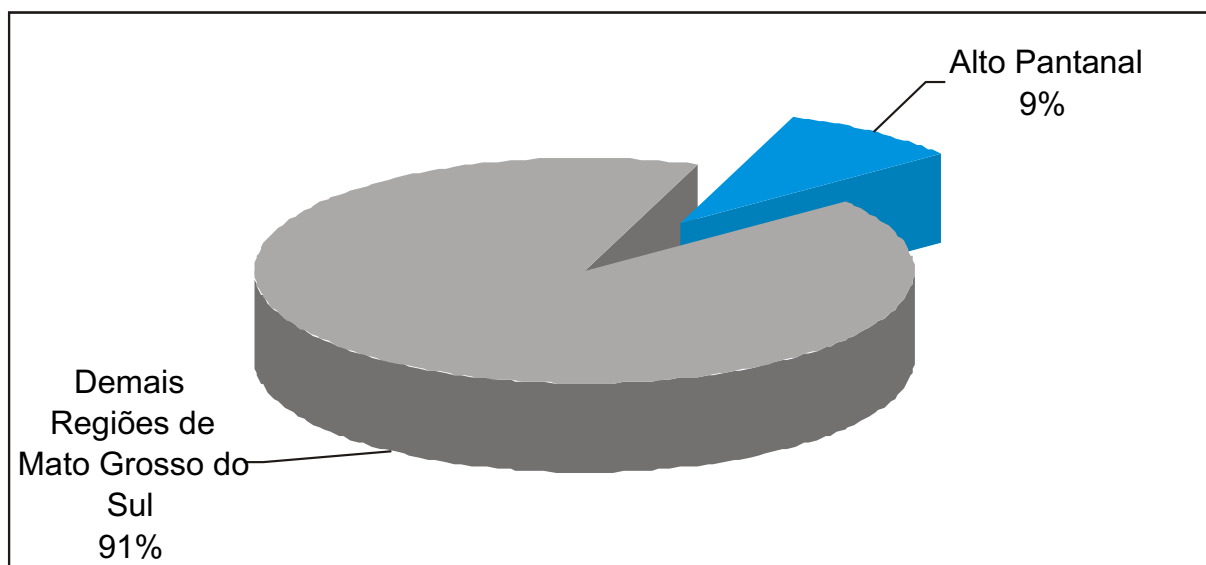
Gráfico 2 - Contribuição da Região do Alto Pantanal no PIB estadual, em 1980



Fonte: IPEA

Comparado com as informações para o ano de 1996 (Gráfico 3), a contribuição apresentou uma queda relativa de 9%, em relação ao crescimento do PIB do Estado. Na verdade, ao longo do período considerado, a Região não apresentou um retrocesso, mas sim avanço, crescendo em taxas menores, o que indica a existência de potencial e capacidade de crescimento.

Gráfico 3 - Contribuição da Região do Alto Pantanal no PIB estadual, em 1996



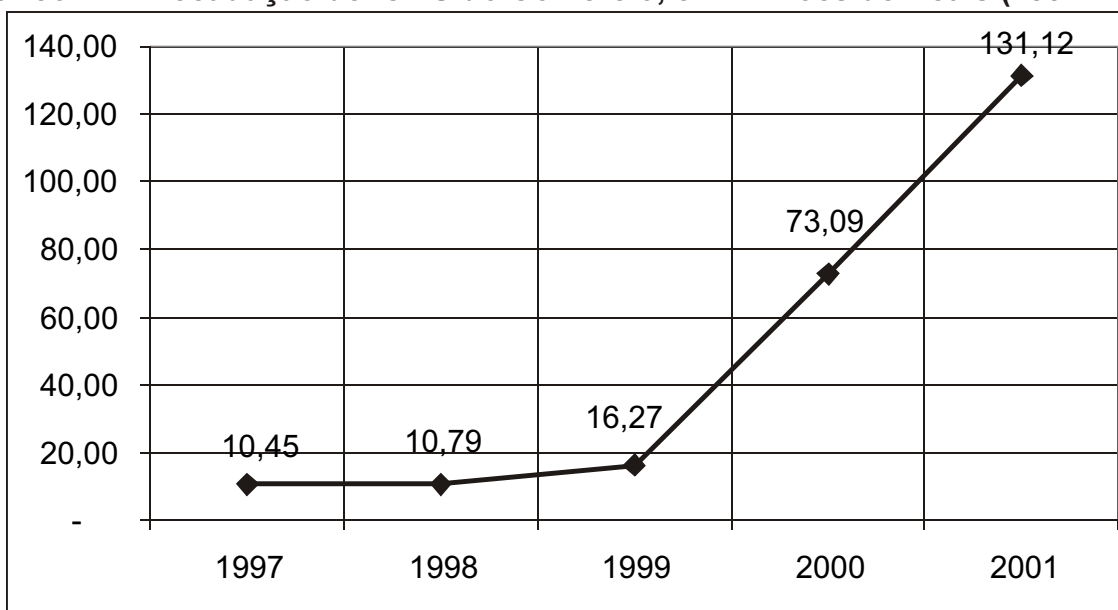
Fonte: IPEA

1.3.2 Comércio, Serviço e Indústria

Uma das formas de caracterizar a importância dos setores de atividade econômica é recorrer a um dos indicadores existentes: a arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS.

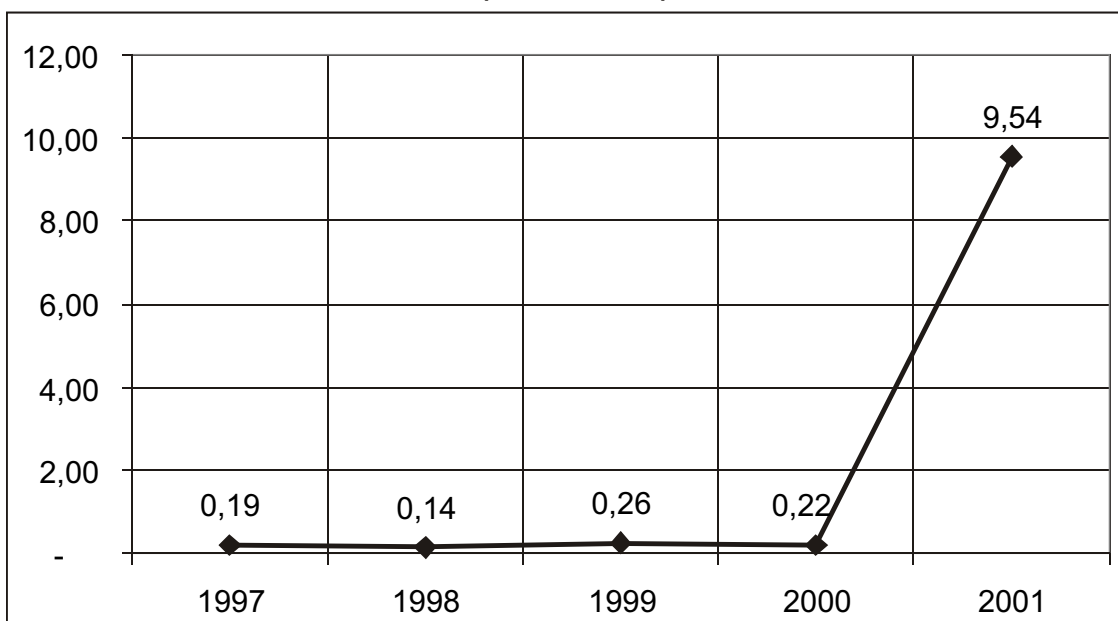
O principal setor econômico que contribui na arrecadação do ICMS da Região é o comércio. E este tem crescido em importância nos últimos anos, passando de 62,68% do total arrecadado, em 1997, para 88,42%, em 2001. O setor de serviços passou de 1,17%, em 1997, para 6,43%, em 2001. Os principais fatores que provocaram esse crescimento foram os investimentos realizados para a instalação do gasoduto Bolívia - Brasil, bem como os reajustes nos preços de telefonia e dos combustíveis, que explicam grande parte do aumento da arrecadação nesses setores.

Gráfico 4 - Arrecadação de ICMS do Comércio, em milhões de Reais (1997 - 2001)



Fonte: SEPLANCT

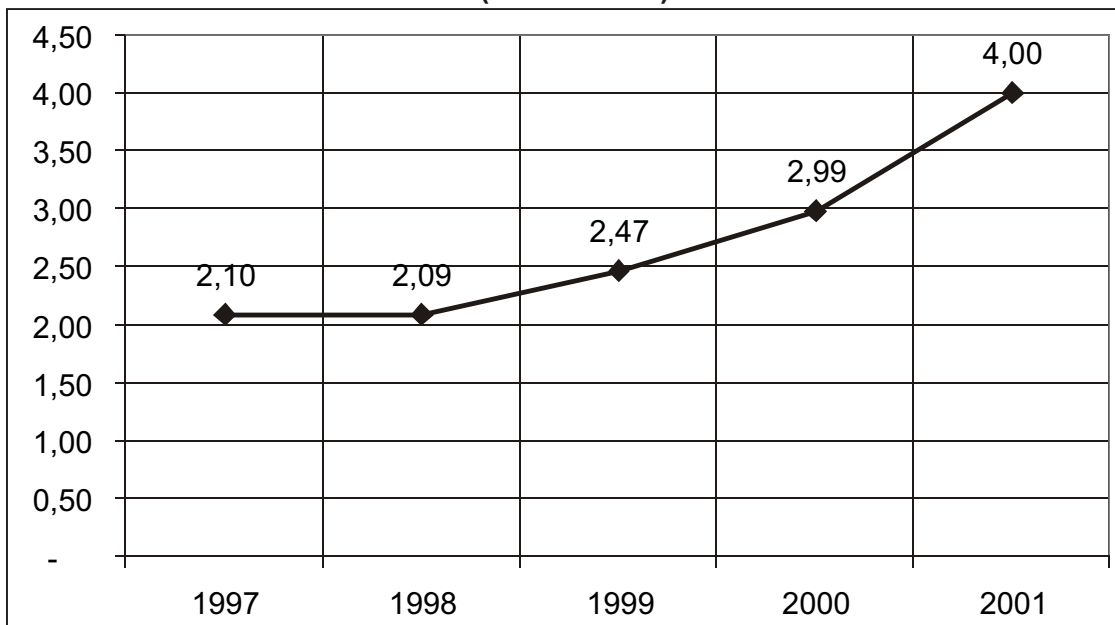
Gráfico 5 - Arrecadação de ICMS do setor de serviços, em milhões de Reais (1997 - 2001)



Fonte: SEPLANCT

O crescimento da arrecadação de ICMS também é acompanhado pelo setor industrial, que apresenta uma significativa melhora nos últimos anos, como pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Arrecadação de ICMS do setor industrial, em milhões de Reais (1997 - 2001)



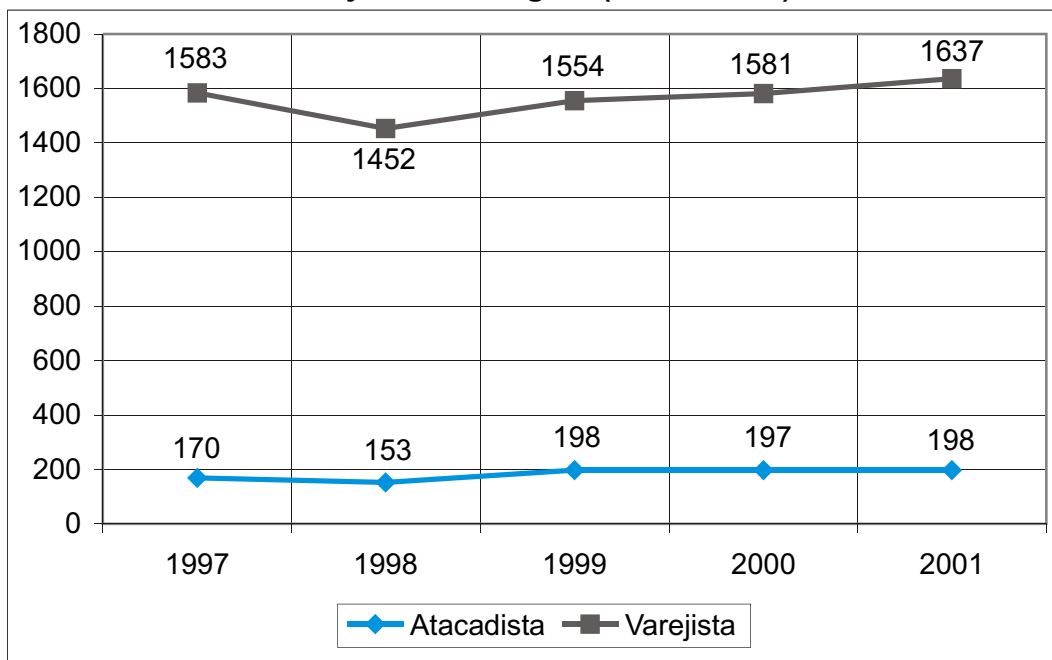
Fonte: SEPLANCT

Sendo a Região caracterizada pela existência do Pantanal sul-mato-grossense, seria normal, em uma primeira impressão identificar a principal atividade econômica ligada à agropecuária. Mas, as informações existentes indicam que a economia, em termos regionais, esta ligada às atividades predominantemente urbanas.

A Região apresentou, em 2001, um total de 1835 estabelecimentos comerciais, indicando um crescimento de 4,7% em relação a 1997, quando totalizava 1753 estabelecimentos (Gráfico 7). É importante destacar que a região sofreu uma variação muito significativa no número de estabelecimentos comerciais nos primeiros anos da década de 90, quando esses números superavam os registrados atualmente; e somente a partir da segunda metade da década de 90 que o número total de estabelecimentos na região voltou a crescer.

As atividades de Comércio estão basicamente concentradas em dois municípios: Corumbá, que contribuiu, em 2001, com 47,9% do total de estabelecimentos, seguido por Aquidauana, com 22,7%. Entre 1997 e 2001, Corumbá foi o município que apresentou um crescimento mais significativo no número de estabelecimentos comerciais. Por outro lado, Aquidauana, principalmente, apresentou uma pequena redução no número de estabelecimentos, o que diretamente indica redução ou estagnação no crescimento do número de atividades comerciais também nos municípios próximos, como Anastácio, Miranda e Dois Irmãos do Buriti.

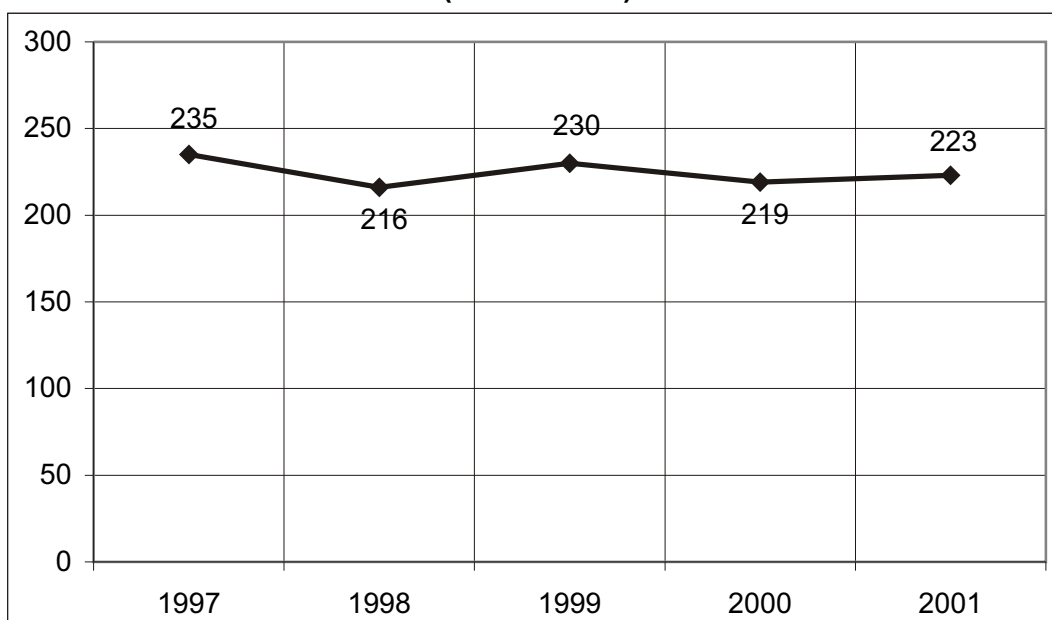
Gráfico 7 - Evolução do número de estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas na Região (1997 - 2001)



Fonte: SEPLANCT/MS

A Região apresentava 235 estabelecimentos de serviços em 1997, e 223 em 2001 (Gráfico 8). O número de estabelecimentos de serviços está, em grande parte, concentrado no município de Corumbá, que contribuiu com 56,1% no total de estabelecimentos, em 2001.

Gráfico 8 - Evolução do número de estabelecimentos de serviços na Região (1997 - 2001)

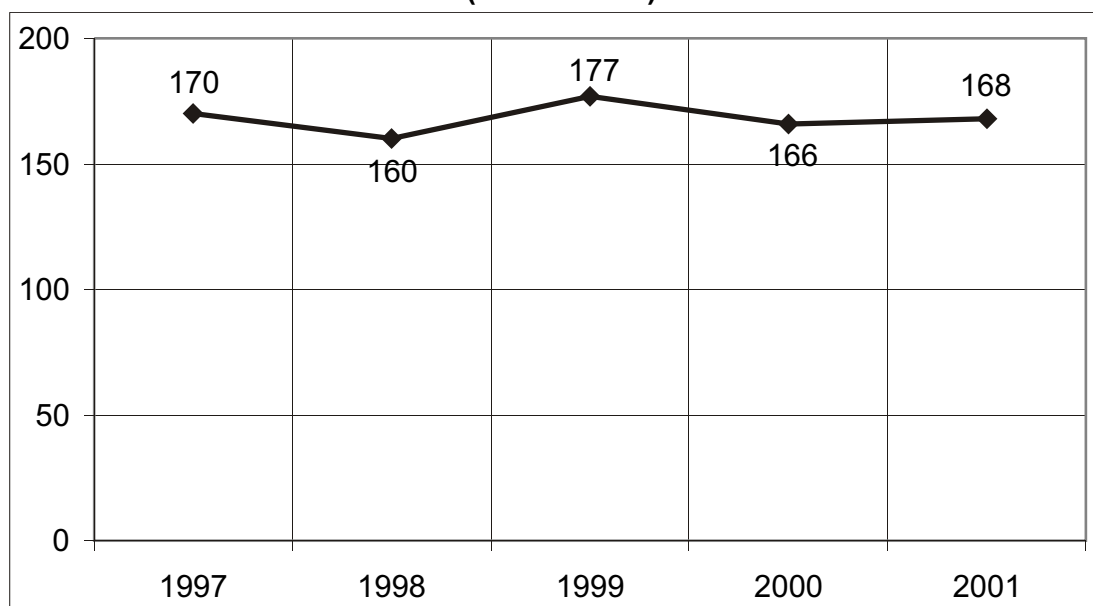


Fonte: SEPLANCT/MS

O número total de estabelecimentos industriais, na Região, oscilou durante os últimos anos, de 170 em 1997, para 168 em 2001 (Gráfico 9). Corumbá contribuiu com 31,5% do total de estabelecimentos, seguido por Aquidauana com 31,0%, Anastácio com 16,7%, Miranda com 16,1%, Ladário e Dois Irmãos do Buriti com 3,0% e 1,8%, respectivamente.

Com exceção do município de Corumbá, no período de 1997 a 2001, os demais municípios vêm apresentando uma oscilação no número de estabelecimentos industriais, o que, somado aos dados já vistos acima, acaba por denotar uma situação de estagnação econômica nas atividades municipais.

Gráfico 9 - Evolução do número de estabelecimentos industriais na Região (1997 - 2001)

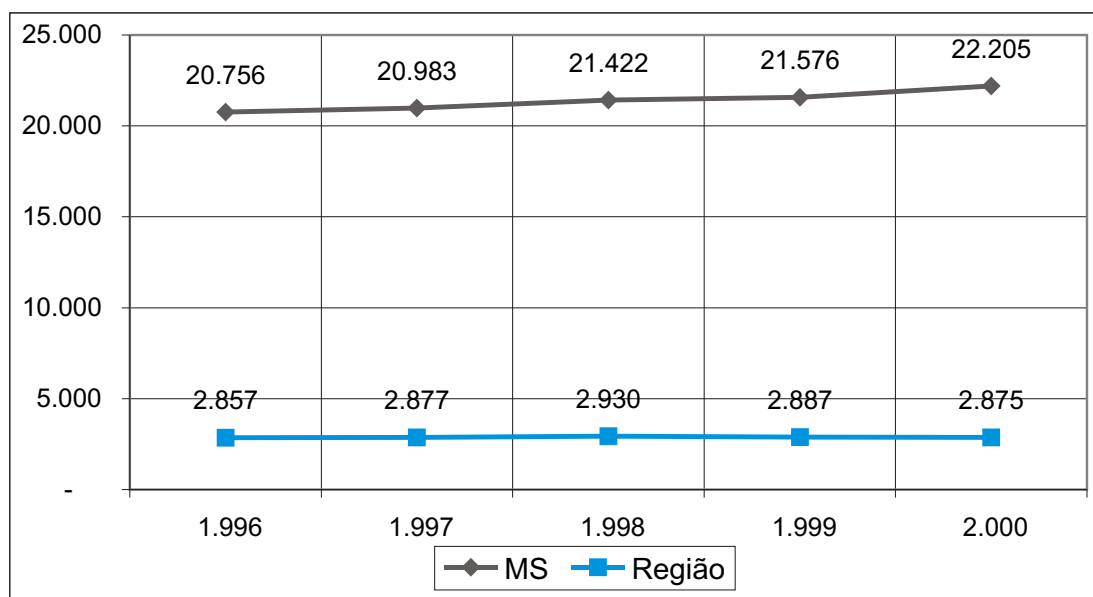


Fonte: SEPLANCT/MS

1.3.3 Agropecuária

Como atividade econômica que remonta ao início da ocupação da Região, a pecuária constitui-se na mais importante atividade agropecuária. Em 2000, a Região apresentou um grande rebanho bovino, com um total de 2,8 milhões de cabeças, que corresponde a 12,9% do total do Estado. Os municípios que se destacam nesta atividade são Corumbá, que contribuiu com 52,2% (1,5 milhão de cabeças), seguido por Aquidauana, com 21,4% (615 mil cabeças). Corumbá e Aquidauana são favorecidos principalmente pela extensão territorial existente, representando 88,1% da área total da Região.

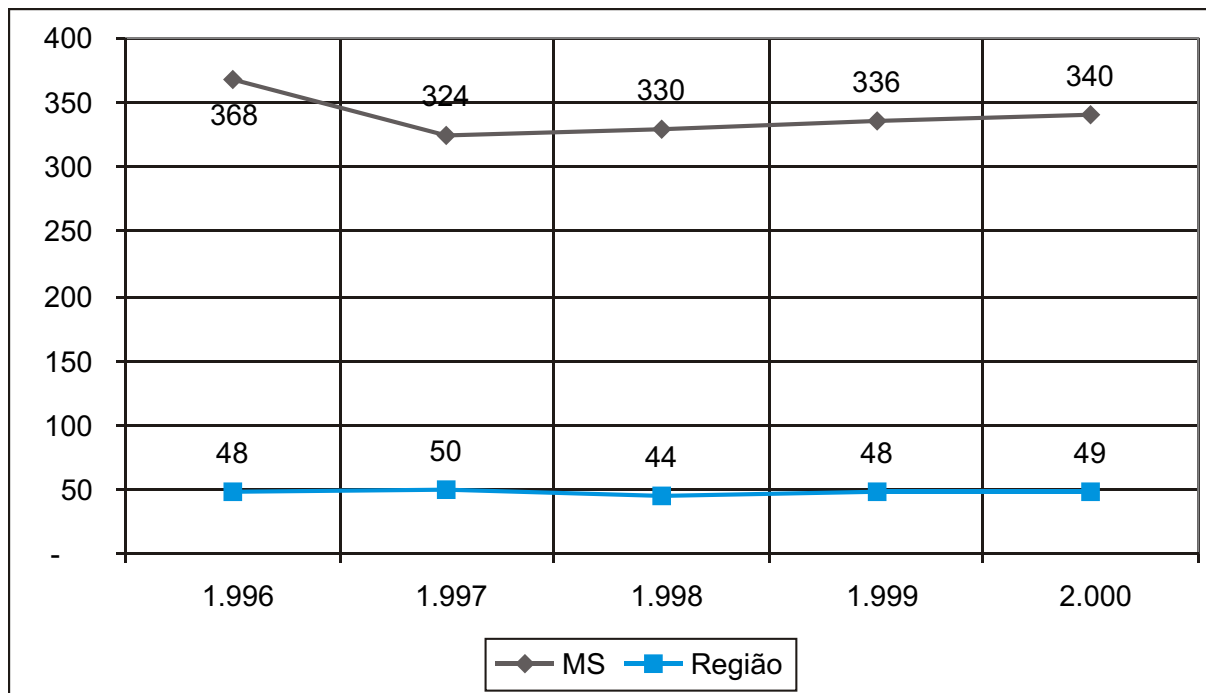
Gráfico 10 - Total do rebanho bovino, em milhares de cabeças (1996 - 2000)



Fonte: SEPLANCT/MS

Outro rebanho importante é o eqüino, que chegou a 49 mil cabeças em 2000, contribuindo com 14,3% do total do Estado. O rebanho eqüino concentra-se nos municípios de Corumbá, com 57,7% do rebanho da Região (28 mil cabeças), seguido por Anastácio, com 17,9% do rebanho (8,6 mil cabeças). Esta atividade segue a proporção da concentração do rebanho bovino, sendo a criação do rebanho eqüino uma atividade de suporte à pecuária.

Gráfico 11 - Total do rebanho eqüino, em milhares de cabeças (1996 - 2000)



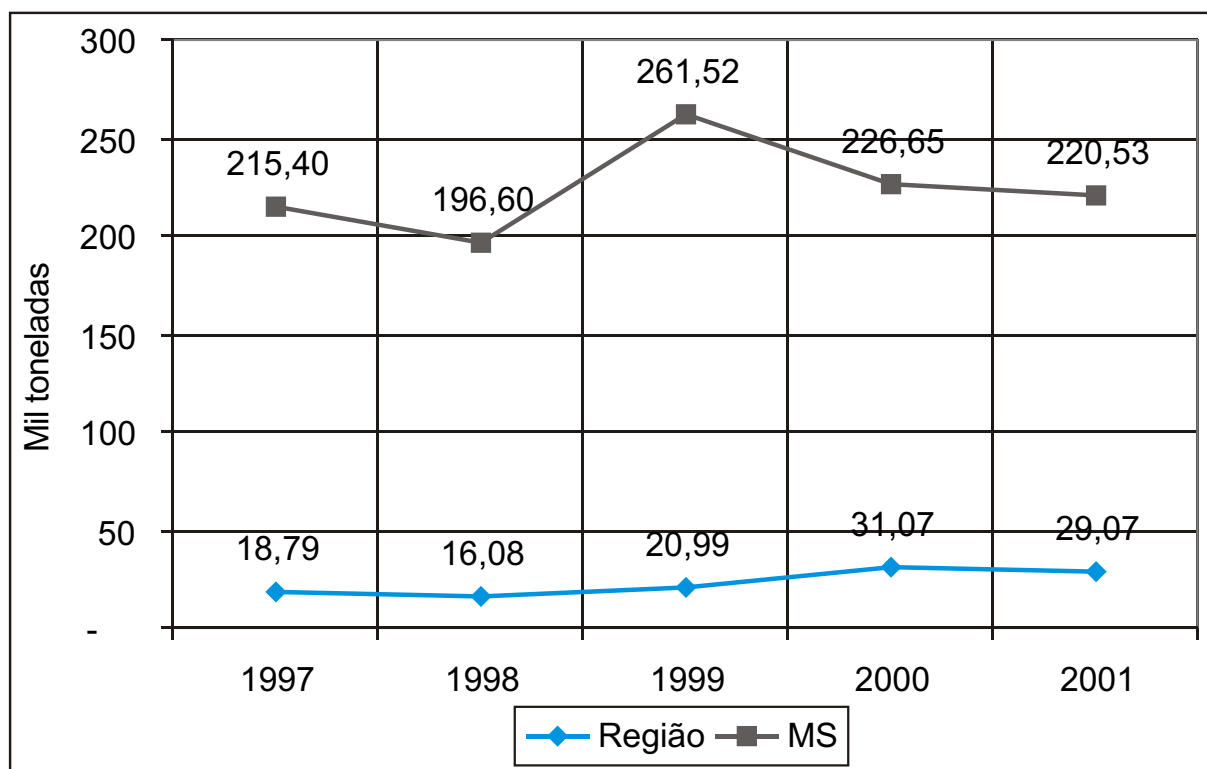
Fonte: SEPLANCT/MS

A Região também apresenta um importante rebanho ovino, que atingiu 40 mil cabeças em 2000, correspondendo a 10,9% do total do rebanho estadual. Desse total, o município de Corumbá contribuiu com 44,8% (17 mil cabeças) e Anastácio com 24,6% (9,8 mil cabeças).

A produção da suinocultura e da avicultura não chega a ser expressiva na Região, mas atingiu no ano de 2000, 4,8% (31 mil cabeças de suínos) e 2,1% (356 mil aves), respectivamente, do total produzido no Estado.

A produção agrícola, com uma participação relativamente pequena na Região, está concentrada praticamente em produtos tradicionais, como o arroz, a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar e o feijão. A produção de arroz em casca é a principal cultura, chegando a representar 13,2% (29.067 toneladas) do total do Estado (Gráfico 12). A produção de arroz concentra-se praticamente no município de Miranda, que contribuiu com 99,3% (28,8 mil toneladas) do total da Região.

Gráfico 12 - Produção de arroz, em milhares de toneladas (1997 - 2001)



Fonte: SEPLANCT/MS

A produção de feijão, em 2001, foi de 2.400 toneladas (7,8% do total do Estado), sendo o município de Corumbá o principal produtor, com 1.200 toneladas (50,0%), seguido por Dois Irmãos do Buriti, com 720 toneladas (30,0%).

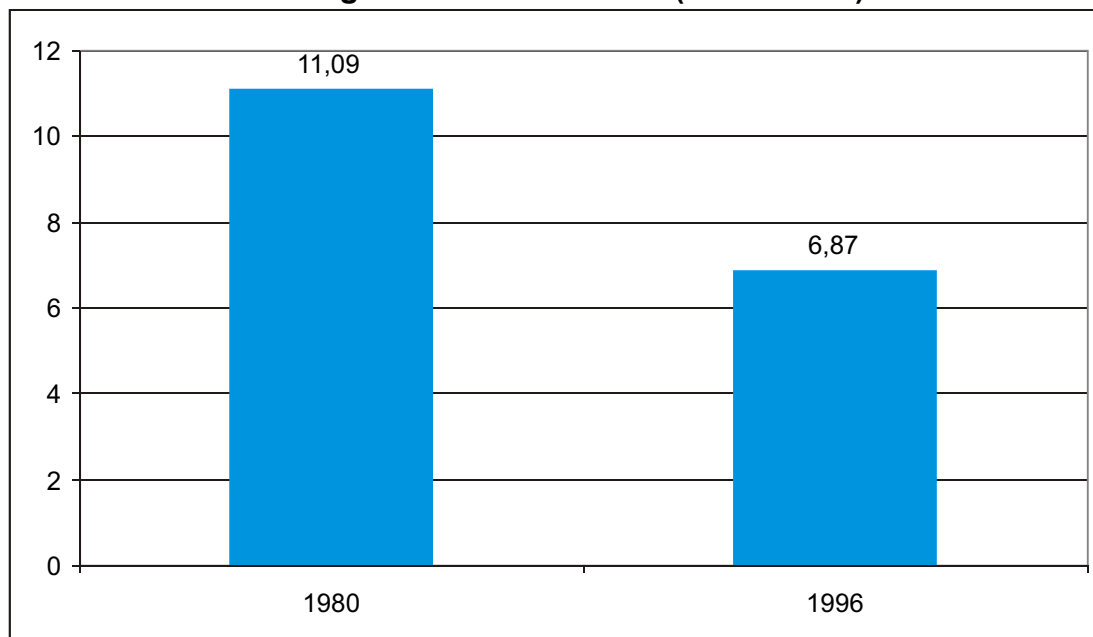
Para a Região, tem-se ainda a mandioca que, em 2001, atingiu uma produção de 30.150 toneladas, o equivalente a 4,9% do total produzido no Estado. O município que mais produz mandioca na Região é Dois Irmãos do Buriti, com 34,8% (10.500 toneladas), seguido por Corumbá, com 29,9% (9.000 toneladas) da produção regional.

Em 2001, a produção regional de cana-de-açúcar chegou a 152.710 toneladas, aproximadamente 2,0% do total do Estado. A produção concentra-se no município de Dois Irmãos do Buriti, com uma produção de 147.960 toneladas (96,9% do total da produção regional).

O milho teve uma menor contribuição na produção estadual, chegando a 8.769 toneladas em 2001 (apenas 0,4% do total da produção estadual).

É interessante observar que, apesar de possuir uma participação reduzida na economia regional o setor agropecuário passou por um processo de transformação. Conforme é mostrado no Gráfico 13, entre 1980 e 1996, houve importante incremento no uso de máquinas e equipamentos, fazendo com que a relação entre o número de pessoal ocupado e máquinas fosse alterada. Se para o ano de 1980 essa relação acusava 11,09 pessoas por máquina, para 1996 passou a ter 6,87 pessoas por máquina. Isso indica que quase 40% da mão-de-obra ocupada em atividades rurais foi substituída pelas máquinas.

Gráfico 13 - Proporção máquinas/pessoal empregado no setor agropecuário, na Região do Alto Pantanal (1980 - 1996)



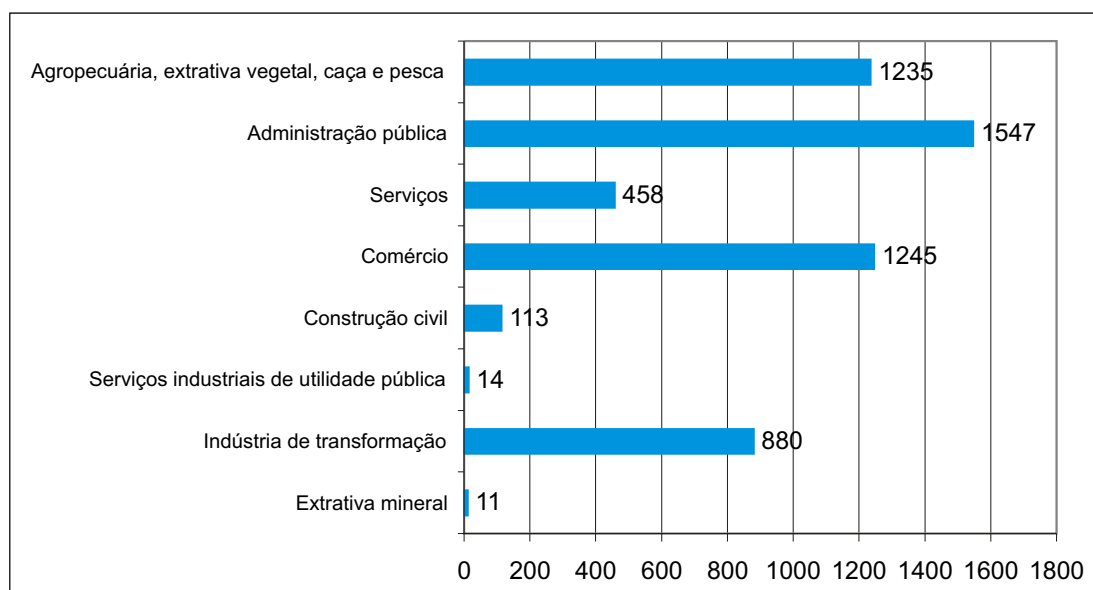
Fonte: Censo Agropecuário 1980 e 1995/1996

1.3.4 Número de pessoal ocupado em todos os setores

A predominância na Região das atividades econômicas urbanas também é observada na alocação de pessoal empregado por setores (Gráfico 14). Nesse aspecto, aparece a importância da Administração Pública como alternativa. Como foi visto acima, os setores Comércio e Serviços apresentavam uma situação de crise. Geralmente, quando a crise se estabelece, o Estado passa a ser o principal empregador.

Para as informações referentes à situação da ocupação, em 31 de dezembro de 2000, a Administração Pública aparece com 28,1% do pessoal empregado. Na seqüência, temos o Comércio, com 22,6%, a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, com 22,4%, a Indústria de Transformação, com 15,9%, e outros setores, com os restantes 11,0%.

Gráfico 14 - Distribuição do Emprego por setor de atividade na Região do Alto Pantanal, em 2000



Fonte: TEM/RAIS, 2000

1.3.5 Turismo

A atividade turística assumiu papel relevante na economia mundial, essencialmente a partir do século XX, sendo considerada como uma das mais importantes fontes de geração de renda, em diferentes regiões do planeta.

O turismo no Brasil vem crescendo em média de 3,5% ao ano e contribuiu com 7,0% para a formação do Produto Interno Bruto brasileiro, no ano de 2001. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo/Embratur, estima-se que a atividade turística seja responsável por cerca de 5,5 milhões de empregos.

O Estado de Mato Grosso do Sul é privilegiado em belezas naturais e ecossistemas complexos, como o Pantanal sul-mato-grossense, com uma enorme biodiversidade. Uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta, o Pantanal foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, como sítio do Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera Mundial. Com o avanço do turismo nacional e internacional, o Estado conta com um importante diferencial de competitividade.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Produção e Turismo - SEPROTUR, o Estado de Mato Grosso do Sul recebeu, em 2001, um fluxo de 1.6 milhão de turistas, sendo que 70% são brasileiros, de origem do próprio Estado e de outros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os 30% de turistas estrangeiros que visitaram o Estado vieram, principalmente, da Alemanha, Itália, Estados Unidos, Bolívia, China, Peru, Holanda, Suíça, Paraguai, Israel e Japão.

A Tabela 1 apresenta o tempo de permanência e o número de turistas que visitaram o Estado, entre 1999 e 2001, bem como o gasto médio diário per capita. Os números denotam evolução tanto em quantidade quanto em valores gastos pelos turistas.

Tabela 1 - Permanência, gasto médio e fluxo de turistas no Estado (1999 - 2001)

Ano	1999	2000	2001
Permanência média (dias)	3	3	3
Gasto médio per capita	R\$ 80,00	R\$80,00	R\$ 100,00
Fluxo de turistas	1.147.000	1.473.846	1.693.000
Brasileiros	80%	70%	70%
Estrangeiros	20%	30%	30%

Fonte: SEPROTUR

Com relação à infra-estrutura turística no Estado, há aproximadamente 17,8 mil leitos distribuídos em 117 hotéis, 353 restaurantes, 222 agências de turismo, bem como, 150 guias cadastrados na EMBRATUR e 375 guias formados pelo SENAC.

Na Região do Alto Pantanal, em conseqüência de suas características naturais e culturais, a atividade turística passou, durante as décadas de 80 e 90 do século XX, a ser uma das mais importantes atividades econômicas.

A base do turismo na Região é a pesca esportiva. Segundo dados levantados com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS, a representatividade do turismo de pesca em relação ao total de turistas que visitaram o Estado foi o seguinte: em 1995, 29,5% dos turistas que visitaram Mato Grosso do Sul foram turistas pescadores; em 1996, foram 30,0%; em 1997, foi de 32,6%; e em 1998, o número chegou a 35,6%.

Especificamente para a Região do Alto Pantanal, a participação do turista pescador foi maior. Em 1995, 2.326 turistas não-pescadores visitaram Corumbá, enquanto outros 14.738 turistas eram pescadores, representando 83,7% do total (PCBAP, 1995).

É importante destacar que, nos últimos vinte anos ocorreram mudanças radicais no cenário da pesca em Mato Grosso do Sul. A captura da pesca profissional despencou durante o período, enquanto cresceu a captura realizada pelos pescadores esportivos e turistas. O setor turístico pesqueiro cresceu vertiginosamente nesse período, estruturando-se para oferecer transporte, hospedagem, alimentação e serviços especializados, para atender à crescente demanda de sua clientela.

Entre maio de 1994 e abril de 1995, 465.161 pescadores esportivos visitaram o Estado de Mato Grosso do Sul. Desse total, 45,64% pescaram no Rio Paraguai e outros 30,10% pescaram no Rio Miranda; portanto, 75,74% dos pescadores concentraram-se em apenas dois rios, localizados na planície pantaneira. Apenas 24,26% dos pescadores estiveram nos outros 27 rios e baías do Estado, apontados pelos pescadores como local de pesca (CATELLA, 1996).

Esta concentração de pescadores esportivos em dois rios e a pressão da pesca em poucas espécies, como o Pacu (*Piaractus mesopotamicus*) e o Surubim Pintado (*Pseudoplatystoma coruscans*), contribuíram para a queda na recuperação anual dos estoques de peixes, ocasionando grande preocupação quanto à viabilidade do turismo baseado na pesca da Região. Devido a sobrepesca nos rios do Estado, o número de pescadores amadores vem se reduzindo, passando de 43 mil em 2000, para 35 mil em 2001.

Uma das medidas para preservar as reservas de recursos pesqueiros, adotada pelo governo estadual, foi estabelecer cotas de pescada para a pesca amadora, iniciada em 2002, que foi de 12 quilos mais um exemplar de peixe. Já em 2003, estava em vigor a cota de 10 quilos mais um exemplar. Em 2004, o turista que quiser pescar nos rios do Estado, poderá retirar dos rios somente 5 quilos e mais um exemplar.

Como alternativa ao turismo de pesca, o turismo contemplativo surge como uma possibilidade de aumento da demanda de turistas na Região, tendo como base de sustentação as paisagens naturais próprias do local. O ecoturismo, como também é chamado, terá cada vez mais importância como atividade econômica, uma vez que a pesca deverá ser reduzida, para a prevenção à degradação do meio ambiente e do patrimônio natural da Região.

1.4 Dimensão político-institucional

Para as finanças públicas, por exigência legal, o sistema de arrecadação de tributos (taxas, contribuições e impostos) não permite que os municípios apliquem diretamente os valores arrecadados em seu território. Os principais impostos são de competência do Estado e da União, que arrecadam e, posteriormente, transferem uma parcela aos municípios, sob a forma de transferências constitucionais e voluntárias.

A Região se caracteriza pela baixa arrecadação tributária e a dependência de transferência de recursos da União e do Estado; recursos estes que, na grande maioria dos casos, são gerados pelo próprio município.

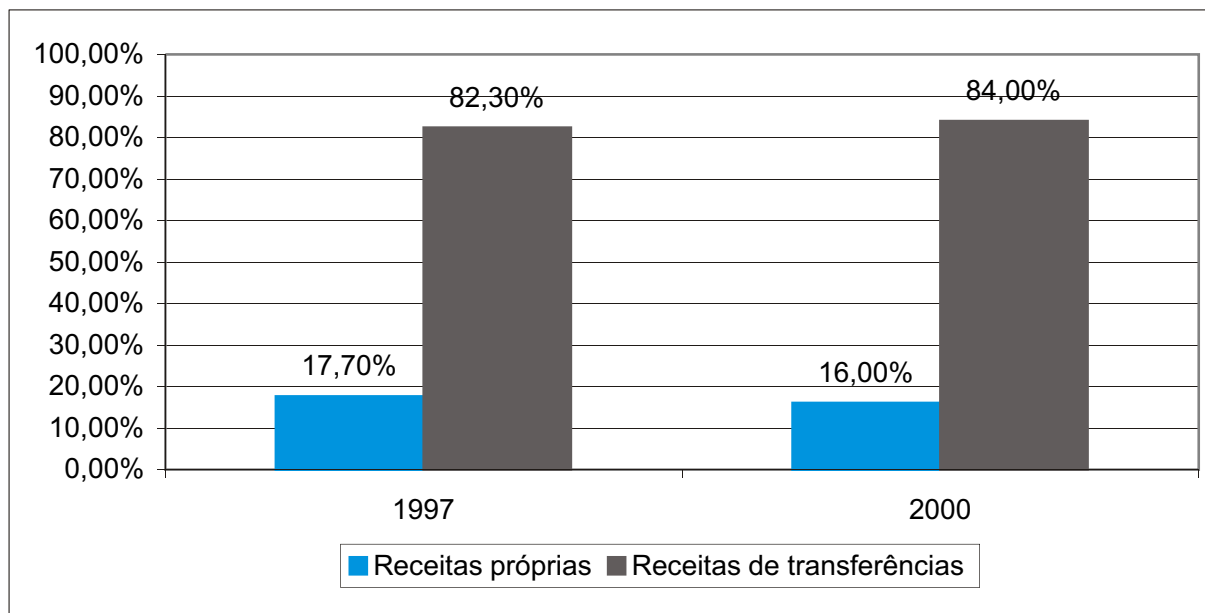
As receitas de transferência dos seis municípios que compõem a Região remontam em 84,0% do valor total das suas finanças públicas, sendo que os municípios de Ladário e Miranda dependem ainda mais desses repasses de recursos, pois estes representam, respectivamente, 95,4% e 94,9%.

O Fundo de Participação dos Municípios - FPM de 2000, representou em média 34,4% da receita total dos municípios, sendo os municípios de Ladário e Dois Irmãos do Buriti os que mais têm dependido desses recursos, representando, respectivamente, 72,3% e 53,8% da receita municipal.

A grande parte dos recursos municipais gerados na Região é gasta principalmente na área urbana, onde residem 79,8% da sua população. Dentre esses recursos, o IPTU de 2000 totalizou R\$ 1.676.835,00, representando apenas 3% da receita. E com as demais arrecadações representam menos de 10% da receita total do município.

Em 2000, a Região apresentou uma receita total de R\$68.300.779,00 (R\$10.595.498,00 de receita própria e R\$57.705.281,00 de transferência) e teve um gasto com despesas de R\$ 62.930.586,00, obtendo um superávit de R\$5.370.193,00 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Contas Regionais, em 2000



Fonte: SEPLANCT/MS

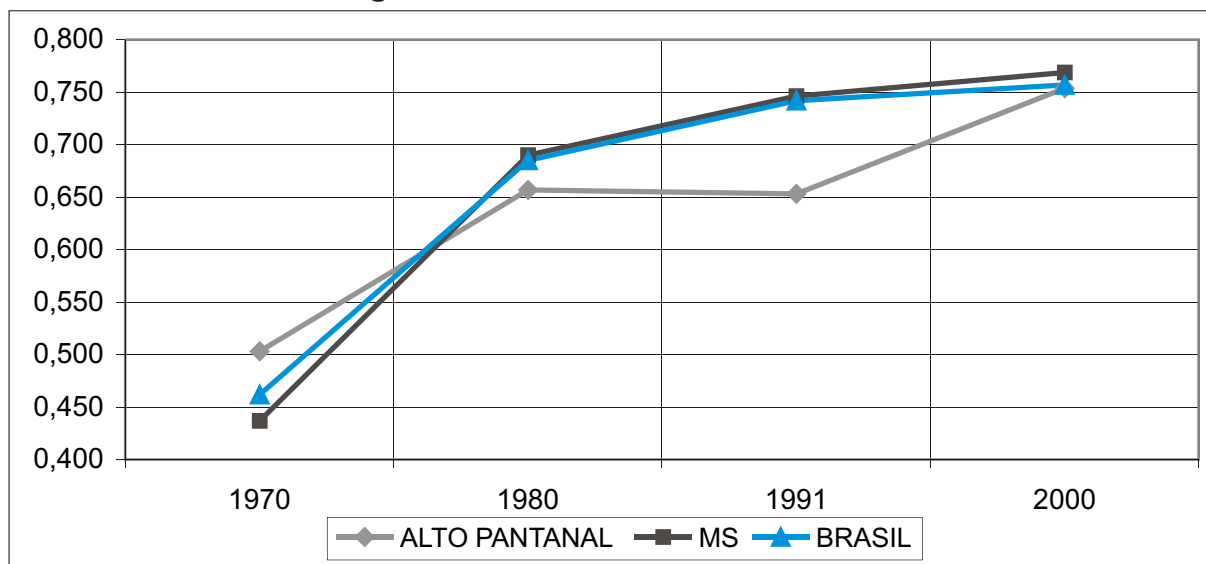
1.5 Dimensão sócio-cultural

O processo de melhoria da qualidade de vida da população da Região do Alto Pantanal pode ser observado ao analisar a variação do Índice de Desenvolvimento Humano por município, o IDH-M³, em termos regionais (Gráficos 16 e 17).

No ano de 1970, o índice regional era de 0,503. Em 2000, este índice subiu para 0,754, apresentando um crescimento em quase todos os elementos que compõem o índice - educação, longevidade e renda - com exceção deste último, que apresentou uma queda expressiva em 1991. O IDH-M da Região, apesar de crescer menos durante a década de 80, recupera-se durante a década de 90, aproximando-se dos índices do Brasil e do próprio Estado em 2000.

³ O IDH-M é um índice calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mostra a qualidade de vida nos municípios brasileiros, com base em renda, educação e expectativa de vida. As notas são de zero a 1: abaixo de 0,499 indicam baixo desenvolvimento humano; de 0,500 a 0,799 marcam estágio intermediário e de 0,8 em diante, alto desenvolvimento humano.

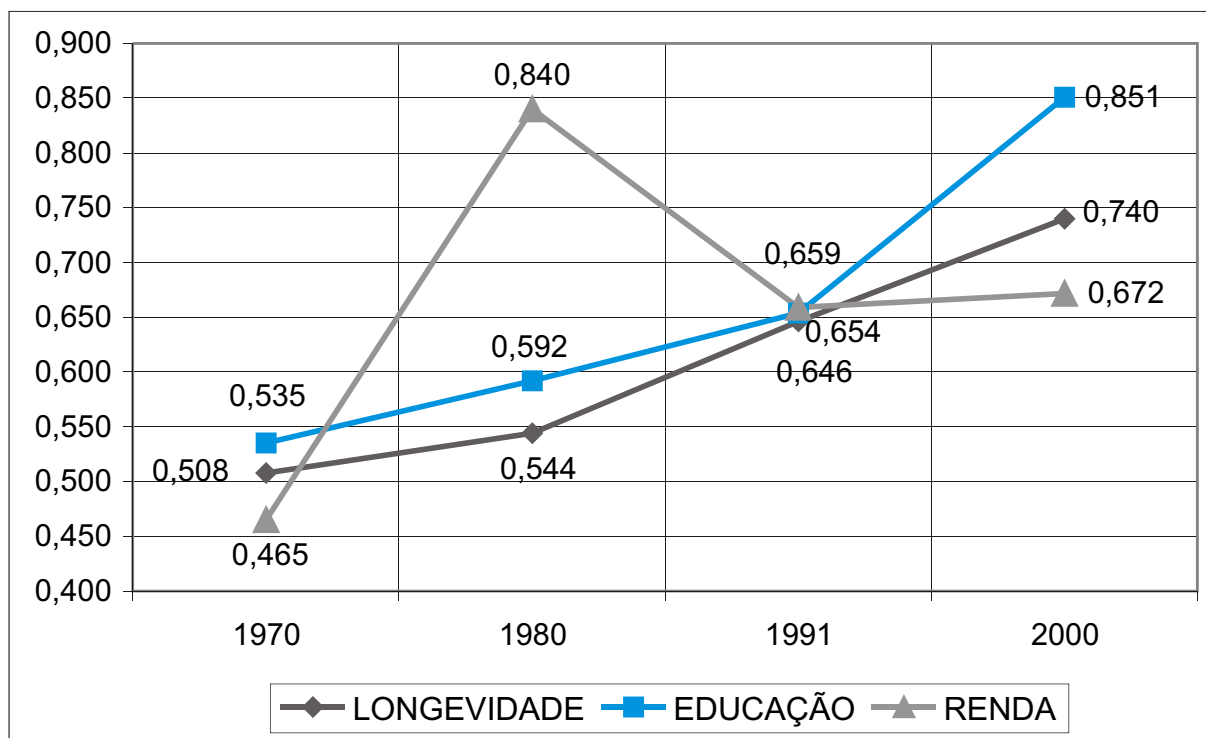
Gráfico 16 - IDH-M da Região do Alto Pantanal, do Mato Grosso do Sul e do Brasil



Fonte: SEPLANCT/MS

Observa-se que a queda da renda na região deveu-se, em grande parte, ao decréscimo da renda ocorrida na década de 80 em todo o Brasil. A longevidade da população regional aumentou continuamente, assim como a educação, que apresentou um significativo acréscimo principalmente durante a década de 90.

Gráfico 17 - Comparativo do IDH-M da Região do Alto Pantanal



Fonte: SEPLANCT/MS

1.5.1 População

A população da Região do Alto Pantanal, de acordo com o censo do IBGE de 2000, é da ordem de 209.273 habitantes, equivalente a 10,08% da população de Mato Grosso do Sul (2.074.877 habitantes). A população da zona urbana da Região é da ordem de 167.076 habitantes, enquanto a população rural soma 42.084 habitantes (Tabela 2 e Gráfico 18).

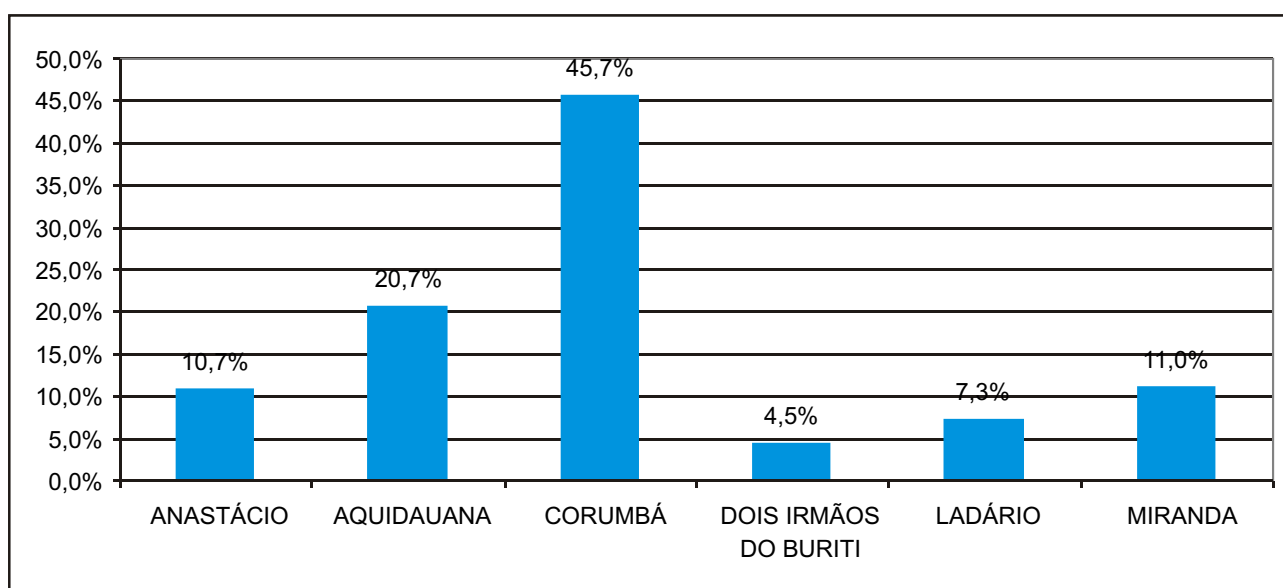
No período de 1980 a 2000, a população da Região cresceu 22,75%; no entanto, nesse mesmo período, verificaram-se picos de aumento e redução da população, ancorados num intenso processo de migração. A taxa de urbanização atingiu, em 2000, o percentual de 79,83%, e a densidade demográfica para o mesmo período apresentou 2,24 habitantes por Km².

Tabela 2 - População da Região do Alto Pantanal, em 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
ANASTÁCIO	22.460	11.402	11.058	17.261	5.199
AQUIDAUANA	43.378	21.700	21.678	33.773	9.605
CORUMBÁ	95.704	48.018	47.686	86.153	9.551
DOIS IRMÃOS DO BURITI	9.323	4.901	4.422	4.365	4.958
LADÁRIO	15.302	7.772	7.530	13.470	1.832
MIRANDA	22.993	11.922	11.071	12.054	10.939
TOTAL	209.273	105.715	103.445	167.076	42.084

Fonte: IBGE, 2000.

Gráfico 18 - População dos municípios do Alto Pantanal, (Percentagem sobre o total da Região)



Fonte: IBGE, 2000.

1.5.2 Saúde

A Rede de Saúde da Região do Alto Pantanal é formada por 8 hospitais, perfazendo um total de 543 leitos, distribuídos nos seis municípios (Tabela 3). O conjunto dos hospitais da Região oferece 2,4 leitos/mil habitantes, percentual superior à taxa recomendada pela Organização Mundial de Saúde que é de 1,0 leito/mil habitantes. Apesar da relativa estrutura física, a Rede carece de profissionais e equipamentos capazes de atender os casos mais complexos do ponto de vista clínico-cirúrgico.

Tabela 3 - Número de hospitais e leitos nos municípios do Alto Pantanal

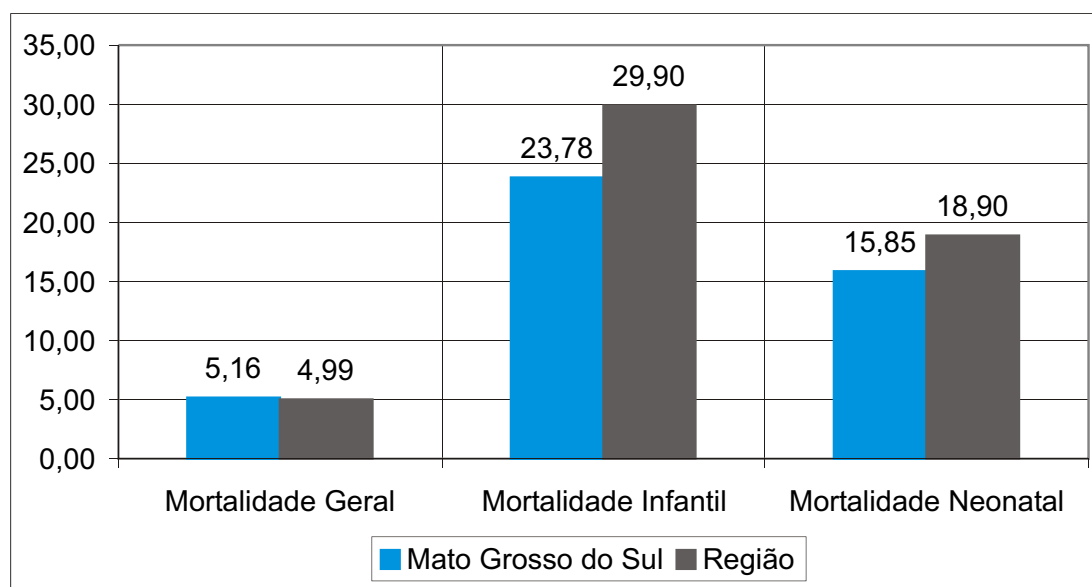
MUNICÍPIO	NÚMERO DE HOSPITAIS	NÚMERO DE LEITOS
ANASTÁCIO	1	26
AQUIDAUANA	2	135
CORUMBÁ	2	295
DOIS IRMÃOS DO BURITI	1	22
LADÁRIO	1	50
MIRANDA	1	15
TOTAL	8	543

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2002.

Em relação à mortalidade geral da Região, o coeficiente apresentado nos últimos anos mostra uma pequena redução no número de óbitos, passando dos 6,08/mil habitantes, em 1997, para 4,99/mil habitantes, em 2001. Enquanto que o coeficiente no Estado passou de 5,63/mil habitantes para 5,16/mil habitantes, no mesmo período (SES, 2002).

As reduções nos coeficientes de mortalidade infantil e neonatal são as mais significativas. A mortalidade infantil na Região passou de 41,77/mil nascidos vivos, de 1997, para 29,90/mil nascidos vivos, em 2001. Já o coeficiente de mortalidade neonatal passou de 23,15/mil, em 1997, para 18,90/mil, em 2001. Entretanto, ambos os coeficientes de mortalidade (infantil e neonatal) ainda estão acima dos coeficientes observados no Estado, conforme Gráfico 19.

Gráfico 19 - Coeficientes de Mortalidade Geral (para cada mil habitantes), Mortalidade Infantil e Neonatal (para cada mil nascidos), em 2001.



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2002

1.5.3 Educação

A Região do Alto Pantanal possui uma considerável estrutura educacional universitária, concentrada nos municípios de Aquidauana e Corumbá. No primeiro, existe dois Centros Universitários e um Instituto de Ensino superior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, I.E.S.A - Instituto de Ensino Superior Aquidauanense), que juntos, oferecem um total de 11 cursos nas áreas humanas, exatas, biológicas e agrárias. Em Corumbá, funcionam dois Centros Universitários e um Instituto de Ensino Superior: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e IESPAN - Instituto de Ensino Superior do Alto Pantanal, disponibilizando 13 cursos de graduação nas áreas de humanas, exatas, agrárias e biológicas. Na Região também são oferecidos 09 cursos de pós-graduação, sendo um deles em nível de mestrado, localizado na UFMS Campus de Aquidauana.

Porém, vale ressaltar que as vagas nas universidades públicas não atendem a demanda da Região, pela baixa diversificação dos cursos oferecidos, restritos, na sua maioria, à licenciatura. Por outro lado, as universidades públicas estão concentradas nas duas cidades citadas, fator que contribui, também, para dificultar o acesso da população de outros municípios ao ensino de terceiro grau. Além disso, uma grande parte dos cursos oferecidos não atende as reais necessidades da realidade local.

Além de unidades de ensino superior, a Região conta ainda com instituições voltadas para a pesquisa e extensão de tecnologias, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, sediada no município de Corumbá.

Dos 62.764 alunos matriculados nas escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio que representam cerca de 30% da população da Região, a grande maioria de 86,57% estuda em escolas públicas e apenas 13,5% em particulares.

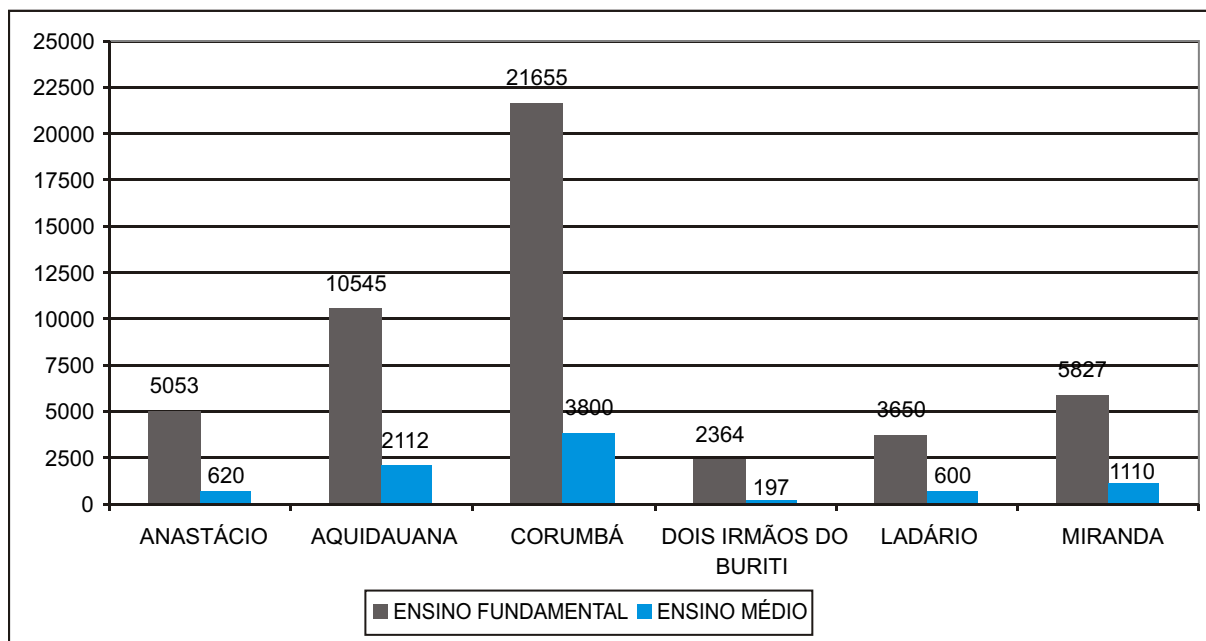
Tabela 4 - Número de alunos matriculados nas redes pública e privada de ensino fundamental e médio, em 2002

MUNICÍPIOS	ENSINO MUNICIPAL	ENSINO ESTADUAL	ENSINO PARTICULAR
ANASTÁCIO	2175	4370	149
AQUIDAUANA	5354	8720	1791
CORUMBÁ	14060	5043	4575
DOIS IRMÃOS DO BURITI	1708	1520	-
LADÁRIO	2084	2502	666
MIRANDA	4539	2195	1313
PORCENTAGEM EM RELAÇÃO À OCORRÊNCIA	47,70%	38,80%	13,50%
TOTAL	29920	24350	8494

Fonte: Secretaria de Estado de Educação

Os municípios de Corumbá, Aquidauana e Miranda possuem o maior número de alunos matriculados, totalizando 57.533 matrículas (Gráfico 20). Desse total, 85,33% encontram-se matriculados no ensino fundamental e 14,67% no ensino médio. Proporcionalmente, o município que apresenta menor número de alunos matriculados no ensino médio é o de Dois Irmãos do Buriti (IBGE 2000).

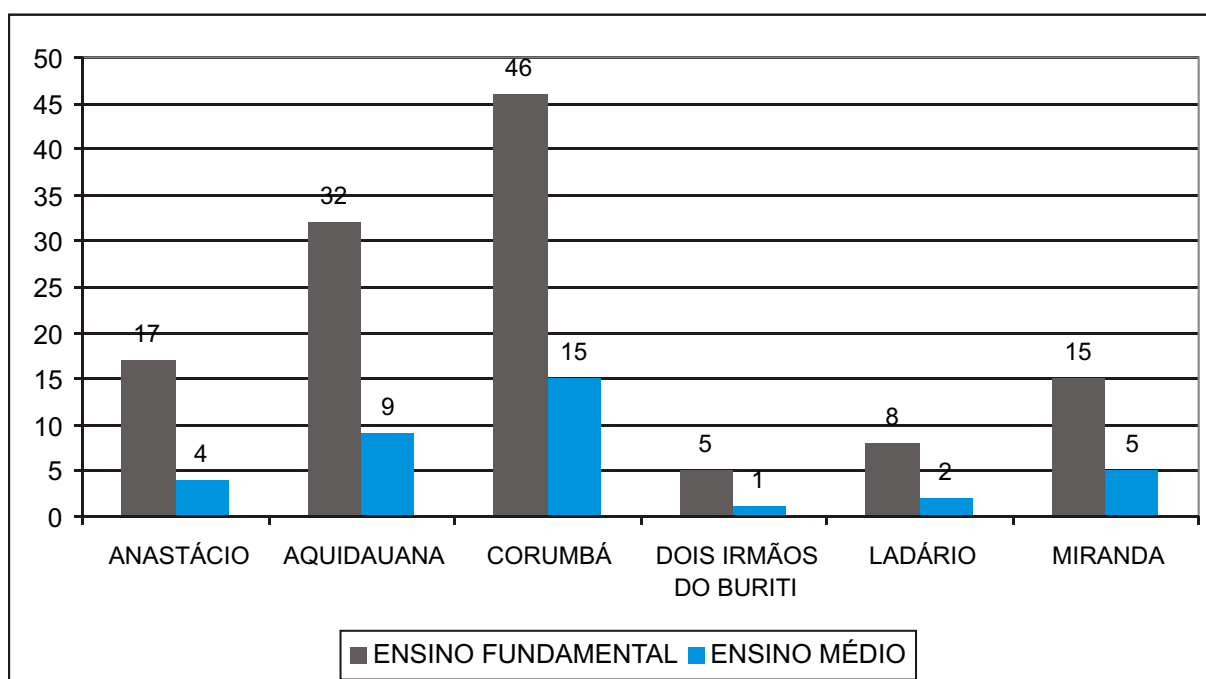
Gráfico 20 - Número de matrículas no ensino fundamental e médio



Fonte: IBGE, 2000.

O número de estabelecimentos de ensino fundamental e médio na Região atende a demanda de alunos em idade escolar, tendo matriculado, em média, 361 alunos em cada estabelecimento (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Número de estabelecimentos de ensino fundamental e médio



Fonte: IBGE, 2000.

1.5.4 Saneamento

Os 6 municípios da Região possuem abastecimento de água tratada regular, efetuado pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL. Até 2001, cerca de 80,8% dos 51.052 domicílios existentes estavam atendidos com esse serviço, perfazendo um total de 41.235 ligações (Tabela 5). Em toda a Região, apenas 4.259 domicílios, que representam 8,3%, encontravam-se ligados à rede coletora de esgoto. De todo o esgoto coletado, menos de 2% é tratado antes de ser lançado aos cursos fluviais da Região.

Em média 80% dos domicílios da Região possuem coletas regulares de resíduos sólidos (lixo), apesar de ser comum encontrar nos espaços vazios urbanos um volume de lixo depositado a céu aberto, em especial nas áreas periféricas das cidades, e que além de serem vetores de doenças, trazem transtornos na época das enchentes. Apenas o município de Dois Irmãos do Buriti está livre dos problemas de enchentes, pois é o único que não se encontra nas margens de um importante rio da Região.

Outro aspecto negativo para o saneamento dessas cidades é a inexistência de aterro sanitário para deposição, ecologicamente correta, de seus resíduos sólidos.

Tabela 5 - Condições domiciliares sanitárias da Região do Alto Pantanal

MUNICÍPIOS	Nº TOTAL DE DOMICÍLIOS	COM ESGOTO SANITÁRIO	COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	COM COLETA DE LIXO
ANASTÁCIO	5.970	449	4.291	3.988
AQUIDAUANA	11.440	1.461	9.031	7.377
CORUMBÁ	22.302	1.784	19.685	17.970
DOIS IRMÃOS DO BURITI	2.303	3	1.027	777
LADÁRIO	3.604	129	3.288	3.264
MIRANDA	5.433	383	3.913	2.835
TOTAL	51.052	4.209	41.235	36.211

Fonte: IBGE, 2002.

1.5.5 Habitação

Em 2000, o déficit habitacional da Região era da ordem de 5.100 unidades, sendo a maior necessidade no município de Corumbá, de 2.200 unidades, e a menor em Dois Irmãos do Buriti, de 230 unidades, apesar dos programas federal e estadual presentes em todos os municípios da Região.

As condições das moradias constituem grande problema para a Região, visto que, além das precárias condições de infra-estrutura sanitária domiciliar, os materiais de suas construções, em especial das periferias das cidades, são inadequados e comprometem a qualidade de vida de seus moradores.

1.5.6 População Indígena

Habitam a Região, segundo dados da FUNAI, de 2002, 13.457 índios, cerca de 30% da população indígena do Estado, que é estimada em 44.899 mil (Tabela 6). Estão distribuídos em nove aldeias localizadas nos municípios de Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti e Miranda, pertencentes às etnias Terena, Guató, Kamba e Kinikinao. Ocupam uma área total de 30.161 hectares, que representa apenas 4,9% dos 617.593 hectares de terras ocupadas pelos indígenas de Mato Grosso do Sul.

A pobreza é marcante em todas as comunidades indígenas, refletindo no elevado caso de alcoolismo, desnutrição, doenças, mortalidade infantil, prostituição e mendicância. A Aldeinha, em Anastácio, uma das poucas aldeias urbanas do Estado, não possui terra para cultivo de subsistência.

Tabela 6 - População indígena, por aldeia e etnia

MUNICÍPIOS	ALDEIA	ETNIA	ÁREA (HA)	POPULAÇÃO
ANASTÁCIO	ALDEINHA	TERENA	4	328
AQUIDAUANA	LIMÃO VERDE	TERENA	4.886	1.446
	TAUNAY/IPEGUE	TERENA	6.461	4.601
CORUMBÁ	GUATÓ	GUATÓ	10.900	431
	KAMBA	KAMBA	NÃO DEMARCADADA	48
DOIS IRMÃOS DO BURITI	BURITI	TERENA	2.090	1.718
MIRANDA	CACHOEIRINHA	TERENA	2.612	2.612
	PILADE REBUÁ	TERENA	208	1.136
	LALIMA	TERENA E KINIKINAO	3.000	1.137
TOTAL	9	4	30.161	13.457

Fonte: FUNAI/Brasília, 2002.

2. PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA REGIÃO DO ALTO PANTANAL

Após as oficinas locais e aplicação dos questionários Delfos, foram elencados os principais problemas e potencialidades da Região do Alto Pantanal sul-mato-grossense, passo inicial para a construção do Plano Regional. Os problemas que ameaçam a Região e as potencialidades, que fomentadas poderão desenvolver o Alto Pantanal foram retratadas segundo a visão dos agentes sociais, que representam a sociedade organizada e as pessoas que detêm informações e/ou o poder de intervir na economia e no desenvolvimento local e regional.

2.1 Principais Problemas

Os principais problemas regionais foram consolidados a partir do levantamento específico nas seis oficinas municipais, posteriormente submetido a uma análise de relevância, ainda nos municípios, da qual extraíram-se os problemas de cunho regional, que são descritos a seguir:

- 1) Administração pública burocrática;
- 2) Ausência de alternativas para sobrevivência do pescador e ribeirinhos;
- 3) Área indígena insuficiente para atender às necessidades das comunidades;
- 4) Elevado número de habitantes com problemas psiquiátricos, de dependência química e portadores de deficiências sem tratamento apropriado;
- 5) Baixa atratividade industrial da Região;
- 6) Baixa verticalização da produção;
- 7) Concentração de terras;
- 8) Déficit habitacional;
- 9) Deficiência tecnológica e na assistência técnica rural e urbana;
- 10) Insuficiência de material didático-pedagógico e laboratorial, e de infra-estrutura física das escolas públicas;
- 11) Deficiência de transporte de passageiros e de cargas para as áreas rurais e intermunicipais;
- 12) Desemprego e pobreza social;
- 13) Baixa consciência ambiental conservacionista;
- 14) Desvalorização da cultura indígena;
- 15) Dificuldade na comercialização de produtos agrícolas;
- 16) Economia baseada na pecuária extensiva;
- 17) Insuficiente cultura de planejamento nas instituições governamentais e não-governamentais;
- 18) Insuficiência de infra-estrutura sanitária, viária e médico-hospitalar urbana;
- 19) Insuficiência de tecnologia para fomentar o aumento da produção agropecuária sustentável nas áreas indígenas;
- 20) Má conservação da malha rodoviária;
- 21) Má conservação e sub utilização da rede ferroviária;
- 22) Manutenção de antigas lideranças político-econômicas no poder;

- 23) Cursos profissionalizantes insuficientes e desqualificação da mão-de-obra urbana e rural;
- 24) Precariedade no atendimento médico-hospitalar;
- 25) Recursos turísticos pouco explorados;
- 26) Elevada taxa de repetência e de evasão escolar, e baixa qualidade de ensino;
- 27) Sociedade civil com baixo nível de organização e participação política.

2.2 Principais Potencialidades

Na oficina regional também se compatibilizou as potencialidades obtidas nas oficinas e pela técnica Delfos. As principais potencialidades são:

- 1) Rica biodiversidade da fauna e flora da Região;
- 2) Disponibilidade de mão-de-obra;
- 3) Diversidade cultural e folclórica (arte, artesanato, música, comida típica etc.);
- 4) Existência de infra-estrutura hoteleira e de serviços para suporte da atividade turística;
- 5) Abundância de recursos naturais minerais (ferro, manganês e calcáreo);
- 6) Extensa rede de transporte intermodal (rodovia, ferrovia e hidrovia);
- 7) Existência de unidades de ensino público e privado em vários níveis, e de pesquisas;
- 8) Aumento da disponibilidade de energia, com a instalação do gasoduto;
- 9) Festas regionais (Pantaneta, torneio internacional de pesca, festa do peixe, mostra de danças);
- 10) Frigoríficos;
- 11) Grande mercado consumidor;
- 12) Rico potencial turístico (rios, cachoeiras, baías, belezas cênicas e paisagísticas);
- 13) Localização geográfica estratégica - acesso a outros países;
- 14) Grande rebanho bovino;
- 15) Rios navegáveis;
- 16) Solo, clima e topografia favoráveis para aproveitamento econômico;
- 17) Produção familiar diversificada.

3. MACROTENDÊNCIAS MUNDIAL, NACIONAL E ESTADUAL

Para dimensionar o planejamento regional deve-se levar em consideração o contexto internacional e nacional e, conseqüentemente, as alterações que ocorrem no mundo e que afetam o processo de desenvolvimento dos estados e das regiões, marcado por cenários que definem situações mais prováveis. Esses cenários objetivam fornecer instrumentos para facilitar a intervenção do poder público e da iniciativa privada na definição de uma política que pense o futuro, tendo como base as informações essenciais para a tomada de decisões, visando o aproveitamento das oportunidades e a minimização das ameaças ao meio ambiente.

3.1 Macrotendências mundiais

Observa-se que nos últimos anos a economia internacional tem sofrido instensas alterações que modificam as economias nacionais a partir das inovações tecnológicas que introduzem novos padrões de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, caracterizadas pela transformação da velha ordem industrial para uma nova ordem, em que predomina o conhecimento e a informação.

Essas modificações influenciam a capacidade de aproveitar e desenvolver as potencialidades regionais, no sentido de incorporá-las no contexto nacional e internacional, integrando-as ao intenso movimento da economia mundial, marcado por alterações no ritmo das mudanças e provocando impactos que desenham uma nova geopolítica e uma nova ordem institucional, que marcadas pelo re-ordenamento do espaço geográfico, apontam uma nova direção, destacando-se três tendências no contexto mundial: A **primeira** é de um longo ciclo de prosperidade marcada por uma hegemonia multipolar, contando com a participação de economias emergentes como a brasileira e a chinesa, a partir da regulação da relação entre integração econômica e estabilidade financeira para promover o desenvolvimento sustentável, combinando o uso da tecnologia com a diminuição das desigualdades sociais, das tensões e conflitos entre nações, em conjunto com medidas para controlar a degradação ambiental; Uma **segunda** tendência é a de um dinamismo excludente com o predomínio da hegemonia norte americana, promovendo uma estabilidade econômica que garanta apenas o crescimento econômico, alimentando as desigualdades regionais e sociais com a manutenção dos conflitos e tensões, da degradação ambiental, com possibilidade de causar desastres ecológicos ou epidêmicos; A **terceira** e última tendência é o estabelecimento de um processo de instabilidade e fragmentação, devido a impossibilidade de organizar um processo político internacional no sentido de construir um projeto de reorganização da economia mundial, inviabilizado pela desagregação e desorganização do comércio de mercadorias, estruturado em políticas protecionistas e na desregulamentação da concorrência, influenciando no crescimento econômico, na difusão de tecnologias, além de estimular os conflitos regionais, trazendo conseqüências negativas ao meio ambiente e acentuando as injustiças sociais.

3.2 Macrotendências nacionais

Neste contexto, o Brasil tem feito esforços para se adequar às alternativas que se mostram viáveis. Uma delas é a retomada das políticas de planejamento, que devem ser pensadas dentro de alguns cenários previsíveis. **Primeiro** - Desenvolvimento Integrado, com base na difusão tecnológica e na integração dos países emergentes, promovendo a prosperidade em âmbito internacional, que beneficiará o Brasil dentro de uma hegemonia social liberal, saneando as finanças públicas e controlando o endividamento por meio das reformas, permitindo a estabilidade e o crescimento integrado internacionalmente,

assimilando novas tecnologia, aumentando a competitividade, permitindo atender as políticas sociais e ambientais, melhorando a qualidade e reduzindo a pobreza, diminuindo as desigualdades sociais regionais; **Segundo** - Crescimento Endógeno como resposta a um crescimento estável e conflituoso que pela liberalização do comércio e dos fluxos econômicos, dificulta o equilíbrio financeiro e a regulação econômica. Essa orientação endógena surge visando o crescimento do mercado consumidor interno, a partir da desconcentração da estrutura produtiva para melhorar a distribuição de rendas, promovendo o desenvolvimento interno, por meio de políticas sociais mais consistentes e duradouras, para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais; **Terceiro** - Modernização e Crescimento Desigual, marcado pelo projeto hegemônico determinado pelo liberalismo, que redefine o papel do Estado a partir das políticas de integração internacional sem priorizar os desequilíbrios sociais e regionais, determinado pela dinâmica da economia mundial que é excludente, garantindo a concentração das riquezas nos países centrais, abandonando as nações emergentes, modernizando o país apenas economicamente mas acentuando as desigualdades sociais e regionais, aumentando os conflitos sociais como a violência urbana e acentuando a degradação ambiental; **Quarto** - Estagnação e Pobreza, caracterizado por um mundo fragmentado, promovendo a instabilidade política e financeira e, conseqüentemente, um baixo desempenho econômico, motivando, no país, a prática de políticas públicas marcadas pela descontinuidade administrativa, que acentuam as crises políticas e sociais, caracterizando uma desorganização institucional, falta de governabilidade e baixo rendimento da economia nacional, distanciando o país da economia mundial. Esses fatores acentuam os conflitos sociais e regionais, sinalizados pela má distribuição de renda, aumento da pobreza e péssima qualidade de vida.

3.3 Macrotendência estadual

A partir da construção coletiva dos Cenários e Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul, proposta no MS 2020, a intenção é planejar estrategicamente em direção ao desenvolvimento do Estado, analisando o passado e orientando-se no presente com foco na construção do futuro. Desta forma, Mato Grosso do Sul estará pronto para crescer de maneira equilibrada e justa. O estudo de cenários é o primeiro grande produto desse esforço, que busca identificar possibilidades de futuro, apontando as medidas que sejam desejáveis e que possam sustentar a sustentação político-social para os próximos 20 anos.

Os possíveis cenários para Mato Grosso do Sul deverão ser pensados no sentido de facilitar o planejamento, permitindo antecipar as decisões para os investidores pensarem neste Estado como uma alternativa viável economicamente, garantindo a geração de emprego e renda, aumentando a qualidade de vida, saindo da estagnação agravada por uma descontinuidade político e administrativa, onde cada governo tem iniciado tudo novamente, desconsiderando o que já foi realizado.

O crescimento da economia sul-mato-grossense foi acompanhado de uma expansão dos investimentos em infra-estrutura, principalmente na produção agropecuária. Nos últimos anos, houve uma alteração na estrutura produtiva, ocorrendo um aumento significativo do setor terciário. Dependendo da velocidade e do desdobramento desse processo, o Estado de Mato Grosso do Sul traçará seu caminho rumo ao desenvolvimento fundamentado em alguns cenários, caracterizados como: o Vôo do Tuiuiú, a Piracema, o Rapto do Predador e o Estouro da Boiada.

Cenário A: Desenvolvimento e Integração - Vôo do Tuiuiú

No cenário denominado Vôo do Tuiuiú está previsto um processo de desenvolvimento integrado, coincidindo com o longo ciclo de prosperidade mundial marcado pelo projeto social-liberal, combinando a integração com o Mercosul com um projeto desenvolvimentista para o Mato Grosso do Sul, articulando a ampliação dos investimentos no âmbito nacional e estadual, a verticalização e a diversificação produtiva, incorporando o setor do agronegócio e

do turismo, visando ampliar a renda, melhorando as condições de vida e a conservação ambiental.

Cenário B: Desenvolvimento com Inclusão Social - Piracema

Esse cenário ocorrerá a partir de uma reforma social reformista como resultado da aplicação de uma abertura seletiva para o exterior, orientando no sentido de promover um processo de desenvolvimento estadual voltado para a inclusão social, com a implantação de investimentos no âmbito nacional e estadual, priorizando a diversificação do agronegócio e a expansão do turismo. É um cenário caracterizado por um crescimento econômico moderado, articulando a redução das desigualdades sociais com a melhoria da qualidade de vida, a partir de novos indicadores sociais estaduais, que respondam ao processo de exclusão social predominante no contexto internacional.

Cenário C: Crescimento Excludente - Rapto do Predador

A presença da exclusão social que prevalece no âmbito internacional é transferida para o âmbito nacional mediante a adoção das políticas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro, que utiliza o Mercosul somente como instrumento comercial entre os países membros. Neste contexto, insere-se o Mato Grosso do Sul, que adotou um programa de modernização conservadora, que exclui a maior parcela de sua população das possibilidades de melhorar seu nível de vida, promovendo uma verticalização sem diversificação no setor do agronegócio e com uma expansão do turismo, resultando num processo de crescimento econômico do Estado, marcado pela manutenção da pobreza e das desigualdades sociais, em conjunto com o agravamento da degradação ambiental.

Cenário D: Instabilidade e Crise - Estouro da Boiada

A estagnação e a pobreza no Brasil, combinada com uma crise no nível internacional, levará fatalmente ao desmantelamento do Mercosul, o que, conseqüentemente, consistirá na limitação dos investimentos no nível nacional e estadual, exigindo a especialização do agronegócio e um crescimento limitado do turismo, provocando no Mato Grosso do Sul um movimento que combinaria o baixo crescimento econômico com a manutenção da pobreza e da degradação ambiental.

Tendência mais Favorável

Diante de um cenário internacional que estabelece as possibilidades de um crescimento econômico moderado, isto é, lento mas continuado, permitindo a redução da pobreza com a diminuição da degradação ambiental, o Estado de Mato Grosso do Sul, combinado com essa possibilidade, acompanha o movimento da economia internacional, adotando políticas que articulam os programas mundiais e nacionais de desenvolvimento, na perspectiva de superar uma relativa estagnação econômica mediante uma reestruturação econômica marcada por limites nas políticas sociais, ambientais e regionais, quer permitam a retomada do crescimento econômico em médio prazo, incorporando uma reorientação política no sentido de introduzir mecanismos de regulação voltadas ao desenvolvimento, buscando consolidar as políticas sociais, quer, na medida que as condições financeiras forem melhorando, permitindo maior mobilização econômica, aumentando os gastos por meio dos investimentos estruturadores, dinamizando as vantagens competitivas, reduzindo as desigualdades e melhorando o nível de vida da população e a preservação ambiental.

4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS EXÓGENAS

Toda e qualquer Região não vive isoladamente no mundo. As regiões evoluem a partir de relações econômicas, sociais, políticas, culturais e geográficas com outras regiões vizinhas ou mesmo distante delas. Os elementos naturais de uma Região também são influenciados por eventos ocorridos em áreas bem distantes. Neste sentido, a Região está sendo constantemente influenciada por fatores externos, que podem representar tanto benefícios quanto prejuízos, uma vez que o espaço fisicamente não está isolado; simplesmente, a Região é um recorte imaginário que o homem atribui a esse espaço.

A configuração espacial da Região do Alto Pantanal é produto da integração sócio-cultural e econômica de vários povos no ambiente pantaneiro. Todavia, também há uma identidade regional que se sustenta em práticas de integração, decorrentes da diferenciação dos ciclos de ocupação.

Com relação à Região do Alto Pantanal, o levantamento e a reflexão sobre os problemas e as potencialidades da Região permitiram a obtenção de importantes informações para a promoção de programas de desenvolvimento sustentável. Contudo, para consolidar tais programas, foram necessários estudos de quais seriam as principais ameaças e oportunidades que configurariam em vantagens ou dificuldades regionais.

4.1 Oportunidades Exógenas

a) Ampliação do Acesso aos Novos Mercados

A possível superação das dificuldades políticas, econômicas e financeiras dos países do Mercosul devem proporcionar novas oportunidades comerciais aos municípios sul-mato-grossenses. A dinamização comercial dessa Região vai oferecer excelentes vantagens locacionais no Estado, que dispõe de posição geográfica privilegiada em relação a esse bloco. Da mesma forma, novos mercados aparecem como atraentes para efetivação de acordos de exportação, como os países do Sudeste Asiático e da União Européia. Evidentemente, essas vantagens só poderão se traduzir em oportunidades se o Estado realizar alguns investimentos estruturadores como a modernização do sistema viário, o rompimento do estrangulamento existente entre os diversos modais e a oferta de energia, mas, principalmente, resolver os problemas de ordenamento territorial.

A Região do Alto Pantanal faz fronteira com a Bolívia, país associado ao Mercosul, que possui vários projetos de produção de energia, sistema de transporte e criação de zona de livre comércio para as cidades localizadas na fronteira com o Brasil. Além disso, a Região possui fácil acesso com a Argentina e Paraguai, através do rio Paraguai. Essa vantagem locacional poderá produzir efeitos positivos caso o Estado se torne exportador de produtos de qualidade com competitividade.

b) Demanda por Produtos Naturais e Agropecuários

Desde a década de 70, vêm ampliando-se as discussões nos organismos mundiais sobre o aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Isso, aos poucos, vai provocando, na sociedade, um sentimento de utilização racional desses recursos e sua melhor exploração, valorizando o consumo de produtos naturais e das empresas que

obtiverem o selo ISO 14.000. Ainda mais que, em alguns países europeus, verificaram-se problemas como o da “vaca louca” e o da contaminação de alimentos. Mesmo os produtos transgênicos vêm merecendo desconfiança por parcelas significativas da população. Como a Região do Alto Pantanal apresenta potencialidades no âmbito dessa dimensão, tamanha a sua biodiversidade, como, por exemplo, pela a introdução do "boi orgânico", existem grandes oportunidades de aproveitamento dessas condições.

Mato Grosso do Sul viveu experiências recentes e exitosas, como a exportação da "manga orgânica", produzida pelos índios Terena em Aquidauana. O mesmo se dá hoje com a exportação de carnes nobres, oriundas do "boi orgânico" e do vitelo.

c) Demanda Mundial e Nacional de Turismo

O turismo é uma atividade que mundialmente vem recebendo um incremento considerável, tendo em vista a percepção e lançamento de empreendimentos voltados ao atendimento da comunidade, principalmente nos segmentos diferenciados do processo de urbanização. Assim, a utilização das belezas cênicas naturais pela indústria do turismo tem se intensificado cada vez mais. Observa-se, também, uma difusão do prazer pelo turismo rural, nas fazendas pantaneiras; pelo turismo de aventura; pelo turismo de pesca, nos rios da bacia do Paraguai; pelo turismo ecológico, no Pantanal, considerado um dos maiores "santuários" ecológicos do mundo; pelo turismo cultural, principalmente na cidade de Corumbá; e pela valorização da cultura dos povos nativos. Tudo isso, remete à Região grandes expectativas de investimentos e captação de recursos financeiros, devido às predisposições desse tipo de recurso.

d) Disponibilidade Externa de Novas Tecnologias

O intenso processo de inovação tecnológica está provocando uma mudança radical na estrutura da produção e nos produtos, resultado da difusão de novas tecnologias, como informática, telemática, microeletrônica, biotecnologia, de gestão empresarial e de novas formas de produção de energia. Apesar da elevada concentração da pesquisa científica em âmbito mundial, a Região do Alto Pantanal poderá capturar essas oportunidades, a partir da criação de mecanismos de regulação comercial de informação e investimento para ganhos de qualidade no setor de pesquisa e tecnologia, utilizando as bases de pesquisa locais como a EMBRAPA e as Universidades. Logicamente, a Região deve nortear seus esforços para o desenvolvimento ou aproveitamento da capacidade local e não de toda e qualquer inovação.

e) Expansão do Sistema de Transporte Intermodal

A extensão territorial e as condições geográficas do Estado e da Região possibilitam a instalação de infra-estrutura intermodal em várias cidades, destacando Corumbá/Ladário. As redes rodoviárias (BR-262), hidroviárias (rio Paraguai), ferroviárias (Novoeste) e aeroviária (aeroporto internacional de Corumbá) são possibilidades que permitem a dinamização da economia regional. Pode-se ainda estruturar o sistema viário existente para um modelo mais prático e viável economicamente, por meio de uma rede intermodal. Dessa forma, a Região estará conectada a importantes redes de fluxos, como o futuro corredor bi-oceânico, ao sistema Tietê-Paraná/Paraná-Paraguai, enfim, tanto aos mercados regional e nacional quanto ao internacional.

f) Disponibilidade de Energia (utilização de novas fontes de energia e ampliação da oferta existente)

O acordo comercial entre a Bolívia e o Brasil para a compra do gás natural boliviano e a passagem pela Região do Alto Pantanal do gasoduto Bolívia - Brasil amplia a oferta de energia na Região. A construção da Usina Termelétrica de Corumbá, em projeto, com potencial de 800 MW, cria expectativas de novos empreendimentos no setor industrial, com aumento da demanda de mão-de-obra e diversificação da base produtiva. Também, a construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no rio Paraná, na divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, ampliará a oferta regional de energia, suprimindo os municípios da borda meridional da Região, com energia suficiente para expansão dos negócios e introdução de novos empreendimentos.

g) Investimento e Projetos Estruturadores

Projetos Estruturadores são aqueles cuja implantação estimula novos investimentos que podem ser alocados em cascata. Também podem ser chamados de projetos alimentadores do desenvolvimento. Em Mato Grosso do Sul, e especificamente para a Região do Alto Pantanal, citam-se empreendimentos como o Gasoduto Bolívia-Brasil, a Hidrovia Paraguai-Paraná, o Programa Pantanal e vários outros programas federais, contidos no Avança Brasil, como parte do Eixo Oeste de Integração e Desenvolvimento. O eixo é definido como "corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, efetuados com objetivos de planejamento, e cuja lógica está relacionada às perspectivas de integração e desenvolvimento". Nesse sentido, dois critérios devem ser levados em conta na sua definição e delimitação: a existência de rede multimodal de transporte de carga e a presença de possibilidades de estruturação produtiva interna.

Os projetos concebidos pelo Avança Brasil são fundamentais para a solução das grandes barreiras de infra-estruturas existentes no território brasileiro e em Mato Grosso do Sul. Todavia, a baixa densidade da infra-estrutura econômica e a incipiente estrutura produtiva, hoje centradas na monocultura de grãos e na pecuária bovina de corte, mostram que Mato Grosso do Sul, além daqueles macro-investimentos contemplados, necessita de programas e projetos de desenvolvimento nos setores de informação, conhecimento científico e de meio ambiente que promovam a criação de demandas, visando à efetiva integração econômica com os principais eixos do País e do exterior.

Esse conhecimento deverá nortear as oportunidades de investimentos públicos e privados, sempre considerando os princípios da sustentabilidade (equidade social, conservação ambiental e eficiência econômica).

h) Posição Geográfica Fronteiriça

O território brasileiro caracteriza-se por intensa ocupação litorânea e baixa densidade demográfica no interior. Esse modelo de ocupação tem gerado desequilíbrios em todos os níveis, principalmente o espacial (regional) e o setorial (agricultura, comércio e indústria).

Considerando-se a proposição governamental, contemplada no programa Avança Brasil, de promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado, inclusive do ponto de vista espacial, a integração regional e a inserção qualificada no MERCOSUL, entende-se que a Região do Alto Pantanal, nesse contexto, ocupa uma posição geográfica privilegiada não somente do ponto de vista da logística dos transportes, mas, igualmente, pela condição de fronteira. Em outras palavras, as intervenções dos governos federal e estadual nesse espaço, por sua natureza, possuem enorme abrangência e impacto internacional por

envolver parceiros sub-regionais, principalmente os do leste da Bolívia e do norte do Paraguai, regiões com as quais o município de Corumbá faz divisa.

Concorda-se, igualmente, que a integração decorrente da operacionalização do MERCOSUL determina a necessidade das cidades desempenharem novos papéis locais, e impõe às administrações públicas da Região desafios até então não enfrentados, principalmente em termos de parcerias comerciais, projetos técnicos, padronização das legislações e intercâmbio científico e cultural.

4.2 Ameaças Exógenas

a) Barreiras Protecionistas e Sanitárias

Contraditoriamente, a globalização tem recrudescido as barreiras protecionistas, principalmente relativas aos produtos primários, ganhando força com os acontecimentos de 11 de setembro e dificultando a penetração dos produtos dos países pobres nos mercados dos países ricos. Impressionam os subsídios disponibilizados para o setor agropecuário nos países europeus, em especial na França, mas também nos EUA e Canadá. Além disso, os países ricos, que pregam a eliminação das barreiras alfandegárias aos seus produtos, são os mesmos que mantêm rigorosos controle sanitário e tarifário dos produtos dos outros países. Logicamente que isso se constitui numa séria ameaça com reflexos em todas as regiões brasileiras. Se não forem adotadas algumas medidas de regulação econômica e financeira globais, mais suportáveis aos países pobres e aos emergentes, os fluxos do mercado mundial tendem a aprofundar a pobreza nos países menos favorecidos economicamente ou pelo menos dificultar o desenvolvimento de novas regiões.

b) Redução dos Investimentos Públicos e Privados

Apesar de apresentar uma certa recuperação econômica, o Brasil ainda mantém elevada dívida interna, déficit nas contas públicas e balanço comercial negativo. Isso, aliado a uma visão de Governo Federal que preconiza a diminuição da participação do Estado, cria e revigora vários nós de estrangulamentos para o país. Um dos principais reflexos dessa incômoda posição são as dificuldades de investimentos estruturadores (infra-estrutura, transportes, armazenagem e telecomunicações) e nos serviços públicos (saúde, educação, assistência social). Para a Região do Alto Pantanal, esse panorama ameaçador deve instigar a busca de alternativas diversas daquelas tradicionais, buscando parcerias com a iniciativa privada. Os principais investimentos privados para a Região, direcionados para o setor turístico e de transportes, podem não ser absorvidos e partirem para outros lugares a procura de maior rentabilidade. Torna-se, portanto, necessário resolver os problemas de funcionamento e estrutura do território. Sem isso, essa ameaça pode se tornar um grande travancamento ao processo de desenvolvimento regional.

c) Abertura de Novas Fronteiras Econômicas no Brasil e no Exterior

A expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia provocou um dinamismo de capitais e de população em maior frequência para esses lugares. Os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e os demais da Amazônia representam um eldorado para os investimentos estruturadores e de capital. Por outro lado, a partir de programas federais, que vêm consolidando investimento no interior do Nordeste brasileiro, são criadas dificuldades competitivas para os produtos da Região do Alto Pantanal em razão dos subsídios estabelecidos. A competitividade regional também se coloca para fora do País

com a ascensão de regiões agrícolas no Sudeste Asiático e a expansão da produção de alimentos transgênicos a custos reduzidos nos Estados Unidos, Argentina e Canadá.

d) Ameaças Sanitárias

Um dos principais impedimentos para que o País aumente as vendas externas do produto é a febre aftosa, doença altamente contagiosa entre o rebanho bovino. Incluem-se as constantes ameaças de propagação da febre aftosa por conta da exposição do rebanho sul-mato-grossense aos rebanhos de países vizinhos, principalmente do Paraguai e Bolívia. A presença dessas enfermidades pode comprometer a venda e o abate de bovinos da Região para mercados locais, nacionais e internacionais, mesmo que não se registrem casos de aftosa regionalmente.

e) Crescimento das Atividades Ilegais e da Violência

Atividades ilegais, como o tráfico de drogas e a prostituição infantil, criam uma rede de criminalidade que coloca em risco o pleno exercício da cidadania. Da mesma forma, tem sido registrado aumento dos índices de criminalidade, que também contribuem para ameaçar o desenvolvimento da Região do Alto Pantanal. Essa violência pode ser expressa no crescimento de assaltos, seqüestros e assassinatos de um modo geral. A manutenção desses fatores tende a inibir o desenvolvimento econômico regional.

f) Instabilidade Econômica e Política dos Países do Mercosul

A crise econômica, financeira e política que a Argentina, Paraguai e Bolívia vêm sofrendo nos últimos anos têm provocado instabilidade nas relações comerciais dos países signatários do mesmo, refletindo nas Regiões, nos Estados e nos Municípios brasileiros. Dessa forma, observa-se uma dificuldade crescente na manutenção e no estabelecimento de novos acordos mercantis para exportação e importação com esse mercado.

g) Crescente Volatilidade da Moeda

A partir da última década houve um incremento das atividades desenvolvidas pelas bolsas de valores do mercado futuro, provocando instabilidade das moedas circulantes no mundo e culminando no aumento do capital volátil em detrimento do capital social. Apesar de ampliar as negociações no mercado de *commodities*, tal situação compromete a circulação de capital social. Esse fato limita a capacidade de investimentos estruturadores e circulação de capital nas cidades, diminuindo o poder de geração de rendas e conseqüentemente de compra por parcela significativa da população.

h) Propagação de Doenças Infecciosas

A precariedade do saneamento básico na zona urbana e rural dos municípios da Região do Alto Pantanal põe em risco a vida dos habitantes. A carência de água tratada com ligação interna e domiciliar e de rede coletora de esgoto provoca doenças como cólera, malária, hanseníase, dengue, leishmaniose e diarréia, que estão mais presentes na população regional. A propagação dessas doenças cria barreiras para a entrada de novos capitais e de turistas de outras regiões do país e do exterior.

i) Redução Relativa da Demanda e do Valor das *Commodities*

Como resultado das inovações tecnológicas em curso e de transformações na estrutura produtiva, está havendo uma importante alteração na estrutura dos produtos e uma redução relativa da demanda e do valor das matérias-primas e *commodities*. As nações mais desenvolvidas, e mesmo as regiões mais desenvolvidas do país, estão reduzindo o conteúdo relativo de matéria-prima e energia nos produtos em relação ao de informação e tecnologia, aumentando a competitividade econômica. Embora o ritmo desse movimento possa mudar de acordo com os cenários, constitui uma tendência forte de mudança futura, reduzindo a importância dos produtos primários e indiferenciados nos mercados mundial e nacional.

j) Ameaças Ambientais nas Regiões Lindeiras ao Alto Pantanal

Com a entrada de capitais na Região, em especial na ocupação agropecuária, desrespeitando as culturas locais e o descompasso entre a natureza e a tecnologia, nota-se crescentes impactos, demonstrando a fragilidade da Região perante o uso e a ocupação ambientalmente não sustentáveis. Questão esta, amplamente debatida nas principais publicações, tais como: Projeto Radam (1982), Atlas Multireferencial (1990) e Plano de Conservação da Bacia do Alto Pantanal - PCBAP (1997).

A erosão, provocada pela agricultura e pela ocupação desordenada das regiões mais altas em territórios brasileiro e boliviano, constitui grave risco de poluição e assoreamento dos principais rios pantaneiros. Além de que, a agricultura predatória e o uso indiscriminado de agrotóxicos ajudam a contaminar o solo.

Os outros impactos ambientais causados pela Termelétrica, pela Hidrovia Paraná - Paraguai, pelo Efeito Estufa e pelo El Niño podem afetar o geossistema pantaneiro, alterando o ciclo hidrológico, aumentando as temperaturas e os períodos de estiagem na Região. Contudo, os possíveis impactos ambientais causados pela Hidrovia e Termelétrica não devem impedir as suas realizações, necessitando para a sua operacionalização a adoção de tecnologias apropriadas para a otimização desses recursos e redução dos possíveis impactos, pois a Região necessita desse meio de transporte de baixo custo, e de integração sul-americana, e de energia para o seu desenvolvimento.

5. VISÃO DE FUTURO

Para se pensar no desenvolvimento de uma Região, faz-se necessário o conhecimento das aspirações de todos os segmentos da sociedade nela inserida, bem como a sua cumplicidade nas atividades produtivas e políticas. Imbuídos desses preceitos, os representantes da Região do Alto Pantanal, nas oficinas e na pesquisa Delfos, construíram sua visão de futuro para o prazo de 20 anos. E, a partir desses, foram elencados objetivos e metas, que constituíram o alicerce para a construção do futuro para a Região.

5.1 A visão de futuro regional

Olá Maria,

Estou com muitas saudades de você, pois faz vinte anos que você não vem nos visitar. Hoje, nossa Região tem outra “cara”. Podemos afirmar que a utopia virou realidade.

A nossa Região é a mais desenvolvida do estado de Mato Grosso do Sul, com planejamento arrojado, implantado com apoio popular e transparência política. Esse crescimento ocorreu devido àquele Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal.

Toda Região, hoje, conta com uma infra-estrutura básica como pavimentação asfáltica e saneamento básico.

O lixo produzido na Região é reciclado com a ajuda da população que aderiu à coleta seletiva, gerando emprego e renda para o sustento de muitas famílias.

O setor turístico pesqueiro passou a atrair pescadores esportivos com perfil diferenciado, além disso o turismo ecológico e contemplativo é o maior produto turístico da Região.

Com o meio ambiente equilibrado, oportunizou-se o lazer e o turismo urbano e rural, tornando-o conhecido internacionalmente devido às belezas naturais da Região pantaneira. Portanto, incrementou-se o emprego nos setores hoteleiro, restaurantes, guias turísticos, etc.

Os recursos naturais estão sendo explorados de modo sustentável. Podemos citar o exemplo do peixe, que hoje são aproveitadas as espécies antes sub-aproveitadas como o curimatá e a piranha, que são processados para o fornecimento do couro, da carne embalada e da farinha de peixe.

A produção rural é adequada e suficiente com agricultura diversificada e agregação de valores, contribuindo para manter os agricultores no campo com dignidade sem destruir o meio ambiente.

A comunidade indígena possui hoje terras suficientes para produção com investimentos tecnológicos e sua cultura passou a ser valorizada e integrada à sociedade civil.

A educação na Região é um setor que ganhou muitos investimentos, o que contribuiu com a oferta de mão-de-obra qualificada, aliada ao crescimento econômico.

Todos os municípios possuem universidades que atendem a demanda local, com destaque para a pesquisa.

Informamos que a nossa indústria está verticalizada e a implantação da usina termelétrica efetivou a implantação de pólos industriais em todos os municípios, gerando empregos e uma melhor distribuição de renda.

Com a nova característica econômica da Região e uma nova postura da classe política em administrar os recursos de forma responsável, sustentável e transparente, a arrecadação e a capacidade de investimento do poder público tornaram possíveis as conquistas sociais, em que o ser humano, como sujeito de direitos, despreendeu-se do assistencialismo de décadas anteriores.

Além disso, o trabalho de educação ambiental, gradativamente, foi mostrando resultados positivos. Atualmente, a população leva a sério a conscientização e a sensibilização para as questões ambientais da Região.

Em breve mandarei mais informações sobre a revolução social e econômica que a nossa Região está vivenciando.

Até mais.

5.2 Objetivos

A visão de futuro da Região do Alto Pantanal está apoiada nas aspirações de uma sociedade que busca melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos num intervalo de tempo aproximado de vinte anos. Estas aspirações estão alicerçadas num grupo de objetivos, que podem ser atingidos conforme planos e prazos estabelecidos na busca desse futuro desejado:

- 1) Buscar qualidade de vida, a partir de programas e projetos voltados aos problemas de saúde, habitação, educação e da convivência em sociedade;
- 2) Dinamizar a implementação de projetos para fomentar as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental (agrários, agroindustriais e de expansão de indústrias);
- 3) Implementar programas direcionados às políticas de infra-estrutura de comercialização e de transportes, de pesquisa e de assistência técnica, de preço e de crédito, para atender à demanda da Região;
- 4) Incorporar as atividades dos pequenos agricultores da Região às formas de utilização da terra, de modo a permitir a diminuição do subemprego e a elevação da renda;
- 5) Fortalecer os programas de infra-estrutura urbana e rural, atuando diretamente na melhoria do sistema turístico integrado, a ser oferecido.

5.3 Metas

A Região do Alto Pantanal traçou seus objetivos pautados na visão de futuro e dela foi possível extrair metas-chaves, que orientarão, em um período de vinte anos, a realização de metas para alcançar o desenvolvimento sustentável. São elas:

- 1) Buscar recursos financeiros que possam dinamizar as ações voltadas à regionalização dos serviços de atendimento com qualidade nos campos social, econômico e ambiental, no intervalo de dez anos;

- 2) Equipar, em cinco anos, as instituições encarregadas de promover o desenvolvimento local e regional para a melhoria no campo do conhecimento ligado à produção sustentável;
- 3) Aprimorar, em cinco anos, o nível tecnológico, considerando as atividades econômicas pertinentes a cada município, enfatizada a qualidade da produção com crescimento constante da participação regional no PIB estadual;
- 4) Proporcionar condições amplas na busca em atender com qualidade a modernização da infra-estrutura voltada para a área do turismo, com sustentabilidade ambiental, envolvendo os serviços capazes de garantir competitividade constante nos níveis estadual e nacional, no prazo de dez anos;
- 5) Intensificar a criação e a aplicação de projetos inter-regionais, para a fixação das populações rurais, em harmonia com o meio ambiente, no prazo de dez anos;
- 6) Promover o reconhecimento da cultura indígena integrada e valorizada na sociedade, no prazo de dez anos.

6. OPÇÕES ESTRATÉGICAS

As opções estratégicas consistem na resultante do cruzamento dos problemas e potencialidades endógenas com as ameaças e oportunidades exógenas, que expressam a realidade regional e os anseios da sociedade e constituem o ponto de partida estratégico para fomentá-los, buscando o desenvolvimento econômico e social e a manutenção do equilíbrio dinâmico do complexo e frágil ambiente pantaneiro.

1) Cidadania, qualidade de vida e bem estar social

Com a expansão da sociedade e das relações impessoais, que se expressam cada vez mais contundentes com a globalização, as pessoas perdem sua cidadania e tornam-se passivas às transformações impostas pelas relações contraditórias, porém, eficiente dentro do sistema capitalista. E, dentre estes reflexos, o desemprego, a concentração de renda e a queda da qualidade de vida são os mais marcantes.

Sem emprego, o homem deixa de ter a renda mínima para a manutenção dos laços familiares e de sua dignidade, gerando violência e criminalidade.

A transformação desse caótico quadro só será possível mediante a participação política ativa da sociedade, em busca do desenvolvimento local e regional e da conseqüente melhoria do bem estar social.

2) Educação acadêmica e profissional de qualidade

O conhecimento constitui uma das molas fundamentais que alavanca o desenvolvimento e a cidadania plena. Porém, o conhecimento é construído através dos níveis fundamental, médio e superior, que por sua vez necessitam de espaços físicos adequados, laboratórios, bibliotecas e de professores bem preparados e remunerados. A geração e a aquisição dessas qualidades propiciarão o desenvolvimento de tecnologias e práticas mais eficientes, que levem em conta as necessidades regionais, o bem estar da sociedade e a manutenção da integridade do meio ambiente, proporcionando o seu desenvolvimento sustentável.

3) Diversificação e verticalização dos setores produtivos regionais

A dinamização e a diversificação do sistema produtivo deve propiciar o rompimento com as atividades tradicionais e primárias que fragilizam a economia regional, ocupam pouca mão-de-obra, concentram os meios de produção e a renda e provocam o êxodo rural. A produção deverá ser beneficiada regionalmente, agregando maior valor, permitindo a fixação de indústrias urbanas e rurais, de pesqueiros de pequeno e médio portes, resultando em mais empregos, com melhores salários e melhor qualidade de vida.

4) Ampliação, melhoria e integração da infra-estrutura socioeconômica produtiva

A Região é carente de infra-estrutura e de suporte ao sistema produtivo e sua superação se dará com fortes investimentos na ampliação e modernização da rede de transporte intermodal, de comunicações, de geração e distribuição de energia, de armazenamento de produtos, entre outros, que permitirão a expansão, a verticalização, o aumento de qualidade e de competitividade da produção e o maior incremento à renda de sua população.

5) Ampliação e melhoria da infra-estrutura de saneamento básico e de saúde da Região

A Região necessita superar graves problemas de infra-estrutura de saneamento básico e de saúde para o bem estar da população, bem como para aumentar a atratividade de investimentos na Região.

O esgotamento sanitário e a deposição do lixo urbano são os problemas mais precários a serem superados por projetos que têm como meta o pleno desenvolvimento do exigente mercado turístico.

6) Desenvolvimento e difusão de tecnologia e assistência técnica

Compreende o conjunto de ações articuladas e capazes de promover o crescimento, o aumento da produtividade, da qualidade e da competitividade dos produtos e, conseqüentemente, o desenvolvimento tecnológico e econômico da Região. A assistência técnica e a extensão rural devem, além de fomentar o sistema produtivo, difundir os princípios de sustentabilidade, embasadas no desenvolvimento equilibrado dos processos interativos homem/meio ambiente, visando não só a preservação ou conservação do meio, mas também a qualidade de vida da população inserida nesse contexto.

7) Preservação, conservação, recuperação ambiental e ecoturismo

Para o pleno desenvolvimento sócio-econômico e social, faz-se necessário o respeito à natureza e a sua utilização equilibrada, otimizando os recursos naturais, minimizando os impactos gerados pelo uso e ocupação do solo, propiciando a qualidade ambiental e de vida. A atividade econômica que melhor se enquadra nessa perspectiva é o turismo contemplativo ecológico, de base sustentável, que prega a conservação por meio do conhecimento da natureza e da sua importância para manutenção e melhoria da qualidade de vida da população.

8) Resgate e valorização etnocultural e da cultura pantaneira

A Região não só se caracteriza pela sua rica biodiversidade como também pela exuberante etnocultura que durante séculos vivem em harmonia com o domínio biogeográfico local, no qual desponta-se o Pantanal. Podem-se aglutinar essas etnias em dois grandes grupos, as comunidades indígenas e o homem pantaneiro, que hoje em dia estão sofrendo forte aculturação e perda da sua identidade cultural. Esse fato não retrata apenas a perda dos costumes e da cultura em geral, mas a perda da língua falada e das tecnologias da medicina natural, no caso específico dos indígenas, traduzindo-se em perda irreversível para a memória cultural e da cidadania dessa etnia.

9) Integração fronteira e com o MERCOSUL

A segurança e o respeito à integridade nacional devem ser garantidas como uma das condições básicas de equilíbrio para o desenvolvimento das atividades produtivas, sociais e políticas. Essa condição passa não apenas pela garantia dos direitos constitucionais dos indivíduos, mas também pelo controle alfandegário, sanitário-epidemiológico, entre outros, que garantem o comércio entre as nações e a integração social e política. Este é o caso do MERCOSUL que tem na Região um excelente corredor de integração e que, se fomentado, certamente traduzirá em desenvolvimento e bem estar social.

7. PROGRAMAS E PROJETOS

As metas prioritárias para a Região do Alto Pantanal se implementam por um conjunto de 17 programas, que englobam 68 projetos e que consistem na base da proposta de desenvolvimento sustentável, que a comunidade organizada, por intermédio de lideranças locais, definiram para alcançar a sua visão de futuro.

1) Educação para o trabalho

Antecedentes:

O grau de desqualificação, que se encontra a mão-de-obra da Região consiste em um entrave para o seu desenvolvimento, pois o dinâmico sistema produtivo e o mercado consumidor cada dia mais exigente, requer qualidade dos produtos, elaborados com rapidez e eficiência, necessitando, para tanto, crescente demanda de força de trabalho especializada. Existem apenas duas escolas profissionalizantes na Região, especialmente para a atividade agropecuária: uma em Aquidauana, Fundação CEPA/UEMS, e outra em Miranda, Fundação Bradesco. Os serviços nacionais de aprendizagem, esporadicamente, oferecem cursos de treinamento de mão-de-obra, porém, muito aquém da necessidade regional.

Portanto, os agentes do sistema produtivo necessitam de rápida qualificação da mão-de-obra local, pois, em alguns setores da economia, os empreendedores já estão trazendo operários de outras regiões do país. Contudo, essa não é a aspiração dos empreendedores locais.

Objetivos:

Qualificar a mão-de-obra local urbana e rural e os pequenos empreendedores do comércio, serviço e indústria, que consistem em um dos principais suportes para o desenvolvimento sustentável da Região.

Projetos:

- a) Realizar capacitação profissional nos diversos setores da economia;
- b) Implantar, modernizar e integrar as escolas agropecuárias técnicas profissionalizantes de nível médio;
- c) Capacitar pequenos empreendedores rurais e urbanos em gestão empresarial;
- d) Qualificar e valorizar técnicos e outros profissionais nas áreas de educação, saúde, saneamento, segurança e agropecuária.

2) Diversificação da produção regional

Antecedentes:

A economia da Região encontra-se na dependência da produção primária da pecuária extensiva de corte e da exploração de seus recursos naturais minerais, pesqueiros e vegetais, que empregam reduzida mão-de-obra e pouco se traduz em desenvolvimento. Com a diversificação da produção, além de aumentar a atração de capitais externos e de melhor absorver os potenciais naturais da Região, a dependência de mercados externos, que ditam o valor da carne, do milho e dos insumos empregados na agropecuária, tenderá à diminuição. A diversificação da produção também propiciará o abastecimento da Região de produtos nelas gerados, fortalecendo a pequena produção.

Objetivos:

Fomentar a diversificação da produção rural e urbana, em pequenos, médios e grandes empreendimentos, diminuir a dependência de mercados externos, aumentar a competitividade dos produtos regionais, fixar o homem no campo, desenvolvendo a economia e, portanto, beneficiando a população local.

Projetos:

- a) Estimular a diversificação das atividades agropecuárias;
- b) Incentivar a criação, ampliação e modernização de fábricas de ração, doces, conservas, farinhas e frigoríficos de pescados.
- c) Estimular o turismo regional;
- d) Fomentar a piscicultura.

3) Construção, manutenção e interligação da infra-estrutura de transporte intermodal

Antecedentes:

A Região constitui-se em um excelente corredor de exportação e importação, com rede instalada de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário. Contudo, esta se encontra sucateada, carente de manutenção, modernização e integração intermodal, o que dificulta o escoamento da produção local, sua comercialização, impondo custos adicionais, e afetando sua competitividade e qualidade.

Objetivos:

Construir, modernizar, manter e interligar a rede de transporte da Região, visando à diminuição dos custos operacionais e o aumento da qualidade dos produtos e de sua competitividade interna e externa.

Projetos:

- a) Ampliar, modernizar, recuperar e manter a malha rodoviária da Região;
- b) Construir, interligar e manter modais de transporte ferroviário, hidroviário, rodoviário e aeroviário;
- c) Implantar entrepostos comerciais ligados à rede de transporte existente, visando com vistas ao abastecimento interno e externo da Região.

4) Organização e participação da sociedade

Antecedentes:

O exercício da cidadania tem progredido lentamente no Brasil e na Região. Apesar das organizações sociais existentes se mostrarem atuantes, nota-se que a participação do cidadão em busca de soluções para os seus problemas, ainda não é exercida de forma muito efetiva.

Objetivos:

Fomentar o pleno exercício da cidadania, estimulando a organização da sociedade para maior participação nas discussões e tomadas de decisões, visando ao bem comum.

Projetos:

- a) Incentivar a organização e a união da sociedade civil, e dos pequenos e médios produtores, em associações ou cooperativas;
- b) Capacitar as lideranças comunitárias para as práticas participativa, cooperativista e associativa.

5) Verticalização da cadeia produtiva

Antecedentes:

A economia da Região restringe-se ao setor primário, com pouco ou nenhum valor agregado a sua produção, não lhe permitindo ampliar sua qualidade, competitividade interna e externa, e a lucratividade de seus produtos. Isso recai na pequena absorção de mão-de-obra, tecnologia e capital, refletindo, além da baixa produtividade e valor de seu produto, na limitação de seu mercado e na transferência de riqueza para outras regiões, centros nacionais e outros países.

Objetivos:

Aumentar a competitividade regional e a geração de atividades complementares capazes de ampliar a oferta de emprego e ocupação da mão-de-obra, distribuir melhor a renda, difundir as tecnologias geradas sobre processo de diversificação produtiva, com vistas à conquista de novos mercados, tendo como base a adoção de políticas de agroindustrialização e agregação de valor.

Projetos:

- a) Incentivar a modernização das agroindústrias já existentes;
- b) Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva, incorporando novos sistemas de comercialização;
- c) Fomentar a agricultura e a pecuária leiteira de pequeno porte, familiar e o beneficiamento de sua produção.
- d) Incentivar a implantação de indústrias, com utilização de capital privado e público, direcionando os esforços para as atividades agropecuárias;
- e) Incentivar a utilização de subprodutos da agroindústria, do gasoduto e do material orgânico disponível para a geração de energia alternativa;
- f) Criar sistema de bolsa de compra de insumos e venda de produtos agropecuários;
- g) Promover e disponibilizar estudos de mercado.

6) Ampliação das oportunidades de lazer, cultura e segurança pública

Antecedentes:

A Região do Alto Pantanal possui pouca alternativa de emprego, lazer e eventos culturais, principalmente para os jovens. Gera, em grande parte, a ociosidade, a prática de atos ilícitos, a quebra de valores morais e éticos, a desagregação da família, o consumo de drogas, agravado pela rota de tráfico com a Bolívia e a elevada ocorrência de prostituição infanto-juvenil.

Objetivos:

Criar opções de emprego, de lazer e de cultura para proporcionar ocupação aos jovens da Região e promover a fiscalização preventiva no combate ao tráfico de drogas, principalmente em áreas fronteiriças.

Projetos:

- a) Promover o combate ao tráfico de drogas;
- b) Criar centros de orientação de jovens e adolescentes contra a violência, a criminalidades e o uso de drogas;
- c) Implantar áreas de lazer e cultura destinadas à juventude e à família;
- d) Incentivar a organização de eventos culturais;
- e) Melhorar a estrutura do sistema de segurança pública;
- f) Criar condições para assegurar o primeiro emprego.

7) Geração e difusão de tecnologias regionais

Antecedentes:

A pesquisa tecnológica e sua difusão na Região têm sido insuficiente para manter as necessidades regionais, pois se encontra fisicamente desestruturada, carente de recursos humanos e financeiros para a geração.

Objetivos:

Desenvolver ações integradas de assistência técnica e extensão rural, associadas à adoção de práticas conservacionistas capazes de contribuir com o desenvolvimento regional, de modo a dotar a economia de competitividade e sustentabilidade ambientais.

Projetos:

- a) Criar indústria farmacológica voltada para o aproveitamento da fauna e da flora;
- b) Criar centros de pesquisa para fomentar a produção e o desenvolvimento da biotecnologia;
- c) Investir em novas tecnologias e parcerias.

8) Gestão dos recursos naturais

Antecedentes:

O ambiente natural da Região suportou por décadas forte antropismo, leigo por parte dos agentes de colonização. Por esta razão, o equilíbrio ambiental exige hoje urgente recuperação em face da necessidade de se devolver à natureza condições viáveis para sua exploração sustentável, como é o caso do ecoturismo, que constitui uma opção econômica e que gera conservação, pois a sua sobrevivência depende da integridade e da qualidade do ambiente, além de ser uma atividade lucrativa, formadora de opiniões e de consciência.

A preservação ambiental da Região depende do nível de conhecimento, da compreensão e da consciência social dos atores do desenvolvimento e das comunidades contra as práticas predatórias. A gestão pública e a visão ambientalista da comunidade são canais capazes de um lado de inibir as ações antrópicas, que degradam o meio ambiente, como também de garantir às novas gerações ambiente renovado, sadio e sustentável.

Objetivos:

Contribuir para a preservação do meio ambiente da Região, mediante a implantação de um sistema de gestão pública de defesa e proteção ambiental, associada à difusão de práticas conservacionistas eficazes e ao fomento do ecoturismo com base sustentável.

Projetos:

- a) Desenvolver campanhas de conscientização e fiscalização ao meio ambiente;
- b) Promover a recomposição das áreas degradadas (matas ciliares e reservas legais) e a intensificação da educação ambiental;
- c) Implantar sistema de planejamento do uso, manejo e conservação dos recursos naturais;
- d) Fomentar o ecoturismo rural, contemplativo da natureza;
- e) Fomentar a criação de novas unidades de conservação e de corredores ecológicos.

9) Fortalecimento da pequena produção rural e urbana

Antecedentes:

A pequena e a média produção regional apresentam-se pouco diversificada, e com pouca probabilidade de elaborar produtos com competitividade, em vista do baixo valor dos produtos e das dificuldades de organização dos produtores. O crédito, apesar de existente e disponível, não permite o fácil acesso da clientela, dadas às exigências burocráticas de garantia e de reciprocidade na venda de serviços bancários, de baixo interesse para os pequenos e médios produtores. A produção do segmento geralmente está relacionada com as culturas de consumo alimentar e, em menor parte, com a produção de matérias-primas para a indústria de exportação e para o consumo da classe média regional e nacional. No entanto, face às grandes mudanças econômicas, este setor se encontra relativamente fragilizado, em virtude das novas exigências do mercado.

Objetivos:

Fortalecer a agricultura familiar regional e a pequena indústria e comércio, tornando-os menos vulneráveis e mais competitivos na dinâmica econômica da Região.

Projetos:

- a) Fomentar a assistência técnica aos produtores;
- b) Criar linhas de crédito de fácil acesso aos pequenos produtores;
- c) Recuperar estradas vicinais, estaduais e federais e viabilizar a hidrovía e a ferrovia para o escoamento da produção;
- d) Agilizar o corredor de exportação e importação.

10) Melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população

Antecedentes:

A Região possui boa infra-estrutura de saúde. Todos os municípios da Região contam com hospitais próprios; apenas o de Anastácio, recém inaugurado, carece de equipamentos e pessoal técnico especializado. A relação de leitos/1000 habitantes satisfaz as exigências da Organização Mundial de saúde - OMS. Contudo, o grande número de usuários de substâncias psicoativas, na Região, não conta com um centro médico

especializado para sua recuperação. A inexistência de unidades da APAE e de organizações Pestalozzi nos municípios de Anastácio, Miranda, Dois Irmãos do Buriti e Ladário e o mau funcionamento e distribuição espacial urbana e rural, dos equipamentos de saúde, constituem prioridades na área de saúde e de assistência social.

Objetivos:

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando e reequipando os postos de saúde e hospitais públicos, qualificando o pessoal técnico e de manutenção e os agentes de saúde para a execução de ações e acompanhamento preventivo junto às comunidades da Região.

Projetos:

- a) Ampliar, equipar e modernizar os postos de saúde e hospitais públicos;
- b) Diversificar as especialidades dos médicos que atendem os núcleos de saúde públicos, diminuindo a dependência no atendimento da capital do Estado;
- c) Construir, ampliar e modernizar as unidades da APAE e de organizações Pestalozzi, que atuam com portadores de deficiência de qualquer natureza;
- d) Reforçar e ampliar as ações de saúde preventiva;
- e) Ampliar e melhor qualificar os agentes comunitários de saúde;
- f) Criar centros de distribuição de medicamentos para a população de baixa renda ou com doenças crônicas;
- g) Construir centro médico especializado para o atendimento e reabilitação de viciados em drogas.

11) Incentivo e estruturação do turismo ecológico de base sustentável

Antecedentes:

Considerando o turismo uma indústria limpa, de baixo impacto ambiental, em especial fomentada com base conservacionista e sustentável, nota-se a aptidão natural da Região para os turismos ecológico, histórico e cultural.

Esta atividade deve, além de provocar o desenvolvimento econômico da Região, servir como fixadora da população e da cultura pantaneira.

Objetivos:

Fomentar o turismo ecológico de bases conservacionista e sustentável, visando ao desenvolvimento regional e à preservação da natureza e da cultura pantaneira.

Eliminar o turismo de pesca predatória e estimular a pesca esportiva (pesque e solte), buscando a recuperação das populações de peixes nativos da Região.

Projetos:

- a) Reativar o trem do Pantanal;
- b) Fomentar o turismo ecológico de base conservacionista e sustentável;
- c) Desestimular o turismo de pesca predatória no Pantanal;
- d) Aumentar a divulgação dos produtos turísticos e da rede hoteleira regional;
- e) Promover campanhas e cursos de administração turística, visando ao aperfeiçoamento e ao profissionalismo da gestão de produtos e das atividades turísticas da Região.

12) Ampliação das áreas indígenas, incentivo à produção e respeito à cultura

Antecedentes:

Uma das condições mais negativas envolvendo os grupos indígenas da Região tem sido os conflitos gerados quanto à posse da terra, seguidos de sucessivas violações à herança cultural.

Objetivos:

Incentivar a preservação do patrimônio histórico-cultural regional das comunidades indígenas.

Projetos:

- a) Ampliar e demarcar as terras indígenas;
- b) Divulgar e valorizar a produção cultural indígena;
- c) Recuperar áreas degradadas para reaproveitamento do espaço produtivo nas aldeias;
- d) Incentivar a produção agropecuária em terras indígenas;
- e) Realizar pesquisa para o desenvolvimento e divulgação da medicina indígena.

13) Consolidação e ampliação do ensino superior e de centros de pesquisa

Antecedentes:

A Região possui unidades de ensino superior, mas encontram-se concentradas em duas cidades, Aquidauana e Corumbá, acarretando o deslocamento de alunos, muitos diariamente. Com relação aos centros de pesquisa, a Região possui apenas a EMBRAPA, localizada no município de Corumbá.

Objetivos:

Fomentar o desenvolvimento das universidades já existentes e dos centros de pesquisa, visando a maior qualificação da mão-de-obra regional, bem como a produção e difusão de conhecimento e tecnologias para utilização nas atividades produtivas, em especial, agropecuárias e de transformação de recursos naturais.

Projetos:

- a) Criar e fortalecer cursos de graduação e de pós-graduação, e centros de estudos, de pesquisas e de difusão de tecnologias;
- b) Estimular a integração entre universidade, sociedade e sistema produtivo regional.

14) Assistência técnica à produção urbana e rural

Antecedentes:

Apesar da existência do IAGRO, do IDATERRA, do SENAC e do SEBRAE, os produtores, em especial os pequenos, tanto urbanos quanto rurais, carecem de acompanhamento técnico sistemático e permanente. Esta carência reflete na baixa produtividade e qualidade de seus produtos regionais, que lhes conferem pouca competitividade e aceitação no mercado interno e externo.

Objetivos:

Ampliar e modernizar o atendimento de assistência técnica aos produtores rurais e urbanos, visando ao aumento da produtividade, da qualidade e da competitividade, a absorção de mão-de-obra, a diminuição de sua vulnerabilidade e, como resultante, o desenvolvimento econômico e social.

Projetos:

- a) Fomentar a diversificação e melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão aos produtores rurais e urbanos;
- b) Criar incubadoras de microempresas, com assistência permanente em todos os níveis.

15) Ampliação da oferta e distribuição de energia

Antecedentes:

A demanda regional por energia elétrica para consumo residencial, industrial e rural acha-se atualmente insatisfeita. A oferta, por sua vez, apresenta-se limitada, cuja capacidade de atendimento não vem permitindo melhores condições de moradia no campo e expansão das atividades produtivas com razoável agregação de valor. Diante do crescimento da demanda regional por energia elétrica, a sua oferta caminha para um estrangulamento, caso medidas urgentes não sejam implementadas.

Objetivos:

Dotar a Região de uma matriz energética compatível com as necessidades regionais, de modo a dinamizar e impulsionar o aumento da competitividade, eficiência econômica e melhoria das condições de vida das populações.

Projetos:

- a) Ampliar, melhorar e expandir a rede de distribuição de energia elétrica;
- b) Implantar termelétricas e criar empresa para o processamento e distribuição do gás doméstico, industrial e automotivo;
- c) Expandir a rede elétrica para atender as propriedades com potencial turístico.

16) Melhoria da infra-estrutura de saneamento básico urbano

Antecedentes:

O saneamento básico constitui um dos principais problemas que compromete a saúde e o bem estar da população de todos os municípios da Região. O esgotamento sanitário é o serviço que se encontra em pior situação, pois ainda hoje a grande maioria dos domicílios é ligada a fossas negras e rudimentares e uma parcela ínfima, do pouco que é coletada, é tratada antes de ser lançada na rede hidrográfica.

Outro grande problema refere-se à coleta e à destinação dos resíduos sólidos, pois os municípios da Região não praticam a coleta seletiva, nem possuem caminhões apropriados para a coleta, e a grande maioria desses resíduos é depositada a céu aberto ou recebem apenas fina camada de terra.

Como a qualidade e a expectativa de vida dependem da abrangência e da qualidade da infra-estrutura e dos serviços, a sua melhoria é condição fundamental para o desenvolvimento econômico e social, visto que não há desenvolvimento econômico e social sem saúde da população.

Objetivos:

Implantar, ampliar e modernizar, na Região, uma infra-estrutura de saneamento básico que diminua ou amenize seus impactos sobre a saúde e bem estar da população, como uma das formas de alicerçar o sistema produtivo, mediante redução de custos crônicos com saúde, e horas perdidas de trabalho.

Projetos:

- a) Ampliar, recuperar, modernizar e manter a rede coletora e de tratamento de esgoto das cidades da Região;
- b) Modernizar e manter os serviços de captação, tratamento, reservamento e abastecimento de água;
- c) Construir sanitários públicos nas cidades da Região;
- d) Ampliar, modernizar e manter serviços de coleta, de preferência seletiva, dos resíduos sólidos produzidos nas áreas urbanas.

17) Controle da fronteira internacional

Antecedentes:

Um dos maiores problemas regionais é o da expressiva extensão fronteiriça, exigindo constantes ações inibidoras das ameaças exógenas, tais como o da fiscalização sanitária, contrabandos de mercadorias etc.

Objetivos:

Implementar ações voltadas ao sistema de segurança pública fronteiriça.

Projetos:

- a) Disponibilizar recursos diferenciados na estruturação do sistema fronteiriço de segurança pública;
- b) Implementar atividades integradas com os países vizinhos, no combate à proliferação dos diversos tipos de doenças infecto-contagiosas;
- c) Implantar sistemas de proteção ao território fronteiriço, com policiamento convencional e ambiental.

7.1 Carteira de Projetos

A carteira de projetos é o resultado direto do processo de discussão efetivado ao longo do trabalho realizado nas oficinas locais e regionais e da pesquisa Delfos. Ao todo foram aprovados 69 projetos.

Depois de aprovados pelo Conselho Regional, os projetos foram pontuados para identificar o grau de prioridade. Foram considerados de 30 projetos de alta prioridade, 14 de média prioridade e 25 de baixa prioridade.

A seguir, apresenta-se a relação dos projetos e o quadro de detalhamento (Carteira de Projetos) referente aos projetos de alta prioridade, com seus respectivos instrumentos de viabilização, parcerias e prazos para implantação. Os projetos de segunda e terceira prioridades foram apenas relacionados para posterior detalhamento.

PRIORIDADE I - Alta Prioridade

- 1 - Capacitar pequenos empreendedores rurais e urbanos em gestão empresarial;
- 2 - Qualificar e valorizar técnicos e outros profissionais nas áreas de educação, saúde, saneamento, segurança e agropecuária;
- 3 - Estimular a diversificação das atividades agropecuárias;
- 4 - Incentivar a criação, ampliação e modernização de fábricas de ração, doces, conservas, farinhas e de frigoríficos de pescados;
- 5 - Ampliar, modernizar, recuperar e manter a malha rodoviária da Região;
- 6 - Incentivar a organização e a união da sociedade civil, e dos pequenos e médios produtores, em associações ou cooperativas;
- 7 - Capacitar as lideranças comunitárias para as práticas participativa, cooperativista e associativista;
- 8 - Incentivar a modernização das agroindústrias já existentes;
- 9 - Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva, incorporando novos sistemas de comercialização;
- 10 - Fomentar a agricultura e a pecuária leiteira de pequeno porte, familiar, e o beneficiamento de sua produção;
- 11 - Promover o combate ao tráfico de drogas;
- 12 - Criar centros de orientação de jovens e adolescentes contra a violência, criminalidade e drogas;
- 13 - Criar indústria farmacológica voltada para o aproveitamento da fauna e da flora;
- 14 - Implantar sistema de planejamento do uso, manejo e conservação dos recursos naturais;
- 15 - Desenvolver campanhas de conscientização e fiscalização do meio ambiente;
- 16 - Promover a recomposição das áreas degradadas (matas ciliares e reservas legais) e de intensificação da educação ambiental;
- 17 - Implantar sistema de planejamento do uso, manejo e conservação dos recursos naturais;
- 18 - Fomentar a assistência técnica aos produtores;

- 19 - Criar linhas de crédito de fácil acesso aos pequenos produtores;
- 20 - Ampliar e modernizar postos de saúde e hospitais públicos;
- 21 - Diversificar as especialidades dos médicos que atendem os núcleos de saúde públicos, diminuindo a dependência no atendimento da capital do Estado;
- 22 - Reforçar e ampliar as ações de saúde preventiva;
- 23 - Ampliar e melhor qualificar os agentes de saúde comunitária;
- 24 - Criar centros de distribuição de medicamentos para a população de baixa renda ou com doenças crônicas;
- 25 - Reativar o trem do Pantanal;
- 26 - Ampliar e demarcar terras indígenas;
- 27 - Divulgar e valorizar a produção cultural indígena;
- 28 - Recuperar as áreas degradadas para reaproveitamento do espaço produtivo nas aldeias;
- 29 - Incentivar à produção agropecuária em terras indígenas;
- 30 - Realizar pesquisa para o desenvolvimento e divulgação da medicina indígena.

PRIORIDADE II - Média Prioridade

- 1 - Realizar capacitação profissional nos diversos setores da economia;
- 2 - Estimular a integração universidade, sociedade e sistema produtivo regional;
- 3 - Estimular o turismo regional;
- 4 - Construir, interligar e manter modais de transporte ferroviário, hidroviário, rodoviário e aeroviário;
- 5 - Fomentar a diversificação e melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão aos produtores rurais e urbanos;
- 6 - Promover e disponibilizar estudos de mercado;
- 7 - Melhorar a estrutura do sistema de segurança pública;

- 8 - Criar condições para assegurar o primeiro emprego;
- 9 - Implantar termelétricas e criação de empresa para o processamento e distribuição do gás doméstico, industrial e automotivo;
- 10 - Criar centros de pesquisa para fomentar a produção e o desenvolvimento da biotecnologia;
- 11 - Investir em novas tecnologias e parcerias;
- 12 - Fomentar o ecoturismo rural, contemplativo da natureza;
- 13 - Recuperar estradas vicinais, estaduais e federais e incentivar a hidrovia e a ferrovia para o barateamento do escoamento da produção;
- 14 - Agilizar o corredor de exportação e importação.

PRIORIDADE III - Baixa Prioridade

- 1 - Implantar, modernizar e integrar as escolas agropecuárias técnicas profissionalizantes de nível médio;
- 2 - Criar e fortalecer cursos de graduação e de pós-graduação, de centros de estudos, de pesquisa e de difusão de tecnologias;
- 3 - Fomentar a piscicultura;
- 4 - Implantar entrepostos comerciais ligados à rede de transporte existente, visando ao abastecimento interno e externo da Região;
- 5 - Criar incubadoras de microempresas, com assistência permanente em todos os níveis;
- 6 - Incentivar a implantação de indústrias, com utilização de capital privado e público, direcionando os esforços para as atividades agropecuárias;
- 7 - Incentivar a utilização de subprodutos da agroindústria, do gasoduto e do material orgânico disponível para a geração de energia alternativa;
- 8 - Criar sistema de bolsa de compra de insumos e vendas de produtos agropecuários;
- 9 - Implantar áreas de lazer e cultura destinadas à juventude e à família;
- 10 - Fomentar a criação de novas unidades de conservação e de corredores ecológicos;
- 11 - Ampliar, recuperar, modernizar e manter a rede coletora e de tratamento de esgoto urbano;

- 12 - Modernizar e manter os serviços de captação, de tratamento, de reserva e de abastecimento de água;
- 13 - Construir sanitários públicos nas cidades da Região;
- 14 - Ampliar, modernizar e manter serviços de coleta, de preferência seletiva, dos resíduos sólidos produzidos nas áreas urbanas;
- 15 - Construir centro médico especializado para o atendimento e reabilitação de usuários de drogas;
- 16 - Construir, ampliar e modernizar as unidades da APAE e de organizações Pestalozzi, que atuam com portadores de deficiência de qualquer natureza;
- 17 - Fomentar o turismo ecológico de base conservacionista e sustentável;
- 18 - Desestimular o turismo de pesca predatória no Pantanal;
- 19 - Aumentar a divulgação dos produtos turísticos e da rede hoteleira regional;
- 20 - Promover campanhas e cursos de administração turística, visando ao aperfeiçoamento e ao profissionalismo da gestão de produtos e das atividades turísticas da Região;
- 21 - Disponibilizar recursos diferenciados para a estruturação do sistema fronteiro de segurança pública;
- 22 - Implementar atividades integradas com os países vizinhos, no combate à proliferação dos diversos tipos de doenças infecto-contagiosas;
- 23 - Implantar sistemas de proteção ao território fronteiro com policiamento convencional e ambiental;
- 24 - Incentivar a organização de eventos culturais;
- 25 - Ampliar, melhorar e expandir a rede de distribuição de energia elétrica;
- 26 - Expandir a rede elétrica para atender às propriedades com potencial turístico;

PROJETOS DE ALTA PRIORIDADE

Programa 01: Educação para o Trabalho

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Capacitar pequenos empreendedores urbanos e rurais em gestão empresarial.	Melhorar o desempenho gerencial e administrativo dos produtores para desenvolver as vocações empresariais.	<ul style="list-style-type: none">♦ Promover cursos, seminários, palestras e oficinas de capacitação de pequenos empreendedores.
02. Qualificar e valorizar técnicos e profissionais das áreas de educação, saúde, saneamento, segurança e agropecuária.	Melhorar o desempenho funcional dos servidores públicos e o atendimento às demandas; implantar política de adequação salarial.	<ul style="list-style-type: none">♦ Criar um centro de capacitação profissionalizante;♦ Adquirir equipamentos tecnológicos modernos;♦ Elaborar plano de cargos e salários para adequação salarial.

Programa 02: Diversificação da Produção Regional

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Estimular a diversificação das atividades agropecuárias.	Incentivar a diversificação do uso e ocupação do solo na Região, diminuindo a dependência da mono-ocupação.	<ul style="list-style-type: none">♦ Incentivar a diversificação da produção agropecuária;♦ Promover cursos e extensões para difundir novos produtos e criações.
02. Incentivar a criação, ampliação e modernização de fábricas de ração, doces, conservas, farinhas e de frigoríficos de pescados.	Agregar valor aos produtos regionais, dando-lhes competitividade nos mercados.	<ul style="list-style-type: none">♦ Criar isenções Fiscais;♦ Criar incentivos Financeiros e Disponibilidade de Crédito.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
SEBRAE, SENAR e Universidades, Associações Comerciais e Sindicatos Rurais.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	SENAR - CNA, FIEMS - IEL, Prefeituras e FAT.
Governos Federal, Estadual e Municipal, Universidades, SEBRAE e instituições privadas.	Todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Programas Federais - Qualificação Profissional do Trabalhador - FAT; Orçamentos Federal, Estadual e Municipais; Fundações Internacionais.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
IDATERRA, EMBRAPA, Universidades, Secretaria Estadual de Produção e Secretaria Municipal da Agricultura.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Prove-Pantanal, Banco do Povo, Ministérios e Secretarias Federais, CEF, Bancos Privados, ONGS, Secretarias Municipais de Agricultura.
Governo Federal, Estadual, Municipal e Bancos de Fomento.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2002 a 2012.	PROVE - Pantanal, Banco do Povo e outros bancos públicos e privados, FCO, Governos Federal, Estadual e Municipais.

Programa 03: Construção, Manutenção e Interligação da Infra-Estrutura de Transporte Intermodal

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Ampliar, modernizar, recuperar e manter a malha rodoviária da Região.	Melhorar o tráfego de veículos, facilitando o escoamento da produção e a locomoção da população da Região.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Pavimentar a BR 419 (Aquidauana a Rio Negro), MS 450 e MS 162 (Sidrolândia a Dois Irmãos do Buriti); ♦ Recuperar a BR 262; ♦ Fomentar a construção de pontes de alvenaria e concreto; ♦ Recuperar as estradas vicinais; ♦ Elaborar projetos de microbacias para contenção de erosão de estradas (áreas críticas); ♦ Capacitar equipes técnicas de estradas.

Programa 04: Organização e Participação da Sociedade

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Incentivar a organização e a união da sociedade civil, e dos pequenos e médios produtores, em associações ou cooperativas.	Estimular a organização visando ao resgate dos valores associativistas e cooperativistas; facilitar a execução de projetos conjuntos.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Capacitar as lideranças para o cumprimento dos deveres sociais e gestão solidária dos seus negócios.
02. Capacitar as lideranças comunitárias para as práticas participativa, cooperativista e associativista.	Estimular ações realizadas pelas associações e cooperativas, promovendo o exercício da cidadania.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Capacitar pequenos produtores e comerciantes para a prática cooperativa e associativista por meio de cursos, palestras e oficinas.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais, DNER e DER.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Programa Federal de Recuperação de Rodovias, Fundersul, IPVA, Orçamentos Federal e Estadual, Prefeituras, BNDES.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
SENAR, SEBRAE, SENAI, SESC, instituições privadas, Cooperativas, Sindicatos, Centrais Sindicais, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, IDATERRA.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Sindicatos, Centrais Sindicais, Cooperativas, Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipais e ONGs.
Governos Federal, Estadual e Municipais, Cooperativas, Sindicatos, Centrais Sindicais, Conselhos Municipais e Universidades.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Sindicatos, Centrais Sindicais, Empresas e Órgãos Públicos e Privados.

Programa 05: Verticalização da Cadeia Produtiva

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Incentivar a modernização das agroindústrias existentes.	Incentivar a modernização da agroindústria regional.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Criar linhas de crédito para estímulo à modernização da agroindústria; ♦ Criar incentivos fiscais às empresas que investirem em modernizar seu sistema produtivo.
02. Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva, incorporando novos sistemas de comercialização.	Fomentar a agroindústria; elevar a produção agropecuária de commodities e especialities; processar a transformação na propriedade e fortalecer os canais de comercialização.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Analisar as tendências locais específicas; ♦ Fortalecer as associações de gestão e comercialização; ♦ Criar selo de origem e qualidade.
03. Fomentar a agricultura e a pecuária leiteira de pequeno porte, familiar, e o beneficiamento de sua produção.	.Estimular a produção agropecuária em pequena propriedade, em especial de gêneros da cesta básica.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Incentivar a melhoria genética e a expansão do rebanho leiteiro em pequenas propriedades; ♦ Fomentar o aumento da produção agrícola em pequenas propriedades.

Programa 06: Ampliação das Oportunidades de Lazer, Cultura e Segurança Pública

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Promover o combate ao tráfico de drogas.	Combater o tráfico e o consumo de drogas na Região.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Incentivar o policiamento preventivo nas escolas e praças; ♦ Implantar campanhas de conscientização contra as drogas; ♦ Incentivar os esportes na Região; ♦ Criar postos de emprego para essa população alvo das drogas.
02. Criar centros de orientação para jovens e adolescentes contra a violência, criminalidade e o uso de drogas.	Evitar o envolvimento da juventude regional com atividades ilegais de tráfico de drogas e violências em geral.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Implantar e manter equipamentos urbanos para abrigar jovens, crianças e adolescentes e afastá-los das drogas, da violência e da prática de ilícitos.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Governos Federal e Estadual, Prefeituras, FIEMS, Iniciativa Privada e COREDES.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Governos Federal e Estadual, Prefeituras, Banco do Brasil, CEF, BNDES, FCO e BID.
Governos Federal e Estadual e Municipais, Associações de Produtores, Bancos e Prefeituras; IAGRO, SENAR, Associações de Classe, CREA, FAMASUL, IDATERRA.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003 a 2012.	Banco do Brasil - FCO, Famasul, Governos Federal, Estadual e Municipais, Cooperativas de Crédito, SEBRAE.
Governos Federal, Estadual e Municipais, Iniciativa Privada e ONGS.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Programas Federais de Enfrentamento da Pobreza, de Desenvolvimento da Região Centro Oeste, de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário, PRONAF e Programas de Fomento à Pequena Produção, Federal, Estadual e Municipal.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Governo Federal, Estadual e Prefeituras Municipais e ONGs.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Programas Federais, Governo Estadual, Prefeituras Municipais e ONGs.
Governos Federal, Estadual e Municipais, ONG, Clubes de Serviços, Organizações Religiosas e a Sociedade Interessada.	Em todos os municípios da Região.	De 2003 até 2012.	Programas Federais - Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasil Jovem; Governos Estadual e Municipais.

Programa 07: Geração e Difusão de Tecnologias Regionais

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Criar indústria farmacológica voltada para o aproveitamento da fauna e da flora.	Industrializar os produtos gerados pelos estudos biotecnológicos da Região, em especial farmacológicos.	<ul style="list-style-type: none">♦ Criar e implantar indústria farmacológica para processar e por no mercado produtos desenvolvidos na Região;♦ Valorizar os produtos farmacológicos produzidos na Região;♦ Criar mecanismos para a comercialização de produtos farmacológicos regionais.

Programa 08: Gestão dos Recursos Naturais

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Desenvolver campanhas de conscientização e fiscalização do meio ambiente.	Conscientizar toda a população do seu papel no contexto ambiental e da importância das práticas e ações individuais.	<ul style="list-style-type: none">♦ Treinar educadores na temática ambiental;♦ Promover a multidisciplinaridade e transversalidade do ensino ambiental;♦ Incluir a proteção ambiental nos currículos escolares;♦ Instalar miniusinas de separação de poluentes;♦ Criar miniviveiros de mudas;♦ Implantar oficinas de informação.
02. Promover a recomposição das áreas degradadas (matas ciliares e reservas legais) e de intensificação da educação ambiental.	Recuperar e manter o controle em todos os ambientes naturais degradados.	<ul style="list-style-type: none">♦ Criar incentivos fiscais e financeiros;♦ Estipular a tolerância jurídica;♦ Apoiar logisticamente e promover a conscientização dos proprietários de terras degradadas.
03. Implantar sistema de planejamento do uso, manejo e conservação dos recursos naturais.	Planejar o uso sustentável dos recursos naturais da Região.	<ul style="list-style-type: none">♦ Criar sistema de planejamento regional de monitoramento dos recursos naturais;♦ Incentivar a utilização de técnicas conservacionista no campo;♦ Planejar o uso racional/sustentável da Região.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
EMBRAPA, ONGs e SEBRAE.	Em Corumbá.	A partir de 2003.	Programas Federais e Estaduais de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidades, EMBRAPA e Iniciativa Privada, Ministério da Saúde, SEBRAE.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Escolas Públicas e Privadas; ONG; Secretaria de Educação; Aldeias Indígenas; Técnicos e Ambientalistas; Prefeituras Municipais.	Áreas urbanas e rurais dos municípios da Região.	A partir de 2003.	BID, BNDES, ONG Ambientalistas, Banco do Brasil, Programas Federais de Conservação Ambiental, Governo Estadual e Prefeituras Municipais.
IBAMA; Governos Estadual e Municipal; Ministério Público; CREA e Associações de Produtores.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	BID, BNDES, ONG Ambientalistas, Banco do Brasil, Programas Federais de Conservação Ambiental, Governo Estadual e Prefeituras Municipais.
IBAMA, Governos Estadual e Municipal, Ministério Público, CREA e Associações de Produtores.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	BID, BNDES, ONG Ambientalistas, Banco do Brasil, Programas Federais de Conservação Ambiental, Governo Estadual e Prefeituras Municipais.

Programa 09: Fortalecimento da Pequena Produção Rural e Urbana

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Fomentar a assistência técnica aos produtores.	Proporcionar assistência técnica aos produtores rurais e urbanos.	<ul style="list-style-type: none">♦ Fortalecer e ampliar os órgãos de extensão rural e urbana;♦ Promover parcerias entre produtores e indústria, para fomentar a produção.
02. Criar linhas de crédito de fácil acesso aos pequenos produtores.	Fomentar a pequena produção, mediante linhas de crédito de fácil acesso.	<ul style="list-style-type: none">♦ Criar linhas de crédito menos burocráticas e com menores exigências;♦ Estimular a criação de cooperativas de crédito para o pequeno produtor.

Programa 10: Melhoria das Condições de Saúde e Qualidade de Vida da População

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Ampliar e modernizar os postos de saúde e hospitais públicos.	Distribuir racionalmente os serviços de saúde; Eleva a qualidade da saúde da população usuária da rede pública.	<ul style="list-style-type: none">♦ Capacitar profissionais de saúde;♦ Ampliar os serviços odontológicos;♦ Ampliar o número de unidades de atendimento;♦ Divulgar a localização das unidades criadas;♦ Adquirir equipamentos médico-hospitalares modernos;♦ Ampliar o número de convênios com instituições públicas e privadas para o atendimento.
02. Diversificar as especialidades dos médicos que atendem os núcleos públicos de saúde, diminuindo a dependência com a capital do Estado.	Diminuir a dependência de médicos especializados, melhorando a qualidade de vida da população.	<ul style="list-style-type: none">♦ Contratar médicos especializados;♦ Equipar os hospitais para agilizar os resultados de exames e propiciar tratamento mais rápido e eficiente.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
IDATERRA, EMBRAPA, Universidades, Secretaria Estadual da Produção, Secretarias Municipais, e ONGS.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Governos Estadual e Municipal, Universidades, Iniciativa Privada e ONGs
Ministério da Agricultura, Secretaria Estadual da Produção, Prefeituras Municipais e Cooperativas de Crédito.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Banco do Povo, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bancos Particulares.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Ministério, Secretaria Estadual e Municipais de Saúde, Universidades, ONG Nacionais e Internacionais, Iniciativa Privada e Instituições de Serviços.	Em todos os municípios da Região	A partir de 2003.	Programas Federais de Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores; Programa de Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis; Fundos Estadual e Municipais de Saúde; Agências Internacionais e não-governamentais que atuam no setor.
Ministério da Saúde, Secretaria Estadual e Municipais de Saúde, Universidades, ONG Nacionais e Internacionais, Iniciativa Privada e Instituições de Serviços.	Corumbá e Aquidauana	A partir de 2003.	Programas Federais de Saúde, Fundo Estadual e Municipal de Saúde, e ONGS.

Continua

Programa 10: Melhoria das Condições de Saúde e Qualidade de Vida da População

Projetos	Objetivos	Atividades
03. Reforçar e ampliar das ações de saúde preventiva.	Reduzir as ocorrências de doenças de origem genética, carências e transmissíveis; Melhorar as condições de saneamento e saúde da família; Realizar estudos sobre a utilização de medicamentos fitoterápicos.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Ampliar a cobertura vacinal contra as doenças imuno-preveníveis; ♦ Ampliar os serviços de vigilância sanitária municipal; ♦ Ampliar o monitoramento epidemiológico de zoonoses; ♦ Intensificar a notificação de doenças; ♦ Realizar campanhas de educação em saúde; ♦ Implantar saneamento ambiental; ♦ Divulgar o uso de produtos medicamentosos de origem vegetal.
04. Ampliar e qualificar os agentes comunitários de saúde.	Melhorar as condições de saúde da família.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Aumentar o número de agentes comunitários de saúde; ♦ Dispor ao serviço da família, médicos e enfermeiros melhor qualificados e especializados; ♦ Integrar as ações de todos os órgãos que atuam na saúde; ♦ Implementar ações educativas de saúde no meio rural.
05. Criar centros de distribuição de medicamentos a população de baixa renda ou com doenças crônicas.	Criar centro de compra e distribuição de medicamentos para pessoas carentes.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Aumentar a distribuição de remédios aos doentes carentes que possuem enfermidades crônicas; ♦ Efetuar compra coletiva de medicamentos para a Região.

Programa 11: Incentivo e Estruturação do Turismo Ecológico de Base Sustentável na Região

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Reativar o trem do Pantanal.	Criar novas modalidades/produtos de turismo para os municípios da Região.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Readequar a infra-estrutura ferroviária existente para a atividade turística; ♦ Incluir produtos turísticos regionais em roteiros de operadoras e agências de viagens/turismo.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Ministério, Secretaria Estadual e Municipal de Saúde, Universidades, ONG Nacionais e Internacionais, Iniciativa privada e Instituições de Serviços, FUNASA, Escolas Estaduais e Municipais, Pastoral da Saúde, Conselhos Municipais de Saúde.	Em todos os municípios da Região.	De 2003 até 2005	Programas Federais Alimentação Saudável; Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços; Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde; Prevenção e Controle da Dengue; Gestão da Política da Saúde; Prevenção e Controle da Tuberculose e outras Pneumopátias; Controle da Hanseníase e outras Dermatoses; Fundos Estadual e Municipal de Saúde, Agências Internacionais e ONGs.
Ministério, Secretaria Estadual e Municipais de Saúde, Universidades, Pastoral da Saúde, Serviço Público de Extensão Rural.	Em todos os municípios da Região.	De 2003 a 2005.	Programas Federais Saúde da Família; Profissionalização da Enfermagem; Saúde do Trabalhador; Prevenção e Controle de Doenças Imuno-Previsíveis; Fundos Estadual e Municipal de Saúde.
Ministério, Secretaria Estadual e Municipais de Saúde, Universidades, Pastoral da Saúde, Serviço Público de Extensão Rural.	Em todos os municípios da Região.	A partir de 2003.	Programas Federais Saúde da Família; Profissionalização da Enfermagem; Saúde do Trabalhador; Prevenção e Controle de Doenças Imuno-Previsíveis; Fundos Estadual e Municipal de Saúde.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
Governo Federal e Estadual, Empresa Privada.	Aquidauana, Corumbá e Miranda.	A partir de 2003.	Governos Federal e Estadual, Empresa Privada

Programa 12: Ampliação das Áreas Indígenas, Incentivo à Produção e Respeito a sua Cultura

Projetos	Objetivos	Atividades
01. Ampliar e demarcar as terras indígenas.	Definir e garantir a posse da terra.	♦ Mapeamento topográfico das terras indígenas para definição de limites e registros cartoriais.
02. Divulgar e valorizar a produção cultural indígena.	Permitir que a sociedade em geral conheça, valorize e reflita a cultura indígena.	♦ Fomentar a elaboração de filmes, exposições, palestras, programas de rádio e televisão, entre outros.
03. Recuperar as áreas degradadas para reaproveitamento do espaço produtivo nas aldeias.	Recuperar as matas ciliares e áreas de risco, por meio do reflorestamento com espécies nativas da Região; manter o ambiente em equilíbrio; proteger a fauna e a flora das aldeias.	♦ Implantar viveiros de mudas; ♦ Realizar acompanhamento técnico.
04. Incentivar a produção agropecuária em terras indígenas.	Qualificar as comunidades indígenas para a utilização das tecnologias mais apropriadas para a produção agropecuária, armazenamento e comercialização da sua produção.	♦ Realizar cursos práticos para difusão dos conhecimentos tecnológicos para o desenvolvimento da produção; ♦ Capacitar mão-de-obra; ♦ Aumentar e diversificar a produção; ♦ Adquirir animais produtivos, adaptados às condições locais; ♦ Realizar convênio com prefeituras para compra de alimentos.
05. Realizar pesquisa para o desenvolvimento e divulgação da medicina indígena.	Possibilitar o desenvolvimento comercial da medicina indígena e o reconhecimento das patentes aos índios.	♦ Despertar o interesse dos laboratórios públicos; ♦ Implantar laboratório de biotecnologia com participação ativa dos índios da Região.

Responsáveis e Parceiros	Local	Prazo	Fonte
FUNAI, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Governos Estadual e Municipais	Corumbá	A partir de 2003 até 2007	FUNAI, INCRA, Seprotur, Idaterra.
FUNAI, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Governos Estadual e Municipais.	Em todas as aldeias da Região.	A partir de 2003.	Programas Federais - Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas; Território e Cultura Indígena
FUNAI, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Governos Estadual e Municipais, e Comunidades Indígenas.	Em todas as aldeias da Região.	A partir de 2003 até 2007.	Programa Federal - Território e Cultura Indígena; PRONAF; Zoneamento Ecológico e Econômico; Florestar; Florestas Sustentáveis, e ONGs.
FUNAI, INCRA, IDATERRA, Comunidade Solidária, Seprotur e Prefeituras Municipais.	Em todas as aldeias da Região.	A partir de 2003 até 2010.	Programas Federais de Qualificação Profissional do Trabalhador, de Geração de Emprego e Renda; Programas Federais - PRONAF; Produção e Abastecimento Alimentar; Ciência e Tecnologia para o Agronegócio; Sistemas Locais de Inovação; Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, e ONGs.
Laboratórios Farmacêuticos, FUNAI, Universidades e SEBRAE.	Em todas as aldeias da Região.	A partir de 2003.	Programas Federais - Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde; Geração de Emprego e Renda, e ONGs.

8. SISTEMA DE GESTÃO

O sistema de gestão do plano será coordenado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Pantanal - COREDES Alto Pantanal.

Para isso, foram definidos previamente os seguintes postulados, princípios e diretrizes gerais:

8.1 Postulados e Princípios:

- a) participação social;
- b) eficiência e eficácia das instituições;
- c) efetividade das ações;
- d) articulação e parceria entre atores e agentes;
- e) complementaridade das ações e instituições.

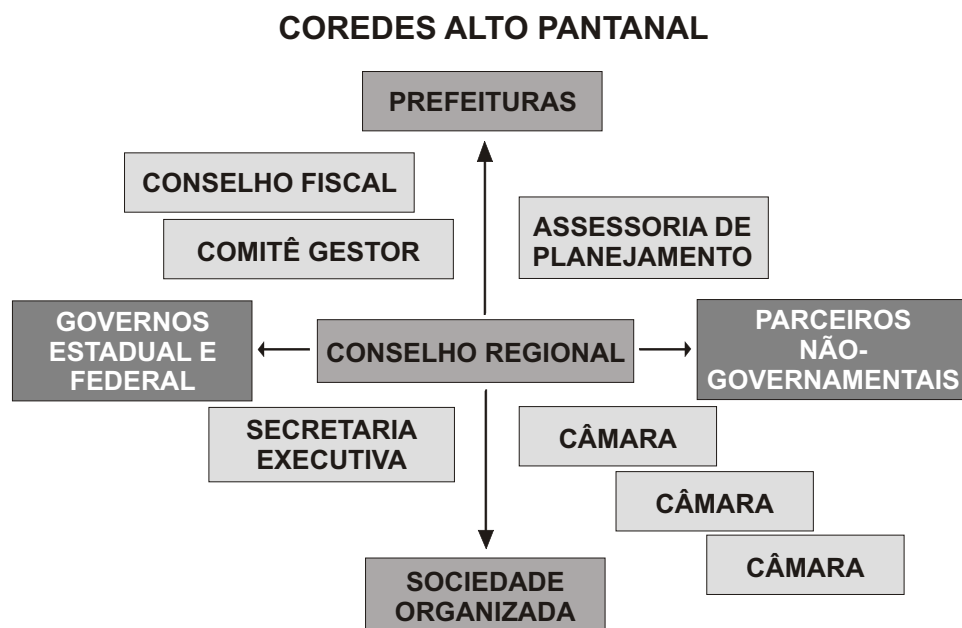
8.2 Diretrizes Gerais:

- a) representatividade do conselho;
- b) instância da Região para sua representação e negociação com parceiros;
- c) espaço de negociação de interesses dos diversos atores regionais, para definição de prioridades;
- d) o conselho deve ter uma ampla participação dos atores sociais da Região, com espaço para todos os grupos e segmentos da sociedade regional;
- e) ambiente democrático de discussão e negociação de conflitos, com liberdade de manifestação e reconhecimento das deliberações coletivas.

8.3 Arquitetura Institucional:

O Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável - COREDES Alto Pantanal, organiza-se da seguinte forma:

- a) Assembléia geral
- b) Diretoria executiva
- c) Conselho fiscal



8.4 Características Gerais

- a) Ampla representatividade, uma vez que fazem parte tanto os agentes públicos como os setores organizados da sociedade;
- b) Garantida legitimidade, pois seus membros são eleitos democraticamente e representam todos os setores organizados da sociedade;
- c) Composição com equilíbrio entre os diversos setores da sociedade e entre os municípios que compõem a Região;
- d) Estruturado com o Conselho Gestor, composto por todos os membros eleitos; um Comitê Diretor, eleito pelo Conselho Gestor para direção geral; uma Secretaria Executiva, para atender os aspectos burocráticos e operacionais; e uma Assessoria de Planejamento, composta pelos técnicos representantes dos municípios, que deverá subsidiar o Conselho no que diz respeito à aplicação e atualização do PDR;
- e) Câmaras Técnicas Setoriais podem ser criadas com apoio dos órgãos públicos, universidades, ONGs etc., para estudos e trabalhos específicos, necessários para subsidiar as decisões do Conselho;
- f) A quantidade e o tempo de vida das Câmaras Técnicas devem ser flexíveis, em função da demanda por estudos e projetos propostos no PDR ou em suas atualizações.

ESTATUTO DO COREDES ALTO PANTANAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º. O Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal (COREDES Alto Pantanal) é pessoa jurídica de direito privado interno, sem fins lucrativos, integrado por representantes de instituições públicas, privadas e ONGS, que tem por objetivo fiscalizar, propor e aconselhar na definição de diretrizes e prioridades de desenvolvimento para a Região.

Art. 2º. O Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal terá sede no município do presidente eleito e será composto pelos seguintes municípios : Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Corumbá, Ladário e Miranda.

Art. 3º. O Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal tem por objetivos:

I - promover a integração das instituições públicas e privadas que representam a comunidade organizada da Região, visando concentrar esforços e recursos voltados para o desenvolvimento harmônico e integrado da Região;

II - criar e atualizar o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável - PRD;

III - acompanhar, propor e fiscalizar a implantação das ações, programas e projetos previstos no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, sugerindo a adoção de medidas corretivas, quando for o caso;

IV - promover a divulgação das potencialidades e oportunidades que a Região oferece, visando atrair novos empreendimentos e investimentos, de acordo com as opções estratégicas definidas para a Região;

V - promover o debate permanente do processo de desenvolvimento da Região, com a participação de Agentes Públicos e Atores Sociais;

VI - agir em defesa dos interesses regionais perante autoridades municipais, estaduais e federais;

VII - promover a realização de estudos e projetos, bem como a celebração de contratos e convênios, com organizações e entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, que visem o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. Integram o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Alto Pantanal, os delegados eleitos nas Oficinas Municipais, ou seja, um representante de cada um dos seguintes setores: poder legislativo municipal, sociedade civil organizada, trabalhador rural, trabalhador urbano, empresarial, indígena (quando houver) e o Prefeito Municipal de cada município.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º. A estrutura de organização do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal será composta dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Gestor;
- II - Comitê Diretor;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Assessoria de Planejamento Regional;
- V - Câmaras Técnicas;
- VI - Conselho Fiscal.

Art. 6º. O Conselho Gestor, órgão soberano das decisões do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal, é composto pelos membros citados no art. 4º. deste estatuto.

Art. 7º. O Conselho Gestor elegerá em Assembléia Geral Extraordinária o presidente, o vice-presidente e os membros do Comitê Diretor, para um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

§ 1º O presidente do Conselho Gestor acumulará o cargo de Presidente do Comitê Diretor;

§ 2º A eleição do Presidente e Vice - Presidente do Conselho Gestor e dos membros do Comitê Diretor será realizada durante o mês de novembro, não podendo coincidir com eleições municipais, e o mandato iniciará na primeira quinzena de dezembro;

§ 3º Poderão ser apresentadas chapas até uma hora antes do início da Assembléia Geral, convocada para esta finalidade;

§ 4º O escrutínio dos votos acontecerá na Assembléia Geral para eleição dos membros dirigentes, por uma comissão pelo Presidente do Conselho Gestor, sendo que os resultados deverão ser conhecidos na mesma Assembléia;

§ 5º O candidato a cargo público eletivo deverá se afastar temporariamente do Comitê Diretor por um período de 6 (seis) meses antes das eleições;

§ 6º A cada 2 (dois) anos serão realizadas Oficinas Municipais, onde serão escolhidos delegados setoriais que comporão o Conselho.

Art. 8º. O Conselho Gestor reunir-se-á pública e ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, ou por 1/3 (um terço) de seus membros;

Parágrafo Único - Nas convocações extraordinárias, os Conselheiros serão notificados com 10 (dez) dias de antecedência. As reuniões serão abertas e os presentes terão direitos a voz, somente para assuntos pertinentes à pauta.

Art. 9º. As reuniões do Conselho Gestor serão realizadas com a presença de 50% mais 1 (um) dos conselheiros em primeira chamada e em segunda chamada após 30 minutos com 1/3 (um terço) mais 1 (um) dos conselheiros, vedada a representação por terceiros, salvo os suplentes na forma deste Estatuto;

Art. 10. As deliberações do Conselho Gestor serão aprovadas por maioria simples dos membros presentes, salvo quando das alterações deste Estatuto ou da aquisição e alienação de bens, em cujo caso será preciso aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho;

Parágrafo Único - Os assuntos a serem deliberados pelo Conselho Gestor serão precedidos de estudo e parecer do Comitê Diretor.

Art. 11. Das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias serão lavradas atas assinadas pelos Conselheiros presentes, devendo conter todos os fatos ocorridos, discussões realizadas e deliberações tomadas, que implicarão na criação da memória do Conselho;

Art. 12. São direitos e obrigações dos membros do Conselho:

- I - Comparecer às Assembléias ordinárias e extraordinárias;
- II - Participar das atividades das Câmaras Técnicas nas quais se integrem;
- III - Requerer informações, diligências e providências à Presidência do Conselho;
- IV - Votar e apresentar questões de ordem;
- V - Outras atribuições que lhes forem conferidas pela Presidência do Conselho Gestor ou pelo Plenário.

Art. 13. O Conselheiro será excluído do Conselho Gestor quando:

- I - Deixar de comparecer a duas Reuniões Ordinárias consecutivas, sem justificativas aceitas pelo Comitê Diretor;
- II - A pedido do próprio conselheiro;
- III - Por motivo de mudança do município;
- IV - Por impedimento legal.

Art. 14. O conselheiro excluído será substituído por um representante do mesmo setor e indicado pelo seu município;

Art. 15. O Comitê Diretor do Conselho será composto por 17 membros (dos quais 2 da comunidade indígena e os demais 01 de cada município) eleitos em Assembléia Geral, sendo 01 presidente, 01 Vice-Presidente, 01 Tesoureiro, 01 2º Tesoureiro, 01 Secretário, 01 2º Secretário e 11 membros titulares;

Art. 16. O Comitê Diretor regulamentará a estrutura interna necessária ao seu funcionamento, por meio de Resolução, submetendo-a ao Conselho Gestor para sua apreciação e homologação;

Art. 17. A Secretaria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal será exercida por profissional contratado ou cedido com dedicação exclusiva.

Art. 18. A Assessoria de Planejamento Regional será exercida por empresas, instituições de ensino, fundações etc, contratadas ou conveniadas pelo Conselho.

Art. 19. As Câmaras Técnicas atuarão nas seguintes áreas temáticas:

I - Dimensão econômica, abrangendo aspectos tais como: desenvolvimento agrícola e pecuário, desenvolvimento industrial, desenvolvimento turístico, desenvolvimento do comércio e dos serviços, qualificação profissional e outros temas afins;

II - Dimensão social, abrangendo aspectos tais como: educação, saúde, esporte, cultura e lazer, segurança pública, habitação e outros temas afins;

III - Dimensão infra-estrutura, abrangendo aspectos tais como: sistema viário, transporte, planejamento urbano, saneamento, telecomunicações, energia elétrica e outros temas afins;

IV - Dimensão ambiental, abrangendo aspectos tais como: educação ambiental, reflorestamento, recursos hídricos, microbacias, tratamento do lixo, recuperação da flora e da fauna e outros temas afins;

V - Dimensão político-institucional, abrangendo aspectos tais como: integração e sinergia regional, representação política, formas de organização e participação da sociedade, acompanhamento de projetos de lei e outros temas afins;

VI - Dimensão informação e conhecimento, abrangendo aspectos tais como: integração da Universidade com a sociedade, produção e divulgação científico-tecnológica, pesquisa e desenvolvimento e outros temas afins;

VII - Dimensão indígena, abrangendo aspectos tais como: currículo escolar ligado à cultura do índio, reflorestamento das terras indígenas, divulgação e valorização da cultura indígena, energia para as aldeias, revisão e demarcação de terras, dentre outras.

Art. 20. As Câmaras Técnicas serão compostas por representantes de entidades indicadas pelo Comitê Diretor.

Parágrafo Único - Os membros das Câmaras Técnicas escolherão entre si, um deles que exercerá as funções de coordenador de trabalhos e atividades de cada Câmara.

Art. 21. O funcionamento das Câmaras Técnicas será objeto de Resolução do Comitê.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO GESTOR

Art. 22. É competência do Conselho Gestor:

I - estabelecer as diretrizes de atuação do Conselho;

II - deliberar sobre o plano de ação do Conselho e dos respectivos orçamentos de custeio e investimento;

III - propor e aprovar a criação e extinção de Câmaras Técnicas;

IV - apreciar e aprovar relatórios e pareceres emitidos pelas Câmaras Técnicas;

V - fiscalizar a aplicação e gerência do Fundo de Custeio e Investimento do Conselho;

- VI - propor e aprovar a participação de novos membros no Conselho;
- VII - eleger os membros do Comitê Diretor do Conselho;
- VIII - aprovar e alterar o Estatuto do Conselho, de acordo com que estabelece o art. 10;
- IX - aprovar aquisição e alienação de bens;
- X - aprovar a prestação de contas do Conselho, apresentada pelo Comitê Diretor;
- XI - fiscalizar o cumprimento do PDR;
- XII - deliberar sobre casos omissos, ou fatos novos não contemplados neste Estatuto;
- XIII - os votos em projetos serão públicos e nas eleições serão secretos.

Art. 23. É competência do Comitê Diretor:

- I - estabelecer critérios para composição e funcionamento das Câmaras Técnicas;
- II - propor ao Conselho Gestor a criação e extinção de Câmaras Técnicas;
- III - gerir o fundo de custeio e investimento do Conselho;
- IV - implementar as deliberações do Conselho Gestor;
- V - apresentar anualmente ao Conselho Gestor o Plano de Ação do Conselho, bem como o respectivo orçamento de custeio e investimento;
- VI - supervisionar a atuação das Câmaras Técnicas, da Secretaria Executiva e da Assessoria de Planejamento Regional;
- VII - aprovar a contratação de serviços, estudos e projetos previsto no Plano de Ação do Conselho;
- VIII - celebrar contratos e convênios com organizações e entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que visem ao desenvolvimento da Região;
- IX - coordenar as ações de atualização periódica do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável ;
- X - exercer outras atuações que lhe forem conferidas pelo Conselho Gestor;
- XI - indicar entre os conselheiros do Conselho Gestor o substituto para o conselheiro que se afastou para candidatar-se a cargo público eletivo, mantendo a representatividade do município;
- XII - indicar dentre os membros titulares do Conselho Diretor o substituto para ocupar um dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Secretário e 2º Secretário.

CAPÍTULO VI DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 24. É competência da Secretaria Executiva:

- I - organizar as pautas de reunião do Conselho Gestor e do Comitê Diretor, emitindo as convocações correspondentes;
- II - secretariar as reuniões do Conselho Gestor, lavrando as respectivas atas;
- III - receber e registrar a correspondência dirigida ao Conselho Gestor, ao Comitê Diretor e às Câmaras Técnicas;
- IV - organizar e manter atualizado o registro e arquivamento de todos os documentos de interesse do Conselho, especialmente as deliberações, resoluções, pareceres e estudos produzidos pelo Conselho Gestor, pelo Comitê Diretor e pelas Câmaras Técnicas;
- V - prover suporte computacional às atividades do Conselho;

VI - elaborar, anualmente, o relatório de atividades do Conselho, incluindo a prestação de contas do exercício;

VII - Divulgar, periodicamente, informações a todos os membros do Comitê Diretor e membros titulares, eventos, ações etc, relacionados ao Conselho;

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente do Comitê Diretor.

CAPÍTULO VII DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL

Art. 25. É competência da Assessoria de Planejamento regional:

I - desenvolver e atualizar permanentemente um banco de dados com informações secundárias da Região, relativas às dimensões econômica, social, infra-estrutura, ambiental, político-institucional e de informação e conhecimento, visando subsidiar a atualização do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável - PRD;

II - assessorar o processo de atualização anual do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável;

III - fornecer assessoria técnica ao Conselho Gestor, ao Comitê Diretor, às Câmaras Técnicas e aos municípios da Região, no que se refere aos aspectos metodológicos do processo de planejamento regional sustentável;

IV - elaborar estudos, pesquisas e projetos de natureza técnica, por solicitação do Comitê Diretor e das Câmaras Técnicas;

V - fornecer treinamento referente ao processo de Planejamento Regional para agentes públicos, atores sociais, empresas, órgãos e entidades da Região;

VI - exercer outras atribuições de natureza técnica que lhe forem conferidas pelo Presidente do Comitê Diretor.

CAPÍTULO VIII DO FUNDO DE CUSTEIO E INVESTIMENTO

Art. 26. Para cobrir despesas de custeio e investimento, o Conselho Gestor criará o Fundo de Custeio e Investimento - FCI.

Art. 27. O FCI será formado pela captação de recursos financeiros oriundos de convênios, contratos, doações, mensalidades, contribuições sociais, de instituições públicas ou privadas e alienações de bens.

Parágrafo Único - A administração e movimentação dos recursos do FCI se dará por intermédio do Presidente e do Tesoureiro do Comitê Diretor.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL

Art. 28. O Conselho Fiscal terá por finalidade fiscalizar a boa aplicação da receita do Conselho Gestor. Sua estrutura e funcionamento serão definidos pelo Conselho Gestor e será composto por 3 (três) Titulares e 3 (três) Suplentes.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. É vedado ao Conselho Gestor tratar ou envolver-se em assuntos que sejam diversos de seus objetivos, especialmente os de natureza político-partidária e religiosa;

Art. 30. Cada prefeito formalizará, na oficina municipal, a indicação de um suplente, que o representará em suas ausências;

Art. 31. A participação no Conselho Gestor é considerada de relevante interesse público e seus integrantes não receberão qualquer remuneração;

Art. 32. Os casos omissos no presente Estatuto serão analisados pelo Comitê Diretor e submetidos à apreciação e deliberação do Conselho Gestor;

Art 33. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

COORDENAÇÃO GERAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EGON KRAKHECKE - Secretário de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia

RUBENS ALVES DA SILVA - Superintendente de Planejamento

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL - Superintendente de Orçamento e Programas Especiais

SÔNIA MARIA JIN - Assessora Especial de Ciência e Tecnologia

RAFAEL GERALDO DE OLIVEIRA ALVES - Diretor-Presidente da FUNDECT

WILSON DOS SANTOS - Chefe de Gabinete

NELSON SHIGUENORI TSUSHIMA - Assessor Especial

PAULO ÂNGELO DE SOUZA - Coordenador de Desenvolvimento Local e Regional

JOCIMAR ALBANEZ LOMBA - Coordenador de Estudos Sócio-Econômicos

AMILTON LUIZ DE OLIVEIRA - Coordenador de Programas Orçamentários

SEBASTIÃO BARBOSA PINTO - Coordenador de Apoio Administrativo e Financeiro

ASSESSORIA TÉCNICA - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ANA CLÁUDIA MANDU

ÂNGELO MATEUS PROCHMANN

AURINO RODRIGUES BRASIL

BEATRIZ PAULINO CURVO

FRANCISCO EDUARDO DA SILVA

GLEYCE MARA FERREIRA SOUZA

MAIZA APARECIDA DE OLIVEIRA

NATÁLIA MARIA CERQUEIRA PINTO

ROGÉRIO DE MEDEIROS

RUBENS DE MENDONÇA BONFIM DAIGE

WILSON EURIPEDES PINTO

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANDRÉ LUIZ PINTO - Coordenador

EDVALDO CÉSAR MORETTI

LUIZ CARLOS BATISTA

MANOEL REBELO JUNIOR

PAULO ROBERTO JOIA

VALTER GUIMARÃES

VICENTINA SOCORRO DA ANUNCIAÇÃO

ASSESSORIA TÉCNICA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ELISÂNGELA MARTINS DE CARVALHO

FAYRA DA COSTA BATISTA

COLABORAÇÃO - UFMS/PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

RAMONA MEDINA ORTIZ

AGENTES DE APOIO MUNICIPAL

LUCY RIBEIRO AYACH
ARMANDO CARLOS LACERDA
ELIANE PINHEIRO MEDEIROS CAMPOS
GEORGES AYACH
YUTAKA TANIGUCHI
REINALDO CHAGAS LIMA

ANASTÁCIO
CORUMBÁ
LADÁRIO
AQUIDAUANA
DOIS IRMÃOS DO BURITI
MIRANDA

REPRESENTANTES ELEITOS PARA OFICINA REGIONAL

ANASTÁCIO

NILDO ALVES DE ALBRES
LOURIVAL JOSÉ BARBOSA
JÚLIO CESAR DE MORAES
RODNEY CUSTÓDIO DA SILVA FERREIRA
FRANCISCO A. DE OLIVEIRA NETO
TOMAZ ORTEGA
FAUSTINO LIPÚ

PREFEITO
VEREADOR
TRABALHADOR RURAL
TRABALHADOR URBANO
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
INDÍGENA

AQUIDAUANA

LUIZ FELIPE RIBEIRO ORRO
ORDALINO MARTINS DA CUNHA
MÁRIO ALMADA
ADELSON ALVES RODRIGUES
PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS REIS
FÁTIMA C. FLORES DE LIMA
ESTEVINHO FLORIANO TIAGO TERENA

PREFEITO
VEREADOR
TRABALHADOR RURAL
TRABALHADOR URBANO
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
INDÍGENA

CORUMBÁ

ÉDER MOREIRA BRAMBILLA
ROBERTO GOMES FAÇANHA
VICTOR VIEIRA
ALICE BOTH
IVAN ABRAÃO MARINHO
ROSEMARY NUNES DELGADO

PREFEITO
VEREADOR
TRABALHADOR RURAL
TRABALHADOR URBANO
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

DOIS IRMÃOS DO BURITI

OSVANE APARECIDO RAMOS
WLADIMIR DE SOUZA VOLK
ODALÍCIO SANTOS DA MAIA
MARIA TEREZINHA MACHADO LINHARES
JÚLIA MARIA CACHOEIRA PEREIRA

PREFEITO
VEREADOR
TRABALHADOR RURAL
TRABALHADOR URBANO
EMPRESÁRIA

TEREZA MARIA POMINI
TADEU REGINALDO

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
INDÍGENA

LADÁRIO

JOSÉ FRANCISCO MENDES SAMPAIO
NEUZA DE OLIVEIRA
AURELIANO QUINTILIANO DA CRUZ
MÁRCIO JULIANO BARBOSA PETRY
MANOEL DIVINO DA MATTA

PREFEITO
TRABALHADORA RURAL
TRABALHADOR URBANO
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

MIRANDA

ELISABETH DE PAULA PEREIRA ALMEIDA
EURIDES NASCIMENTO ANTUNES
JOSÉ VIEIRA DA SILVA
MARCO ANTÔNIO MOMESSO DE CARVALHO
DORALINO DOS S. MANCUELHO
INÁCIO FAUSTINO

PREFEITA
TRABALHADOR RURAL
TRABALHADOR URBANO
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
INDÍGENA

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NAS OFICINAS MUNICIPAIS

ANASTÁCIO

- 1- Adão Salemaq
- 2- Adrian Santos Albuquerque
- 3- Adriana Garcia Escobar de Sousa
- 4- Aladio Jorge Aranda
- 5- Antônio Nimo
- 6- Arilda França
- 7- Bernadino Lugo
- 8- Ciza Pires Batista Gouveia
- 9- Cláudio Pereira
- 10- Daniel de Almeida
- 11- Daniel França Santana
- 12- Daniel S. Serafim
- 13- Douglas Figueiredo
- 14- Edmilso Escobar
- 15- Edmilson Dias
- 16- Edson Bianch
- 17- Edvaldo C. Moretti
- 18- Eliane Leite Rodrigues
- 19- Eva Borges Da Costa
- 20- Eveline Ferreira de Freitas
- 21- Faustino Lipu
- 22- Francisco Alves de O. Neto
- 23- Gedeão Jorge
- 24- Hilda Gomes de Melo
- 25- Ilza Miranda Pleutin
- 26- Iraides Rosa Ferreira
- 27- Irmã Echeverria Colto
- 28- Isabel Custódio Souza

29- Isabel Custódio Souza
30- Izerso Aparecido Soares
31- Janice Delvino Cavalheiro
32- Jeni Chaves
33- José Edson Barbosa Moraes
34- José Fernando Baié de Lucena
35- José Lídio De S. Rodrigues
36- José Loreto Ribeiro
37- Júlio Cesar Moraes
38- Leonel Valério da Silva
39- Lourival José Barbosa
40- Luciene Pereira Avalhaes
41- Lucimara Miranda
42- Luís Eduardo Reis
43- Maria Doraci da S. Teodoro
44- Maria Lurdes Da Silva
45- Marineide Silveira dos Santos
46- Marlene Carlos da Silva
47- Marli Lima Ferreira
48- Nereza Vilalva Fernandes
49- Nicéia Dos Santos
50- Olga Costa Corrêa
51- Osmar Dantas
52- Ramona Nedina Ortiz
53- Regina Aranda
54- Reny Nunes Cáceres
55- Rita Soares Dos Santos
56- Rodney Custodio da S. Ferreira
57- Rosana Pirse Ortiz
58- Sandra Aparecida Oliveira
59- Sandra Aparecida Silva Oliveira
60- Sebastião Alves Filho
61- Sebastião Arnaldo Souza
62- Severina Pereira Salim
63- Silas Cabral
64- Solange Aquino Silva
65- Solange Menezes de Jesus
66- Suely Lopes de Oliveira
67- Tânia Mara dos Santos Lima
68- Tereze C. Moura
69- Tomaz Ortega
70- Valdeir Rodrigues Santos
71- Veronice Terra
72- Vilma Margarida Da Silva
73- Jorge Alberto Pereira Barbosa

AQUIDAUANA

1- Adelson Alves Rodrigues
2- Ana Cristina
3- Ângelo Gomes do Nascimento
4- Antônio Barbosa Silva

- 5- Cristian de Oliveira
- 6- Custódio José Neto
- 7- Ebe de Almeida Albuquerque
- 8- Edite Mattos
- 9- Ednilson Mendes Ferreira
- 10- Edvan Bertolho de Sousa
- 11- Elaine Alves Correa
- 12- Elonilda Rodrigues de Araújo
- 13- Enedino da Silva
- 14- Ermelinda Fátima Flores
- 15- Ernestina Soares
- 16- Estevinho Tiago Terena
- 17- Eunice Nepomuceno Coronel
- 18- Fancis Eduardo Franco
- 19- Fátima Castilho
- 20- Fátima Jóia
- 21- Fausto Mato Grosso
- 22- Fermina G. E. Batista
- 23- Florêncio Garcia Escobar
- 24- Galdino Correa
- 25- George Cândido da Silva
- 26- Georges Elias Ayache
- 27- Gilberto Medeiros Bruno
- 28- Gilson Ferreira Neto
- 29- Gislaine Cristina da Silva
- 30- Heléia Aparecida Soares Ferreira
- 31- Irondina Anacleto
- 32- Ivone Vemer de Arruda
- 33- Janete Libi Azambuja
- 34- Januário Arriero Borttan
- 35- Jonys Cabrera Lopes
- 36- Lina Rodrigues
- 37- Liz Fernandes da Costa
- 38- Luiz Carlos Batista
- 39- Lurdes Batista Monteiro
- 40- Luzia Eliete da Cunha
- 41- Marcelina Lima Ferreira Alves
- 42- Maria Almada
- 43- Maria Ana Nunes de Figueiredo
- 44- Maristela Aparecida Oliveira
- 45- Marlene Gomes Ribeiro
- 46- Natalino Gonzaga
- 47- Nilda Silva
- 48- Norival de Oliveira Gama
- 49- Ramão Virgílio Genro Larsen
- 50- Rita Mariano de Souza
- 51- Romilson Raveiro
- 52- Ronaldo Rodrigues
- 53- Rosana Rosário Antunes
- 54- Rosemery Bruno
- 55- Rosinez Rodrigues
- 56- Rubens de M. Bonfim

- 57- Rui Queiróz Botelho
- 58- Solange Tatiane Sposito
- 59- Sueli Leite Peixoto
- 60- Tereza Lopes Vilarva
- 61- Vanderlei Ferreira de Amorim
- 62- Vicenta de Almeida Ferreira

CORUMBÁ

- 1- Adrian da Silva
- 2- Agostinho Catela
- 3- Alice Both
- 4- Almad Schabib
- 5- Ana Cristina Bergler
- 6- André Moraes
- 7- Angela M Pereira
- 8- Antônio Esposito
- 9- Arlene Inês Costa
- 10- Armando Carlos Lacerda
- 11- Augusto Boxecha
- 12- Augusto César Proensa
- 13- Beatriz da Silva
- 14- Bendita Santiago
- 15- Carlos Augusto Espíndola
- 16- Carlos Bento dos Santos
- 17- Carlos H. Patusco
- 18- Carlos Rocha
- 19- Carmem A D Borges
- 20- Cassiano de Oliveira
- 21- Catarina Pereira Rosa
- 22- Claudio Dode
- 23- Daniel Leite
- 24- Debora Soares
- 25- Edson S. Campos
- 26- Eliane Conceição de Moraes
- 27- Emilene Marques
- 28- Erizalina Teodora Cardozo
- 29- Estevão Queiróz Miranda
- 30- Fábio Geovanne
- 31- Fabricio Rui
- 32- Felipe Tocale
- 33- Georgia Loureiro
- 34- Gilson dos Santos Ferreira
- 35- Giseli de Souza
- 36- Glaucia Regina M da Costa
- 37- Helio da Costa dos Reis
- 38- Heriberto Vivan
- 39- Ivan A. Marinho
- 40- Ivone Ogama
- 41- Jacinta Gonçalves
- 42- Jaime Gonçalves
- 43- Jeander de Carvalho

44- João da Silva
45- João Ferreira Rosa
46- Joelson Gonçalves Pereira
47- Joelson Pereira
48- Jordinéia Jesus
49- José Alonso Torres
50- José Antônio Garcia
51- Jose Batista Pontes
52- Jucinéia Vieira Freitas
53- Katia Carvalho Garcia
54- Lucibene Almeida
55- Luciene Deova de Souza
56- Luis C. Ton M, Oliveira
57- Manoel Ribeiro Bezerra
58- Marcio Denis
59- Marcio Fonseca
60- Maria Antonieta Viana
61- Maria Cristina Lanza de Barros
62- Maria Eolina R. dos Santos
63- Maria Madalena Silva
64- Maria Marta Barros
65- Maria Nobreza Paes
66- Mario Ogama
67- Marlene França
68- Maycon Corveto
69- Messias Maciel Siqueira
70- Mônaco Pessoa
71- Monica Kassar
72- Older Borges
73- Orozimbo G. Deenz
74- Osaia Lima
75- Oscar Rangel Ayala
76- Padre Osvaldo Scotti
77- Paulo Cabreira
78- Paulo Lorenço Camargo
79- Paulo Monteiro
80- Pedro Paulo Amaral
81- Petula Ponciano
82- Preciliana Dias
83- Ricardo Candia
84- Rita Espinosa
85- Roberto C. Façanha
86- Roberto Trigo
87- Rodrigo Lima Sales
88- Rosangela Tortaro
89- Rosilene O. G. Fonseca
90- Rosimary Nunes Delgado
91- Rubens Daige
92- Samuel Vandedan
93- Sebastião Nunes Monteiro
94- Sergio Galdino
95- Sergio Roberto

- 96- Silvana Soares
- 97- Valinei Elias de Souza
- 98- Virginio Alves Moraes
- 99- Waldir Schabib
- 100- Wanda Faleiros
- 101- Wildes Ferreira

DOIS IRMÃOS DO BURITI

- 1- Ananias Guimarães
- 2- Antônio França Rodrigues
- 3- Antônio Heige Kusano
- 4- Aparecido Camilo de Oliveira
- 5- Cleber Renato M. Linhares
- 6- Clodoaldo da Silva
- 7- Crotilde Gomes Fanaia
- 8- Eloir de Oliveira de Calves Franco
- 9- Hélia Nery Lisboa Rodrigues
- 10- Hiroshi Hato
- 11- Ivo Dezoti Weber
- 12- Ivo Paixão
- 13- José Menezes
- 14- Josefa de S. Andrade
- 15- Julia Maria C. Pereira
- 16- Luiz Gonzaga Avelino
- 17- Maria Jacinta Lopes
- 18- Maria Terezinha Machado
- 19- Odalício Santos da Maia
- 20- Osair Antunes de Freitas
- 21- Rudinei Pereira dos Santos
- 22- Sandro Luis Freitas
- 23- Sebastião de Oliveira Prado
- 24- Seij Kato
- 25- Soila Elias Ribeiro
- 26- Tadeu Reginaldo
- 27- Tereza Maria Pomini
- 28- Valdo Antônio Nantes Coelho
- 29- Vanderlei Barbosa Martins
- 30- Wladimir Souza Volk
- 31- Yutaka Taniguchi

LADÁRIO

- 1- Ana Cristina Rodrigues
- 2- Aurélio Cruz
- 3- Cleuma Fernandes
- 4- Délcio S. Dias
- 5- Delma Monteiro de Oliveira
- 6- Eliane P. Mederos Campos
- 7- Eloandes Rosa de Oliveira
- 8- Emerson Henrique
- 9- Escolástica Souza Ortigoza

- 10- Joelson Gonçalves Pereira
- 11- Jucinei Pereira
- 12- Luciene Pierri Barros
- 13- Luisa Denis Fernandes
- 14- Manoel Divino da Mazza
- 15- Márcia Petry
- 16- Maria Auxiliadora A. Carneiro
- 17- Maria Helena da Cruz Viana
- 18- Marizete Ferreira dos Santos
- 19- Neusa de Oliveira
- 20- Paulo César Santana
- 21- Pedro Celestino Braga Filho
- 22- Regina N. Sampaio
- 23- Rosana Grillo de Souza
- 24- Rosana Santos Sigarini
- 25- Salomão Parabá Hurtado
- 26- Sampaio Júnior
- 27- Sargento Antônio Marcos Cunha
- 28- Vanessa S. Cavalcanti
- 29- Yvonne Carretoni
- 30- Zeferim Vieira de Souza

MIRANDA

- 1- Abrão Gomes
- 2- Alexandre Roberto Amaral
- 3- Ana Cristina Bergler
- 4- Ana Cristina Calda dos Santos da Costa
- 5- Anildo Francisco Balbuena
- 6- Anizete Lopes dos Santos
- 7- Antônio do Rosário Costa Marques
- 8- Antônio Flores
- 9- Antônio João Batista
- 10- Antônio Pinto
- 11- Cleuza Rossi
- 12- Dorvalino dos Santos
- 13- Edmilson Arruda
- 14- Eliane F. Lopes
- 15- Eliane Rodrigues
- 16- Eurides Nascimento
- 17- Fermeana Costa
- 18- Fernando da Silva
- 19- Inácio Faustino
- 20- Jacinto Lopes Duarte
- 21- Janaina Nogueira
- 22- Janete Correa
- 23- João Costa Eduardo
- 24- João Leôncio
- 25- José Vieira da Silva
- 26- Leonor Ponciano
- 27- Marco Antônio Momesso

- 28- Maria Célia
- 29- Maria de Almeida
- 30- Maria de Lourdes
- 31- Maria Lenir Cunha
- 32- Maria Lindoia Santos
- 33- Marli Oliveira Silva
- 34- Olinpio Correa
- 35- Padre Aluisio Heide Mann
- 36- Pires Paz Loio
- 37- Quirino da Silva
- 38- Ramão Vieira
- 39- Ramona Araújo
- 40- Reinaldo Chagas de Lima
- 41- Reinaldo Lopes Martinez
- 42- Rosângela Albuquerque
- 43- Rubens Daige
- 44- Rubens dos Santos
- 45- Wildes Ferreira
- 46- Wilson de Souza Filho
- 47- Zacarias Rodrigues

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de Planejamento e Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. 2ed. IICA, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. *Avança Brasil*. Brasília, 1993.

_____ *Plano de Conservação da Bacia do Alto Pantanal*. Brasília, 1997.

_____ *Censo Demográfico do Brasil de 2000*. IBGE. Brasília. 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLANCT. *Cenário e Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 2000

_____ *Banco de Dados do Estado de MS*. Campo Grande, 2001

PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - REGIÃO GRANDE DOURADOS. Dourados/MS, 2001.

PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - REGIÃO SUL FRONTEIRA. Campo Grande/MS, 2002.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. *Projeto Radam Brasil*. Folhas SE - 21 Corumbá e SF - 21, v. 28. Campo Grande, Levantamento de recursos naturais, Rio de Janeiro: 1982. 540 p.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Geologia das Regiões Centro e Oeste de Mato Grosso do Sul - Projeto Bodoquena*. Brasília: 1979. 111 p.

**Para garantir o equilíbrio do meio ambiente,
a CAIXA vai muito além da superfície.**



Só em 2004, o Governo Federal, por intermédio da CAIXA, está investindo em saneamento básico e infra-estrutura urbana 10 vezes mais do que em 2002. E duas vezes mais do que em 2003.

Na hora de fazer as obras de que o Brasil precisa, o Governo Federal e a CAIXA vão além da superfície. Só em 2004, serão investidas aproximadamente 2,9 bilhões de reais em obras de saneamento básico e infra-estrutura urbana. Financiando estações de tratamento de água e esgoto, redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, canalização de córregos e implantação de aterros sanitários, a CAIXA melhora a vida de milhões de brasileiros. E quando isso acontece, o meio ambiente também agradece.

CAIXA





Seplanct

Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia

COREDES ALTO PANTANAL

Conselho Regional de
Desenvolvimento Sustentável

